

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização,
Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do
Sector Rodoviário e Ferroviário**

47.^a Reunião
(18 de janeiro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (António Filipe) declarou aberta a reunião às 14 horas e 46 minutos.

Foi ouvido, em audição, o Sr. Dr. Paulo Campos, ex-Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações (X e XI Governos Constitucionais). Usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Nuno Encarnação (PSD), Manuel Seabra e Rui Paulo Figueiredo (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), Emídio Guerreiro e Carina Oliveira (PSD) e Altino Bessa (CDS-PP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 20 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente** — Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

Eram 14 horas e 46 minutos.

Srs. Deputados, antes de começarmos a audição que temos marcada para hoje, queria submeter à Comissão algumas questões.

Em primeiro lugar, relativamente às próximas parcerias público-privadas (PPP) em apreciação, vamos proceder ao pedido de documentação às respetivas concessionárias, tal como fizemos com as anteriores. Creio que isto não carece de deliberação, porque há uma deliberação geral sobre essa matéria.

Em segundo lugar, precisávamos de acertar duas datas relativamente aos nossos trabalhos da próxima semana: por um lado, temos de decidir a marcação da audição do Eng.º Ferreira do Amaral; por outro, precisávamos de fazer uma reunião para tomar deliberações, tendo em conta um requerimento apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP para a audição do Dr. Sérgio Monteiro e, eventualmente, outras propostas que possam vir a ser apresentadas entretanto.

Creio que poderíamos evitar fazer uma marcação para sexta-feira à tarde, pelo que marcaríamos essas duas reuniões para terça-feira, quarta-feira ou quinta-feira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, sugeria que a reunião de calendarização tivesse lugar na terça-feira à tarde e que ouvíssemos o Sr. Eng.º Ferreira do Amaral, se ele estiver disponível, na quarta-feira ao fim da tarde. É esta a minha sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Tenho uma dificuldade para terça-feira à tarde, porque há uma visita que a Comissão de Defesa vai fazer na qual gostaria de participar.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, sendo assim, sugiro que a reunião de calendarização tenha lugar das 14 horas às 15 horas de quarta-feira.

O Sr. **Presidente**: — É uma possibilidade. Se os Srs. Deputados concordarem, faríamos as duas reuniões na quarta-feira: a primeira, às 14 horas, para tomar deliberações e organizar a ordem de trabalhos em relação ao que esteja pendente de decisão; às 17 horas e 30 minutos, procederíamos à audição do Sr. Eng.º Ferreira do Amaral.

Pausa.

Como não há oposição, faríamos assim na próxima semana. Na quinta-feira e na sexta-feira não haverá reuniões, haverá apenas na quarta-feira.

Vamos, então, proceder à nossa audição de hoje.

Neste momento, deu entrada na sala o Sr. Dr. Paulo Campos (ex-Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações).

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos para proceder à audição do Sr. Deputado Paulo Campos, nosso colega, tendo em atenção as

funções que exerceu enquanto Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

Como sabem, esta audição tem por objeto a parceria público-privada concessão Brisa.

Começo por agradecer ao Sr. Deputado Paulo Campos a sua participação nos trabalhos desta Comissão. A metodologia desta audição é a seguinte: cada grupo parlamentar disporá de 8 minutos para colocar questões, que serão respondidas de imediato; haverá, depois, uma segunda ronda de 3 minutos para os Deputados que pretendam ainda colocar questões. Se assim entender, tem o depoente a faculdade de fazer uma intervenção inicial, querendo, sobre o objeto desta reunião.

Se o Sr. Dr. Paulo Campos não tiver alguma objeção a que esta reunião seja pública, pergunto se tenciona fazer alguma intervenção inicial ou se passamos ao período de questões.

O Sr. Dr. **Paulo Campos** (ex-Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações) — Sr. Presidente, usarei todas as possibilidades que esta Comissão me der para utilizar, nomeadamente através do contraditório, o tempo que me seja atribuído. Aliás, essa é a primeira questão que gostaria de referir, ou seja, que estarei aqui para utilizar todo o tempo que me for disponibilizado e que, obviamente, tenho muito gosto em estar nesta Comissão, com todos os colegas Deputados, para debater um assunto que tem preenchido decisivamente a agenda mediática nos últimos longos meses, quase há um ano.

Começo, precisamente, por manifestar ao Sr. Presidente a minha estranheza pelo *timing* em que sou chamado a esta Comissão. Há praticamente um ano, assistimos, na minha opinião, a toda uma manipulação e a uma insinuação sobre factos que não correspondem à

verdade relativamente a esta matéria. Quem assistir a estas audições verá, por exemplo, que o meu nome é sistematicamente citado, nomeadamente pelos Deputados da maioria, pelo que estranho muito que uma Comissão que queira apurar a verdade só me tenha chamado praticamente ao fim de um ano.

Mas a minha estranheza é dupla: não é só pelo *timing*, é também pelo âmbito.

Como sabemos, têm vindo a ser feitas um conjunto de insinuações sobre os mais variados temas, mas nunca ouvi nenhuma insinuação sobre a concessão Brisa. Mas a verdade é que sou chamado aqui para vir falar sobre a Brisa e nada me foi dito relativamente ao conjunto de todas as outras insinuações que têm vindo ser feitas nesta Comissão em relação a todas as outras concessões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, deixe-me interrompê-lo para lhe dizer que, para já, que a Comissão não está a funcionar há um ano. A deliberação foi tomada no final de abril, a Comissão iniciou os seus trabalhos depois disso e já houve interrupções nos seus trabalhos que foram deliberadas pelo Plenário da Assembleia da República.

Portanto, temos um prazo de seis meses de trabalho útil e ainda estamos dentro desse período de tempo, pelo que não é assim como refere.

Por outro lado, seguimos uma metodologia de segmentação das várias PPP, o que não significa que esta seja a única audição para a qual vamos pedir a sua colaboração. Esta diz respeito à concessão Brisa, mas obviamente é nosso propósito e é nosso mandato apurar outras PPP. E, em relação a outras PPP, é muito provável que haja propostas no sentido de o Sr. Deputado vir também a ser ouvido.

Queria só fazer esta clarificação.

Queira prosseguir.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, as suas palavras vêm exatamente ao encontro daquilo que estava a referir. A constituição desta Comissão foi aprovada em abril de 2011, ou seja, há praticamente 10 meses, portanto quase há um ano, como referenciei, e é a primeira vez que fui chamado e que aqui estou para depor com todo o gosto, como disse inicialmente.

Dizia eu que a importância e o papel que o Parlamento tem na defesa da democracia é extremamente relevante, e o que tem vindo a acontecer nesta Comissão, por exemplo com o chumbo de algumas audições e com a orquestração feita em determinados momentos com o envio de *e-mails* por parte desta Comissão para um conjunto de jornalistas, como veio a ser publicado na comunicação social, diz-nos muito da forma como a maioria tem vindo a trabalhar nesta Comissão.

Exige-se, portanto, um funcionamento desta Comissão à altura dos valores deste Parlamento.

Esta Comissão, por vontade da maioria, tem vindo a demonstrar que não quer nem toda a verdade nem a verdade toda. Na minha opinião, exige-se que esta Comissão faça o seu trabalho, que a maioria não volte a repetir estas políticas de chumbar audições, porque tem de descobrir-se a verdade e, em nome da democracia, quando se levantam suspeitas, deve esclarecer-se, deve proporcionar-se o contraditório para apurar a verdade. Ora, isto não tem interessado, neste momento, à maioria. A maioria fala lá fora, mas aqui, na Comissão, não quer que haja contraditório.

Diria que se pode enganar muita gente durante muito tempo, mas não se pode enganar toda a gente durante todo o tempo. Por isso, a manipulação que tem sido feita em torno da matéria das parcerias público-privadas...

Não posso esquecer-me que esta Comissão de Inquérito foi lançada num congresso do Partido Social Democrata, onde foi dito pelo Secretário-Geral desse partido, que também é Primeiro-Ministro, que os encargos das parcerias público-privadas eram de cerca de 2000 milhões de euros por ano para os próximos 35 anos — o que corresponde a cerca de 70 000 milhões de euros — e o que foi apurado pela auditoria da Ernst & Young diz que representa um encargo (obviamente sem IVA, porque é isso que importa relevar) nas parcerias público-privadas rodoviárias de cerca de 7000 milhões, ou seja, 10 vezes menos do que o valor que tinha sido inicialmente evidenciado.

Esta manipulação é feita também deturpando um conjunto de situações que importa aqui transmitir. Vejamos: no Orçamento do Estado para 2013 estava previsto um conjunto de encargos para as parcerias público-privadas e falava-se de uma poupança de 250 milhões de euros nos encargos brutos dessas parcerias. Aliás, o Primeiro-Ministro também disse, numa entrevista que deu à RTP antes da apresentação do Orçamento, que com as renegociações já feitas, já se reduziram os encargos em mais de 250 milhões de euros.

Ora, como as renegociações ainda não tinham sido feitas e foi agora nomeada a comissão de renegociação, viemos a saber hoje pelas notícias dos jornais que, afinal, a renegociação resume-se a introduzir portagens. Portanto, a redução de que se falava de encargos brutos, ou seja, as rendas excessivas destas parcerias público-privadas, de que a maioria tem vindo sucessivamente a falar, estão a transformar-se em introdução de portagens. Ou seja, não se trata de redução dos encargos brutos, mas, sim, de acréscimo de receitas.

Nesta matéria, a maioria manipulou os dados para, depois, tentar recolher, dizendo que tinha feito boas renegociações com determinadas

poupanças, mas o que é verdade que está a acontecer neste momento é que, em vez de redução de encargos, estão a aumentar-se as portagens. Na prática, o Governo anuncia que faz renegociações para reduzir as rendas mas quem vai pagar é o povo, através da introdução de mais portagens, para se atingir o tal número de 250 milhões, para o Primeiro-Ministro não ficar mal na fotografia. Agora, vai-se infligir isto aos utilizadores, o que, obviamente, é uma responsabilidade deste Governo.

Mas deixemos a manipulação e vamos à verdade.

Parcerias público-privadas: encargos inscritos no Orçamento do Estado em 2005 — 15,8 mil milhões; encargos inscritos no Orçamento do Estado em 2011 — 15,4 mil milhões de euros; os valores inscritos nos Orçamentos do Estado de 2012 e 2013 são ainda inferiores. Daqui se demonstra que, entre os encargos que estavam assumidos à data de 2005 e aqueles que neste momento existem para as parcerias público-privadas, estes são inferiores, ou seja, durante o período de 2005 a 2011, lançou-se um conjunto de novas concessões, de novas parcerias público-privadas, mas os encargos destas novas parcerias são inferiores às poupanças que, entretanto, se introduziram com as renegociações e as poupanças no funcionamento da Estradas de Portugal.

A mesma situação se verifica se compararmos auditorias. Se olharmos para a auditoria do Tribunal de Contas, no ano de 2005, verificamos que o valor inscrito nessa auditoria para os encargos, à data, das parcerias público-privadas é de 15,9 mil milhões de euros; se olharmos os resultados da auditoria da Ernst & Young também a preços correntes (a Ernst & Young faz ao valor atualizado, mas a preços correntes), temos o valor de 14,8 mil milhões de euros, ou seja, inferior aos valores que estavam inscritos na auditoria do Tribunal de Contas de 2005.

Portanto, não são apenas os Orçamentos do Estado de Bagão Félix e de Vítor Gaspar que desmentem esta ideia de que, nos últimos anos, se acrescentou despesa nas parcerias público-privadas, são também as auditorias que este Governo mandou fazer que demonstram que, face ao valor apurado pela auditoria do Tribunal de Consta em 2005, o valor é agora inferior.

A mesma matéria se pode apresentar relativamente ao valor atualizado líquido (VAL) destas concessões. Este trabalho de auditoria da Ernst & Young é feito apenas para o período de vida das concessões e, portanto, não conta com os valores das receitas depois de essas estradas serem entregues ao Estado. Se entrarmos em conta com essas receitas, o valor atualizado das parcerias público-privadas — e não se poderá deixar de entrar em conta com essas receitas e com as despesas de manutenção ao longo dos próximos anos — é positivo, ou seja, o somatório das receitas é substancialmente superior ao somatório dos encargos, como, aliás, o Sr. Prof. Teixeira dos Santos aqui referiu na última audição a que assisti.

Ainda sobre as parcerias público-privadas, tem sido dito que elas têm sido feitas basicamente nos últimos anos, mas quero recordar que, das 22 parcerias público-privadas rodoviárias existentes, apenas 8 foram feitas nos Governos a que pertenci.

Se quisermos uma estatística em termos de quilómetros, dos 2579 km de autoestradas existentes no País, apenas 428 km são de parcerias público-privadas lançadas nos Governos a que pertenci, sendo que o que foi pago de parcerias público-privadas representa 2% da dívida total.

Finalmente, gostaria também de referir, quanto às parcerias público-privadas, que muito tem sido dito acerca do empolamento da dívida e sobre a responsabilidade do anterior Governo nesta matéria. Porém, consultando os relatórios do Instituto de Gestão do Crédito Público e observando a

dívida direta do Estado nos períodos que medeiam entre 2002 e 2011 — o último dado disponível é de novembro —, verificamos que nos seis anos que foram da responsabilidade do Partido Socialista na governação temos um crescimento da dívida direta do Estado de 74 milhões de euros e nos quase cinco anos (é inferior a cinco anos) dos Governos da maioria PSD/CDS temos um crescimento da dívida de 51 milhões de euros. Ou seja, se fizermos a proporção face ao tempo, estaremos, em termos de crescimento da dívida, em valores muito semelhantes, o que também permite dizer muito sobre a matéria que se versa nesta Comissão.

Para fechar as questões que aqui trazia para a minha declaração inicial — e peço desculpa, Sr. Presidente, se estou a exceder o meu tempo — queria fazer duas notas muito breves sobre as concessões lançadas pelos Governos a que pertenci.

Na comparação que a Ernst & Young faz das taxas internas de rentabilidade (TIR) ou na comparação que o relatório do Tribunal de Contas faz, verifica-se que as taxas de rentabilidade destas concessões são as mais baixas quando comparamos com todas as outras parcerias público-privadas, são aquelas que têm menos risco para o Estado (isto também foi apurado no relatório da Ernst & Young) e são também aquelas que têm o mais baixo custo de construção, nomeadamente quando analisamos esse custo por quilómetro construído.

No que se refere às renegociações que foram feitas durante o Governo a que pertenci, os seus resultados estão espelhados nos diferentes relatórios, nomeadamente nos relatórios das comissões de negociação, que hoje poderemos também detalhar, e são de 1,8 mil milhões para as renegociações de todas as SCUT — refiro-me às renegociações que foram feitas durante o período a que pertenci ao Governo e não àquelas que foram já feitas por este Governo —, são de cerca de 150 milhões de euros na

renegociação feita com a concessão Lusoponte e de cerca de 500 milhões de euros de ganhos para o Estado com a renegociação da concessão Brisa, naquilo que é quantificável, porque há um conjunto de outros ganhos que até este momento não podem ser quantificáveis.

Portanto, de acordo com esses relatórios técnicos, feitos pelas entidades responsáveis, nomeadamente, no Ministério das Finanças e no Ministério das Obras Públicas, temos um valor das renegociações positivo para o Estado de 2,5 mil milhões de euros.

Finalmente, dado que este bom resultado só foi possível tendo em conta que os técnicos do Estado que trabalharam nestas matérias são altamente qualificados, queria transmitir isso mesmo e enaltecer as capacidades e as competências dos técnicos da Estradas de Portugal, da Parública, dos Ministérios das Finanças e das Obras Públicas, e agradecer-lhes a sua dedicação, o seu empenho e entrega à causa pública, na defesa dos interesses do Estado. São verdadeiros servidores do Estado, embora quem assista a estas reuniões, muitas vezes, possa ficar com uma imagem que não corresponde à realidade. Hoje, queria deixar o meu testemunho pessoal de que, nos seis anos em que tive funções governativas, muito aprendi com estes técnicos e, quando se fazem esses ataques ao trabalho por eles desenvolvido, gostaria de homenagear o seu trabalho, porque o seu trabalho teve resultados para a causa pública extremamente importantes.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, agora, à fase das perguntas, cabendo hoje ao Partido Socialista dar-lhe início.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, Dr. Paulo Campos, quero agradecer a sua disponibilidade, pelos vistos há muito reiterada, para

vir a esta Comissão e dizer-lhe, Sr. Deputado, que não estranhe. Disse que estranhou ter estado um ano a «ser cozido em lume brando» e que ninguém o tenha querido ouvir, mas isto é a vida. Esta Comissão não foi feita para apurar a verdade. Esta Comissão foi feita pelo PSD e pelo CDS para confirmar conclusões que previamente tinham tirado. Depois, tanto o afastam a si dos depoimentos, como andam a esconder debaixo do casaco o Dr. Sérgio Monteiro, porque andam há meses a adiar a audição do Dr. Sérgio Monteiro — não a querem nem por nada, estão em pânico com a possibilidade do atual Secretário de Estado e ex-administrador das financeiras que contratavam com o Estado as PPP aqui vir.

Portanto, não estranhe. É a vida e temos de nos conformar com estas coisas!

Sr. Deputado, gostava de começar pelo tema Brisa para lhe perguntar o seguinte: foram assim tão ruinosas quanto já aqui disseram os Deputados da maioria as renegociações da Brisa?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, sobre a Brisa, e para poupar, eventualmente, algumas questões, vou tentar fazer uma primeira cronologia e responderei à sua questão.

Gostaria de recordar que as renegociações feitas durante o período em que eu estive no Governo foram, em primeiro lugar, a concessão Lusoponte, em segundo, a concessão Brisa e, finalmente, as concessões SCUT, a concessão Beiras Litoral e Alta, a concessão Costa de Prata, a concessão Grande Porto, a concessão Norte Litoral e ainda a concessão Grande Lisboa e a concessão Norte. Foi este o conjunto de concessões envolvidas nas renegociações.

Relativamente à renegociação da Brisa, quero transmitir que ela teve um protocolo inicial — basicamente, é o procedimento que fazemos para

enquadrar os objetivos das negociações — feito em setembro de 2007, para enquadrar um conjunto de questões.

As questões fundamentais que se colocavam tinham a ver com a revisão das bases da concessão. A concessão Brisa associada à concessão Lusoponte — e aqui é a minha opinião muito pessoal — são claramente os piores contratos para o Estado, do ponto de vista do contrato, provavelmente pelo *timing* em que os contratos foram feitos. Não estou aqui a pôr em causa a capacidade técnica do Estado nessa altura, mas provavelmente o efeito de aprendizagem que havia nestas matérias era claramente menor, porque foram os primeiros contratos, e poderei, se os Srs. Deputados assim o entenderem, detalhar essas matérias.

Portanto, os contratos Brisa e Lusoponte são aqueles que têm as cláusulas que defendem menos o Estado, se assim podemos dizer.

Nesse sentido, havia um interesse da parte do Estado em alterar esse contrato Brisa de uma forma profunda para podermos aproximar esse contrato das melhores práticas nessa matéria.

Assim, fizemos incluir uma cláusula nesse protocolo, que era a da revisão dos contratos de concessão, sendo que a Brisa, por seu lado, tinha também a proposta de, neste contrato, lhe ser permitida fazer uma reorganização societária, dado que a Brisa tinha evoluído para ser concessionária de outros negócios e só através de uma reorganização societária podia destacar a concessão Brisa, que era mais importante, dos outros trabalhos que estava a fazer, nomeadamente em termos internacionais.

Simultaneamente, como sabem, à data, estávamos a implementar o novo modelo de gestão e financiamento do setor rodoviário e tínhamos, do ponto de vista da disponibilidade, interesse em dialogar com os diferentes agentes para introduzir o modelo de receitas por disponibilidade, até porque

este era um tema que, relativamente à concessão Brisa, também estava a ser discutido neste Parlamento.

Recordo-me que a Deputada Carina Oliveira (que agora vai sair da sala, mas queria referenciá-la), em conjunto com outros Deputados, teve sempre uma preocupação em legislar ou regular, por exemplo, as intervenções das obras em autoestradas. Esse foi um trabalho que aqui existiu na anterior Legislatura. A Comissão de Obras Públicas (era assim que se chamava na altura) penso que até constituiu um grupo de trabalho e, em colaboração com o próprio Governo, produziu-se um conjunto de legislação para esta matéria.

Ora, o modelo de receitas por disponibilidade ou o modelo de risco por disponibilidade é um modelo que vem atenuar um conjunto de problemas que existiam, e ainda existem, no caso de um conjunto de concessões em que não há qualquer penalidade para o concessionário pelo facto de a estrada não estar disponível para os seus utilizadores. Por exemplo, numa situação de questões ambientais em que a estrada possa ter de ser interrompida não tem qualquer penalidade, em situações de sinistralidade não há penalidade, em situações de troços em obras em que a concessionária continua a cobrar a sua portagem não tem nenhuma penalidade pelo facto de estrada não estar disponível nas condições que devem ser solicitadas.

O maior exemplo de estrada indisponível é o que ocorre quando o tráfego que circula é de tal maneira intenso que a concessionária não fez as obras necessárias, nomeadamente de alargamento, para que a fluidez pudesse existir sempre. Um caso típico — agora menos, porque o tráfego tem vindo a diminuir — é, por exemplo, o da A5 ou da A2, onde todas as manhãs verificamos que não há fluidez no tráfego nessas autoestradas. O

que é que isso quer dizer? Que a estrada, em boa verdade, não está disponível.

Ora, uma das intensões que tínhamos na negociação com o concessionário Brisa era introduzirmos o modelo de disponibilidade, nomeadamente no sentido de introduzirmos este risco.

A terceira matéria importante nesta negociação, e que foi objeto de protocolo, era a resolução de um conjunto de assuntos pendentes que há largos anos não eram resolvidos. Estamos a falar da Circular Sul de Braga, da ligação ao Alto da Guerra, em Setúbal, de um conjunto de participações financeiras de obras que já estavam concluídas e vistoriadas pelo Estado, nomeadamente pela Inspeção-Geral das Finanças (IGF), mas que nunca tinha sido feito o pagamento à Brisa desses montantes, enfim, de obras que teriam de ser feitas e que não estavam ainda reguladas.

Como quarto ponto tínhamos a intenção de introduzirmos as portagens nas SCUT, pelo que protocolámos com a Brisa, nesta renegociação, o seu apoio, nomeadamente da Via Verde, para a implementação do sistema de portagens nas SCUT.

E, finalmente, tínhamos um quinto ponto, para outros assuntos.

Portanto, este foi o protocolo inicial.

Em novembro de 2008, constituiu-se a comissão de negociação, composta por representantes do Ministério das Finanças e por representantes do Ministério das Obras Públicas e coordenada pelo Dr. Murteira Nabo em nome do Estado. Essa comissão fez a negociação com a Brisa, da qual posso dar-lhe as principais conclusões.

Srs. Deputados, estou a ser extenso nesta minha primeira resposta, mas ela vai, de alguma forma, obviar a questões seguintes. Prefiro seguir esta metodologia do que andarmos aqui a intervalar com situações de trás

para a frente. Portanto, sigo a cronologia e dou os esclarecimentos. Se os Srs. Deputados, depois, pretenderem algum esclarecimento adicional relativamente a algumas das questões que eu possa referir, voltaremos ao tema que entendam.

Como eu estava a dizer, a comissão de negociação fez o seu trabalho e apresentou o relatório. Dessa comissão de negociação resulta que na revisão das bases de concessão introduziu-se o princípio da partilha de benefícios, nomeadamente o princípio da partilha de benefícios com atividades conexas às da concessão, que era algo que não existia neste contrato. Estamos a falar de receitas e de atividades que a concessionária pode desenvolver e das quais o Estado não retirava nenhum benefício. Serviços que são conexos, que não são o serviço de prestar a boa circulação automóvel, são, por exemplo, a circulação de fluxos de comunicações. Como sabe, numa autoestrada há canais de comunicações, os quais estão disponíveis para neles passarem outras telecomunicações, o que introduz receitas. Essa partilha de benefícios não existia. Portanto, foi introduzido um mecanismo de partilha de benefícios para as atividades conexas.

Foi também introduzido um mecanismo de partilha de benefícios para as alterações autorizadas pelo Estado nas obras. Isto quer dizer que, se numa determinada obra que se previa custar 10 houvesse uma melhoria, o Estado aprovasse e custasse 8, então, o benefício não seria apenas para o concessionário, introduzindo-se o princípio da partilha. Esta foi uma das vantagens significativas desta renegociação.

Não foi possível introduzir a partilha de benefícios por refinanciamento, porque a concessionária se mostrou absolutamente indisponível para este facto com o argumento de que esta concessão não era financiada em regime *project finance* mas, sim, num regime diferente (peço desculpa aos Srs. Deputados pelos termos técnicos, mas é o que é),

no regime de financiamento em *corporate*, ou seja, os próprios acionistas e a própria Brisa estavam envolvidos nesse financiamento. Portanto, o Estado não devia retirar benefícios de eventuais refinanciamentos, porque o modelo de financiamento era diferente do das restantes parcerias público-privadas.

Também se conseguiu resolver o problema das participações financeiras. Ou seja, apesar de se dizer que o risco de construção na concessão Brisa é transferido para o concessionário, a verdade é que esse risco de construção não estava integralmente transferido, ou seja, havia uma parte do custo das obras... E o custo das obras não estava fixado, o que queria dizer que, porventura, se uma obra que se previsse custar 10 custasse 100, como o Estado tinha uma obrigação de participar 20%, estes 20% não eram sobre os 10, eram sobre o custo final da obra. Ou seja, o Estado pagava, até esta renegociação, parte das derrapagens que o próprio privado tivesse na gestão da obra.

Aquilo que se fez nesta renegociação foi exatamente eliminar as participações futuras, que eram de 20% em alguns casos, mas que noutros casos eram de 100% do custo da obra, nomeadamente em situações onde a intervenção da obra fosse em zonas não portajadas. A concessão Brisa tem um conjunto de estradas portajadas, nas quais, com o anterior contrato de concessão, o Estado pagaria 20% da obra; nos lanços não portajados, se existisse obra, era o Estado que pagava 100%.

Portanto, desse ponto de vista, eliminou-se nesta renegociação a possibilidade de, no futuro, existirem participações financeiras. Assim, agora temos um contrato de concessão entre 2008 e 2033, se não me falha a memória, em que, se existir a necessidade de fazer obras ou alargamentos por responsabilidade do concessionário, obviamente, o Estado não tem nenhuma responsabilidade.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): —Então, por que razão os senhores da coligação, designadamente, dizem que esta é uma renegociação ruínosa? Sabe explicar-me isso?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É a tal manipulação dos factos a que temos vindo a assistir! É que, depois, nenhuma das matérias condiz com a verdade dos factos que se tentam imputar. É por isso que estou aqui a tentar discutir.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O Sr. Deputado está a listar todas as vantagens, mas apesar dessas vantagens todas estes senhores continuam a dizer que a renegociação foi ruínosa!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Quem está na política está muito habituado, como eu, a ser vítima desses combates políticos, mas aqui, nesta Comissão de Inquérito, não estamos a fazer um combate político, estamos na descoberta da verdade. Os responsáveis da maioria nunca saíram, nesta matéria, da posição em que quiseram estar, ou seja, no puro combate político, e, portanto, a descoberta da verdade não interessa.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mesmo mentindo descaradamente!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mesmo, na minha opinião, mentindo descaradamente. Mas, se quiserem, podemos ir a esses factos. Se quiserem, começo já por aí!

O Sr. **Presidente**: — Agora, não começa por aí. Vai continuar a responder ao Sr. Deputado Manuel Seabra, que ainda dispõe de tempo para colocar questões.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Srs. Deputados, serei muito sintético depois desta exposição em que vou abarcar todos os temas. Só estou a transmitir todos estes temas, porque penso que isso é importante para os Srs. Deputados que querem descobrir a verdade relativamente à forma como as coisas foram feitas.

Portanto, as participações foram também eliminadas. Há, depois, algumas atualizações técnicas e de outras matérias que não são relevantes para aqui. A reorganização societária também foi autorizada.

O segundo tópico da negociação era a definição do papel da Brisa no novo modelo. A Brisa não aceitou o modelo de disponibilidade e, portanto, as partes entenderam que não valeria a pena entrarmos nessa questão do modelo de disponibilidade.

E isto faz-me derivar para uma outra questão muito relevante.

Os Srs. Deputados, durante meses e meses, têm vindo a dizer que o modelo de disponibilidade é ruinoso para o Estado. Pois, o Estado propôs a um privado, à concessionária Brisa, adotar o modelo de disponibilidade, e a verdade é que a Brisa não aceitou esse modelo de disponibilidade. Ora, não há melhor argumento para eu demonstrar aos Srs. Deputados que se o modelo de disponibilidade fosse assim tão ruinoso para o Estado não haveria, presumo, nenhuma dúvida de que a Brisa aceitaria esse modelo. A Brisa não aceitou o modelo de disponibilidade, porque teve dúvidas se esse modelo seria, para si, melhor ou pior do que o modelo que neste momento tem, tendo optado por ficar com o atual modelo em vez de passar para o modelo de disponibilidade.

Portanto, este é um facto que eu gostaria de trazer hoje à colação, porque, obviamente, é demonstrativo da falsidade do principal ou de um dos argumentos que a maioria tem vindo a colocar nesta matéria, ou seja, que o modelo de disponibilidade é um modelo ruinoso para o Estado.

Assim, na definição do papel da Brisa, a concessionária não aceitou o modelo de disponibilidade, mas aceitou partilhar receitas que tinha e que até esse momento nunca tinham passado para o Estado. É o caso concreto da atualização tarifária anual, parte da qual reverte agora para o Estado.

Há pouco, esqueci-me de referenciar quem era o assessor financeiro da comissão de negociação, que é algo muito curioso e que também devemos referenciar. O assessor financeiro é a CaixaBI, por acordo das partes, e foi a Caixa – Banco de Investimento, na direção de *Project Finance*, que fez a assessoria deste trabalho.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Assessorou quem?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Assessorou, simultaneamente, o Estado e a Brisa, porque foi nomeado pelas partes para fazer esse trabalho.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Quem era o representante?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Foram vários. A administração, enfim, os seus nomes... Está escrito no relatório e contas da empresa quem eram os administradores responsáveis e quem é o diretor responsável por esta...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não quer precisar se há algum que exerça cargos político agora?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Presumo que sei onde o Sr. Deputado quer chegar,...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Então, se presume, chegue lá!

Protestos do PSD.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — ... mas numa simples consulta ao relatório e contas de 2008 verificará quem eram os administradores responsáveis por esta área e quem fez o trabalho.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — E era o atual Secretário de Estado das Obras Públicas, o Dr. Sérgio Monteiro?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Estou numa Comissão de Inquérito. Por isso, se me obriga a responder nesse contexto, digo-lhe que o diretor era o atual Secretário de Estado.

Protestos do PSD.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Importa-se de repetir?

Há na sala um ruído de fundo que nos impede uma audição perfeita.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, penso que esse é um facto que está evidenciado nos papéis.

Não estou aqui para pessoalizar o que quer que seja. Estou aqui empenhado em transmitir a verdade dos factos.

Protestos do PSD.

Custa ouvir, porque os Srs. Deputados estiveram habituados a estarem quase um ano a falar sozinhos com os comentadores especialistas que entenderam chamar aqui e que sobre esta matéria, como se verificou, pouco ou nada sabiam. Portanto, agora, quando têm um protagonista que esteve envolvido, *in loco*, nestas matérias e que está a contar a versão dos seus factos, os Srs. Deputados não gostam e não querem, porque não é isso que querem ouvir! Os Srs. Deputados não querem ouvir nada desta matéria! Os Srs. Deputados não querem descobrir a verdade e, portanto, colocam-se nesse papel! Mas, enfim, essa é a imagem que vos fica, provavelmente à semelhança daquilo que têm feito neste tempo.

Para terminar, e para ser mais concreto, passou-se a ter um valor da atualização tarifária que é agora para o Estado... A CaixaBI estimou entre 80 e 100 milhões de euros o valor positivo para o Estado da introdução dessa cláusula. E também, se forem introduzidas portagens em determinados troços que não são ainda portajados, o Estado passa a receber receitas das mesmas, valor que ficou estimado entre 100 e 120 milhões de euros. Ou seja, estamos a falar aqui num valor aproximado de 200 milhões de euros de benefício para o Estado.

Quero, no entanto, citar que o benefício para o Estado destas receitas verificado na auditoria da Ernst & Young é superior, é de cerca de 330 milhões de euros. Portanto, isto era o que eu tinha a dizer relativamente ao ponto *b* daquilo que era a renegociação.

Relativamente aos assuntos pendentes, aproveito para listar os assuntos pendentes: foi resolvido o problema da Circular Sul de Braga, em que a Brisa solicitava cerca de 38 milhões e foi acordado 28 milhões na sequência de um processo arbitral; foi resolvido o problema da ligação do

Alto da Guerra, em relação ao qual, na altura, se insistia muito nas vezes que eu vinha aqui, ao Parlamento.

Aliás, quero recordar que nessa altura, quando vinha ao Parlamento, as inquirições dos Srs. Deputados não eram no sentido de saber por que é que o Governo fez as obras. As inquirições dos Srs. Deputados eram por que é que o Governo ainda não fez as obras! Vim a este Parlamento várias vezes para responder a questões como a de saber por que é que a ligação ao Alto da Guerra ainda não estava feita, nomeadamente tendo em conta a importância para o acesso a uma área industrial e também relativamente a um conjunto de projetos de investimento que estavam localizados naquela zona, para a viabilização dos quais a infraestrutura rodoviária era absolutamente fundamental.

Finalmente, também se acordou, depois de uma validação da Inspeção-Geral de Finanças, relativamente ao valor das participações financeiras sobre as obras que já estavam concluídas. Sobre obras futuras, as que já estavam definidas, pelo que o valor tinha de ser da responsabilidade do Estado, fechou-se o valor sem qualquer encargo adicional, ou seja, sem qualquer risco para o Estado: se o valor da obra não for esse, o Estado não beneficia; se o valor foi inferior por introdução de melhorias de processo de construção, como vimos há uma partilha de benefícios — e nessas matérias estão envolvidos o futuro acesso ao aeroporto, as plataformas logísticas, o nó de Soure. Ficou ainda resolvida a questão dos alargamentos que eram da responsabilidade do Estado e passou a ser o concessionário a fazer essa obra sem qualquer risco de construção para o Estado. Também se clarificaram os limites da concessão Brisa. Resolveu-se o problema da imposição da taxa de regulação das infraestruturas rodoviárias (TRIR). E, por fim, resolveu-se tudo isto num valor que a Brisa reclamava de cerca de 305 milhões de euros e que ficou

substancialmente inferior, ou seja, ficou num valor de 270 milhões de euros. Portanto, houve uma poupança comercial aqui também significativa.

Finalmente, os dois últimos pontos desta renegociação tiveram a ver com a implementação do sistema eletrónico de viaturas para portajar nas SCUT, também se obteve o acordo da Via Verde para o apoio na implementação, e com o fecho de duas questões que eram muito relevantes e que tinham um risco para o Estado muito significativo.

A primeira era que desde 2001 que a concessionária Brisa estava a suscitar junto do Estado pedidos de reequilíbrio pelo facto de a concessão Costa de Prata e a concessão Norte Litoral não terem portagens, o que originava um desvio de tráfego, quer na A3 quer na A1, para essas concessões. Portanto, a Brisa prescindiu desses pedidos de reequilíbrio, nomeadamente sobre o tempo passado em que ainda não tinham existido portagens nessas concessões. A Brisa prescindiu e, se hoje temos uma reclamação da Litoral Centro por introdução de portagens no valor de 1000 milhões de euros, o tráfego na A1 é consideravelmente superior ao que estava previsto na Litoral Centro, portanto, estamos a imaginar o valor que valeria este pedido de reequilíbrio.

A Brisa também prescindiu de uma queixa que tinha feito sobre o resultado do concurso da Grande Lisboa também com benefícios para o Estado, portanto menos litígios. E, finalmente, a Brisa aceitou a interligação no nó de Alcabideche da autoestrada da Grande Lisboa, a A16 com a A5, que também não estava previsto inicialmente e que iria trazer, obviamente, uma grande insatisfação aos utilizadores que se questionavam por que é que essas duas autoestradas não estariam interligadas. Nessa matéria também houve uma grande discussão e o resultado dessa interligação foi o de que não teve custos para o Estado e não houve qualquer pagamento do Estado por esta interligação.

Finalmente, depois deste relatório feito, a comissão de negociação remeteu-o para o Ministério das Finanças e para o Ministério das Obras das Obras Públicas. Ambos os Secretários de Estado, no caso, eu próprio e o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, remetemos depois para os nossos ministros, que por sua vez remeteram para o Conselho de Ministros.

E, no dia 23 de dezembro de 2008, o Conselho de Ministros aprovou esta renegociação, como digo, com um valor muito significativo para o Estado, porque deixámos de pagar 300 milhões que era o valor reclamado de obras e passámos a beneficiar, a valores da Caixa, um valor médio de 200 milhões de euros (um valor entre 180 e 220), sendo que a Ernst & Young, na sua auditoria, estima este valor em mais de 300 milhões.

Portanto, temos um benefício mesurável, de imediato, de mais de 500 milhões de euros e todos os outros benefícios que eu há pouco listei: partilha de benefícios, não participações financeiras em futuras intervenções nesta concessionária, desistência da Brisa da reclamação financeira sobre a não introdução de portagens na Costa de Prata e também do pedido de impugnação do concurso da Grande Lisboa.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Podemos, então, concluir, Sr. Deputado, que ao invés dessa nota que pairava sobre a renegociação da Brisa como sendo uma renegociação ruinosa, afinal de contas, é uma renegociação que traz vantagem para o Estado.

Gostava de partir daí, desse ponto, para lhe fazer uma outra pergunta, até por comparação com o contrato inicial da Brisa.

Uma outra ideia que também perpassa nestas comissões e que, provavelmente, sustentou todos os equívocos, com base nos quais se tiraram conclusões precipitadas à volta das PPP, tem muito a ver com as subconcessões lançadas pelo Sr. Deputado enquanto membro do Governo.

E nessas subconcessões, até por comparação com a Brisa, passa a ideia de as taxas internas de rentabilidade dos respectivos contratos, as chamadas TIR, eram muito elevadas. O Sr. Deputado quer comentar esta nota?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, comentarei, mas deixe-me só, enfim, já que fechamos o pacote das negociações, dizer-lhe que, como há pouco referenciei, no Governo em que estive também houve dois outros *dossiers* de renegociações, que, nesta fase, gostaria também de esclarecer, porque obviamente muito se tem falado sobre essa matéria.

Estamos a falar, por exemplo, da renegociação da Lusoponte.

Como eu disse há pouco, entendo — e essa é a minha avaliação pessoal — que o contrato da Brisa, enfim, é um contrato que podia e devia ser melhorado nalgumas matérias. Conseguimo-lo fazer com esta renegociação. Não conseguimos em toda a linha, como disse, não conseguimos, por exemplo, introduzir o modelo de disponibilidade, não conseguimos introduzir um caso-base na concessão — e introduzir um caso-base era absolutamente fundamental para defender o Estado. Porquê? Porque é através de um caso-base... Não sei se os Srs. Deputados estão familiarizados com esta terminologia, mas o caso-base é o conjunto de projeções financeiras que ficam anexas ao contrato. E, portanto, é através de um caso-base que se pode monitorizar se há desvios, se a situação está melhor ou pior do que estava previsto inicialmente. Nesse sentido, a não existência do caso-base é algo que é muito relevante.

Por exemplo, deixe-me só ler aquilo que a Brisa até respondeu a esta Comissão. A Brisa respondeu que o resultado líquido que teve em 2005 foi de 327 milhões de euros positivos, em 2006 de 175 milhões de euros, em 2007 de 253 milhões de euros, em 2008 de 146 milhões de euros, em 2009

de 158 milhões de euros, em 2010 de 500 milhões de euros de resultado positivo, em 2011 de 30 milhões de euros.

Se pegarmos na Lusoponte os valores não são tão significativos, mas isto evidencia bem que, do ponto de vista destas duas parcerias, até porque é onde há mais tráfego, onde circulam mais automóveis, onde há efetivamente maior negócio, digamos, o parceiro privado tem bons resultados, tem bons ganhos — ninguém pode refutar! Eu diria até que tem extraordinários ganhos. Ter 300 milhões de lucro num ano ou 500 milhões de lucro noutra ano podemos dizer que são excelentes ganhos.

Ora, curiosamente, Sr. Deputado, temos assistido a uma diabolização das parcerias público-privadas, dizendo-se que as que foram feitas nos últimos anos são uma desgraça, elas não têm nenhuma destas rentabilidades, essas são as que nós sabemos que o Governo tem vindo a dizer: «Temos que renegociar estas!» Mas as principais onde as rentabilidades são fortíssimas, como é a Brisa ou a Lusoponte, até ao dia de hoje, que eu saiba, o Estado não quis fazer nenhum movimento, nomeadamente de renegociação. E aqui, sim, porque me parece que estes dois contratos, quer da Brisa quer da Lusoponte, Sr. Deputado, mereceriam e necessitavam de correção, tendo em conta esta visão das chamadas «rendas excessivas»! Aqui, sim, é exatamente nas concessões Brisa e Lusoponte! Mas provavelmente outras questões levam a que o Governo até este momento, já a ano e meio de funções e de estar a dizer todos os dias que deve fazer renegociações e diminuir as rendas excessivas, nada tenha feito nesta matéria. Ora, exatamente os dois piores contratos e onde os resultados evidenciam que alguma coisa correu menos bem, provavelmente, para o Estado ou para os utilizadores e muito bem para o concessionário são estas concessões.

Queria dizer, portanto, que fizemos a renegociação da concessão Brisa com estas vantagens, fizemos também a renegociação da concessão Lusoponte com um ganho de cerca de 150 milhões de euros para o Estado e fizemos a renegociação das outras concessões que há pouco referenciei com um ganho de 1,8 mil milhões.

Entrando na questão que colocou das subconcessões, eu e os restantes responsáveis governativos do Ministério das Finanças e do Ministério das Obras Públicas e o Conselho de Ministros (porque determinou um conjunto destas matérias) somos responsáveis pelo lançamento de 8 concessões público-privadas. Volto a insistir: 8 das 22 que existem, o que demonstra bem aquilo que tem sido dito sobre o passado, a falsidade relativamente a esta matéria.

Portanto, nos últimos anos, lançaram-se 8 concessões. A taxa interna de rentabilidade destas 8 concessões, que está contratualizada, portanto que está anexa nos caso-base, é de 9%. Esse é um resultado que, aliás, está espelhado na auditoria do Tribunal de Contas que tantas vezes é aqui citada. Se verificarmos as taxas de rentabilidade que estão espelhadas nas outras concessões, verificamos que elas são significativamente superiores.

Portanto, a conclusão que factualmente... A única conclusão que se pode tirar é a de que as 8 concessões que foram lançadas nos últimos anos são aquelas que têm menor rentabilidade para os parceiros...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Deputado, era justamente a esse ponto que eu queria chegar.

Ou seja, diz-se por aí que as subconcessões lançadas pelo seu Governo são subconcessões com taxas internas de rentabilidade brutais, que têm rentabilidades de 15% e de 20%, que por comparação com as anteriores são muito mais elevadas.

Queria pedir-lhe que precisasse com mais detalhe se é mesmo verdade que as subconcessões lançadas por si, no seu Governo, têm taxas mais altas ou mais baixas e, se têm, quais são.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Tenho comigo um quadro preparado com essa matéria. Se o Sr. Deputado me deixar encontra-lo, darei as respostas sobre essa questão.

Na concessão Brisa, como sabe, não há caso-base. Não havendo caso-base, não há uma TIR contratualizada. Mas os resultados líquidos que há pouco referenciei são elucidativos...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — São representativos de taxas internas de rentabilidade muito elevadas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Muito elevadas! A Deputada Carina Oliveira, ainda na última audição a que eu assisti, referenciou que o relatório do Tribunal de Contas falava numa taxa de rentabilidade para a Brisa de 24%. Portanto, sobre essa matéria, não vou...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — E nas concessões lançadas pelo seu Governo?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Já lá vou, Sr. Deputado!
A concessão Lusoponte 11,43%...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Que não é do seu Governo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Que não é do meu Governo.

A Ernst & Young, aliás, diz que é 13,65%.

A concessão Oeste, que também não é do meu Governo, 14,33%, a concessão Litoral Centro 9,28%, a concessão Grande Porto 11,39%, concessão Costa de Prata 11,89%. Isto são TIR contratualizadas, todas elas não são do meu Governo. A concessão Beiras Litoral e Alta 13,1%, a concessão Beira Interior 13,97%, a concessão Interior Norte 13,28%. Portanto, nenhuma destas é do meu Governo. Não citei todas pela insistência do Sr. Deputado em encurtar a minha resposta.

Quanto às do meu Governo, Pinhal Interior 9,5%, Baixo Alentejo 8,48%, Algarve Litoral 6,37%, Douro Interior 7,98%, Autoestrada Transmontana 9,96% e Túnel do Marão 8,42%.

Portanto, em média, dá cerca de 9% as taxas de rentabilidade contratualizadas e, como pode observar por aquelas que citei que não eram do meu Governo (11, 14, 13, 14, 13...), são significativamente inferiores.

Ou seja, factualmente, sem nenhuma possibilidade de alterar o que quer que seja, porque é o que está anexo aos contratos de concessão, verificamos que aquilo que tem sido sistematicamente produzido, sistematicamente ventilado para a comunicação social, sistematicamente insinuado de que as últimas concessões são aquelas onde há mais rendas excessivas para o parceiro privado, fica demonstrado, inequivocamente, factualmente, que não corresponde à verdade e que, portanto, não passa de uma insinuação que se deve inserir no combate político e em mais nada, porque não passa disso mesmo!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Pois é, Sr. Deputado. Se os Deputados do PSD e do CDS o quisessem ter ouvido antes, provavelmente já há nove meses teriam chegado a essa conclusão, escusavam de andar nove meses...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Temo que mesmo assim...!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sabe que já se brincou aqui com tudo, até já se brincou com um estudo de tráfego, para justificar o ridículo da ligação da Alta Velocidade a Madrid, com volumes de tráfego 15 vezes superiores àqueles que realmente vinham nos estudos. Mas é a vida!

Relativamente a estes processos, ainda por comparação também com a Brisa, ou seja, na análise comparada da Brisa com as concessões lançadas por si, diga-me outra coisa: qual é o panorama das transferências de riscos, que antes do seu Governo estavam previstas e eram imputadas ao Estado, neste momento, depois das concessões lançadas por si e com as concessões lançadas por si também?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Essa é uma outra questão muito relevante e para a qual devemos olhar com pormenor, porque, obviamente, é uma das questões que também tem sido mais discutida.

Em termos de conclusão, a resposta é óbvia: as 8 concessões — 7 subconcessões e 1 concessão, a do Túnel do Marão — ou 8 parcerias lançadas pelo Governo a que pertenci são que têm menos risco para o Estado e que mais riscos transferiram para o parceiro privado.

Nós temos ouvido aqui, isso é algo sistemático, os Srs. Deputados da maioria dizerem que as concessões lançadas pelos últimos Governos não transferiram riscos para o parceiro privado. Transferiram, integralmente, o risco de construção, ao contrário de outras, como há pouco vimos na Brisa, em que o risco de construção ou parte do risco de construção se mantinha no Estado. Transferiram, integralmente, o risco de financiamento (mais à frente gostaria de falar sobre o Túnel do Marão) e de tal maneira se

transferiu o risco de financiamento que, por exemplo, na concessão Túnel do Marão, hoje as obras não avançam por uma única razão: pelo facto de o consórcio bancário entender que os juros que estão contratualizados são tão baixos, tão baixos, tão baixos, face à conjuntura que hoje se vive, que não quer lá colocar os montantes necessários para que a obra possa prosseguir.

Mais à frente, sobre o Túnel do Marão, se o Sr. Deputado me quiser fazer uma pergunta, responderei com todo o gosto.

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Deputado, eu percebi a deixa, mas não precisa de esperar por mim. O prejuízo para o Estado é tão evidente que pode e deve explicar-se.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, mas eu responderei.

Os Srs. Deputados não querem...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Campos pode falar. Não estabeleço aqui nenhuma limitação, mas, em relação à PPP Túnel do Marão, havemos de chegar lá. Portanto, eu creio que não haverá necessidade...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, desculpe interrompelo, mas o problema é esse: é que não chegamos!

O Sr. **Presidente**: — Chegamos, seguramente.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Não chegamos, Sr. Presidente, porque a maioria teve o cuidado de deixar para o fim, para não termos tempo para lá.

Protestos do CDS-PP.

A maioria, de facto, quanto aos crimes económicos, não quer vê-los!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Crimes económicos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode crer que chegamos. Mas, de qualquer maneira, vamos...

Protestos do CDS-PP.

Srs. Deputados, querem fazer um pouco de silêncio, por favor?
Se quiserem, interrompemos os trabalhos!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Exatamente, eu oiço toda a gente a falar de tudo!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Toda a gente, não!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há muito ruído. Enfim, diz o Sr. Deputado Bruno Dias que não é toda a gente e tem razão.

A sala está muito cheia, temos muita gente a assistir, há muito ruído de fundo, o que perturba, de certa forma, os trabalhos.

Peço, portanto, aos Srs. Deputados que, tanto quanto possível, mantenham algum silêncio durante a audição.

Peço também ao Sr. Deputado Paulo Campos que tenha algum esforço de síntese, sob pena de alongarmos excessivamente esta audição. Obviamente que não ponho limitações no uso da palavra. A única limitação que temos é a do tempo que está estabelecido para os grupos parlamentares. No entanto, pedia-lhe, de certa forma, algum esforço de síntese e que nos procurássemos cingir ao tema desta audição, que é, de facto, a concessão Brisa, sendo certo que, obviamente, há matérias que são conexas. Isso não está em causa. Contudo, não há necessidade de anteciparmos, excessivamente, outras concessões, sobre as quais nos iremos pronunciar noutras alturas.

Peço desculpa por ter interrompido os trabalhos nesta fase.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, posso fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Presidente**: — Pode, com certeza.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, tomamos por boa essa sua declaração, mas gostava que fosse também noutras reuniões.

Parece que a Mesa só tem estas interpretações quando é o Partido Socialista a intervir, porque sistematicamente temos assistido, nomeadamente por parte do CDS, falar-se de tudo menos do tema da reunião.

Portanto, acho que tem de haver aqui algum critério de imparcialidade e de igualdade na condução dos trabalhos, Sr. Presidente. Queríamos deixar isto muito claro, porque já levantámos este problema duas ou três vezes, em situações similares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, obriga-me a declarar que rejeito totalmente essa vitimização que está a tentar fazer acerca da condução dos trabalhos — rejeito totalmente!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E bem!

O Sr. **Presidente**: — O que acontece é que, nesta reunião, o Partido Socialista é o único grupo que até agora falou. É essa a única razão! E faça favor. Está no seu direito e ainda tem muito tempo para poder falar.

Agora, rejeito frontalmente essa ideia de que há aqui, da minha parte, algum intuito de prejudicar o Partido Socialista seja no que for — rejeito totalmente, Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Campos, faça favor.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Falarei obviamente e responderei de imediato às questões que o Sr. Deputado colocou, mas não posso deixar também de intervir sobre esta situação que acabámos de verificar.

Na minha intervenção...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenho de lhe lembrar que não é membro desta Comissão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Certo!

O Sr. **Presidente**: — Está aqui para prestar um depoimento perante esta Comissão.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Na minha intervenção inicial e no meu depoimento inicial, transmiti a mensagem de que, nos trabalhos desta Comissão, por responsabilidade da maioria, que obviamente condiciona o funcionamento e as regras desta Comissão, tem vindo a ser feita uma forma de condução que leva a que a verdade não seja descoberta e a que a insinuação que todos os dias aqui é feita, sobretudo a que é feita lá fora, não possa ter contraditório.

É nesse contexto que eu gostaria de olhar para os Srs. Deputados da maioria, porque os Srs. Deputados da maioria fizeram esta interrupção dos trabalhos ou este incidente parlamentar (é assim, presumo, que se denomina) exatamente porque, pela primeira vez, está aqui a ser feito o contraditório. E os Srs. Deputados da maioria, no seu velho tique, não gostam desse contraditório, gostam de falar sozinhos, gostam de fazer a orquestração que sempre fizeram sobre esta matéria, com meia dúzia de especialistas, pseudocomentadores, que são convidados e que são mandados para as televisões para falarem, na maioria dos casos, como se verificou aqui, nesta própria Comissão, das coisas que não sabem.

Portanto, presumo que aquilo que incomoda os Srs. Deputados da maioria é que se esteja a falar de factos e dos factos concretos. E os factos concretos, relativamente aos riscos, são muito claros.

Assim, como eu estava a responder, o risco de construção nas 8 concessões lançadas está integralmente transferido. Nas concessões anteriores, como já vimos, como é o caso da Brisa, não havia essa transferência ou, como os Srs. Deputados já viram, na concessão Oeste, porque nos últimos anos se pagou um valor significativo por causa do alargamento da autoestrada na zona de Loures. Portanto, havia um risco de construção nessas concessões; nesta está integralmente passado para os privados. O risco de financiamento está integralmente passado para os privados. O risco de manutenção, operação e conservação das estradas está integralmente transferido para os privados — parece que, agora, estão numa renegociação a transferi-lo novamente para o Estado, libertando esse risco que estava nos privados, mas essa é uma outra matéria que mais à frente se poderá detalhar também. Temos ainda o risco de tráfego, o risco de procura, que está transferido para o parceiro privado.

Das 8 concessões — nos casos-base que dão aquelas TIR que eu há pouco referenciei —, em 4 a maioria dos rendimentos não são de disponibilidade mas, sim, de pagamentos de serviço em função do tráfego que estava previsto verificar-se. O que quer dizer que, se o tráfego não se verificar, como previsivelmente não se vai verificar porque as condições económicas, nomeadamente as consequências do que este Governo tem feito ao povo português, levarão obviamente o tráfego a diminuir na circulação nestas estradas, portanto, as taxas de rentabilidade vão ser inferiores, porque irão lá passar menos automobilistas e, passando menos automobilistas, as rendas de serviço que se vão pagar serão inferiores.

Portanto, todos estes riscos foram integralmente passados.

No entanto, foram passados riscos também que, no passado, nunca tinham sido passados e que determinaram o descalabro, nomeadamente nos anos entre 2002 e 2005, de reequilíbrios pedidos pelas concessionárias.

Estou a referir-me ao risco ambiental, que, na maioria das concessões, não era transferido para o parceiro privado, e que nestas concessões está transferido para o parceiro privado. Estou a referir-me ao risco de expropriações que nas concessões anteriores ao Governo a que pertenci não estava transferido para os parceiros privados e que nas 8 concessões que lançámos está integralmente transferido para os parceiros privados. E estou a referir-me ao risco de disponibilidade que também não estava transferido. Como já vimos, na concessão Brisa, ou na concessão Norte, ou na concessão Oeste podia a concessão estar interrompida... Por exemplo, a CREL, por desabamento de terras, esteve interrompida durante vários meses e isso não teve qualquer penalização para o concessionário por parte do Estado. Enfim, deixaram de lá passar veículos e a concessionária não recebeu dos utilizadores. Mas o Estado não pôde praticar uma penalização, porque obviamente a estrada esteve indisponível. Ora, esse risco de disponibilidade também foi agora transferido.

Portanto, trata-se de um conjunto de riscos muito superiores que foram transferidos, que antes não existiam. Como já citei, o risco de construção foi integralmente transferido e, comparativamente com outras concessões, esse risco de construção não estava integralmente transferido, assim como o risco de expropriações, o risco ambiental, o risco de disponibilidade, ou seja, todos estes são riscos que passaram a ser dos parceiros privados e que, até este momento, não eram dos parceiros privados.

Ora, isso traz uma questão muito concreta.

Nós assistimos, por várias vezes, nomeadamente por parte dos Deputados da maioria, tentarem transformar numa verdade neste País que as concessões lançadas nos últimos anos são sem risco para o parceiro privado, são de rendas sem risco para o parceiro privado. Nada mais falso!

Todos os riscos que já tinham sido transferidos nas anteriores concessões foram transferidos nesta concessão e ainda, como disse, foram transferidos riscos adicionais que, no passado, geraram grandes desequilíbrios.

Por exemplo, o facto de o risco ambiental não ter sido transferido originou que uma decisão do Governo de Durão Barroso de alteração do traçado da concessão Interior Norte por causa do célebre viaduto dos lobos na A24 tivesse um sobrecusto para o Estado de mais de 300 milhões de euros.

Por exemplo, o facto de não ter transferido o risco de expropriações levou a que em várias concessões, por atraso de entrega dos terrenos por atraso nas expropriações por parte do Estado, nos anos 2002 e 2003, também da responsabilidade dos Governos de Durão Barroso, se gerassem fortes reequilíbrios por essas expropriações não terem sido feitas em tempo útil.

Por exemplo, quanto às alterações de traçado, em nenhuma das 8 concessões lançadas houve qualquer alteração unilateral do objeto do contrato. O que é que isso quer dizer? Quer dizer que também um risco, que é obviamente e que foi muitas vezes utilizado no passado, nunca foi utilizado durante os Governos a que pertenci. Só para vos dar um exemplo, a célebre alteração do traçado em Estarreja, solicitada pelo, na altura, candidato a Deputado Marques Mendes, custaria ao Estado, se se tivesse vindo a verificar, 500 milhões de euros para satisfazer a clientela eleitoral e não para satisfazer nenhum interesse. Repito: para satisfazer a clientela eleitoral. O candidato a Deputado Marques Mendes só quis alterar o traçado para ganhar uns votos, nomeadamente na zona de Estarreja. Não foi por nenhum interesse público, não foi para que a obra ficasse mais barata, não foi para que a distância entre Aveiro e o Porto ficasse mais curta, não

foi para defender nenhum interesse ambiental, porque na zona em que se queria deslocalizar o traçado tinha menos impactos ambientais. Não! Pelo contrário!

Aliás, quero recordar que o presidente da Estradas de Portugal à data demitiu-se desse cargo exatamente por essa razão, ou seja, porque achava que essa decisão, promovida pelo candidato a Deputado mas que, entretanto, tinha ganho as eleições e como Ministro promoveu essa alteração em Conselho de Ministros — depois, curiosamente foi esse Ministro dos Assuntos Parlamentares da época que anunciou, no alto da Fermelã, em Estarreja, a boa nova de que tinha alterado o traçado —, custaria aos contribuintes 500 milhões de euros e atrasos significativos na disponibilização da obra.

De facto, não custou 500 milhões, mas ficou por um valor também muito substancial, próximo dos 100 milhões de euros, porque, entretanto, o Governo a que pertenci alterou essa decisão, poupando ao Estado esses sobrecustos. Já não foi a tempo, no entanto, de conseguir ganhar os quatro anos que se perderam nessa matéria, com o custo, obviamente, de se ter de indemnizar-se essa concessionária devido ao reequilíbrio entretanto feito.

Portanto, Sr. Deputado, quanto a este conjunto de sobrecustos que aconteceram no passado — porque esta é uma matéria factual —, se somar o conjunto de reequilíbrios que advém do facto de o risco de expropriações ser do Estado, de o risco ambiental ser do Estado e das alterações unilaterais que o Estado promoveu durante a fase de obra nos anos anteriores aos Governos a que pertenci, verifica que custaram ao País e aos contribuintes 1,6 mil milhões de euros em reequilíbrios que foram acordados e pagos.

Repito: os reequilíbrios e os sobrecustos de obra por alterações unilaterais de obra feitos nos anos 2002, 2003 e 2004, os sobrecustos pelos

atrasos nas expropriações nesses mesmos anos e os sobrecustos da responsabilidade ambiental pelos impactos ambientais serem mais tarde do que a contratualização e pela decisão ambiental de alterar traçados ao longo do processo de obra custaram ao País 1,6 mil milhões de euros. O que compara, Sr. Deputado, com as 8 concessões que foram lançadas no Governo a que pertenci, com zero euros. Exatamente porquê? Exatamente porque o risco de expropriações passou para os privados, exatamente porque o risco ambiental passou para os privados e exatamente porque, durante os seis anos dos Governos a que pertenci, nunca houve qualquer alteração unilateral do objeto do contrato, ou seja, não foi ao longo do processo de construção que se alterou o traçado ou se decidiu fazer mais uma rotunda ou mais uma entrada ou saída de autoestrada.

É, obviamente, o rigor nessas matérias que leva a que os resultados sejam substancialmente diferentes e, portanto, a que tenhamos consequências também substancialmente diferentes.

Finalmente, Sr. Deputado, gostaria também de falar sobre o caso Túnel do Marão, porque este caso é muito paradigmático do que se passa, nomeadamente sobre o risco financeiro.

A concessão Túnel do Marão foi contratualizada, se a memória não me traiçoa, em finais de 2007, o que quer dizer que foi contratualizada antes de eclodir a crise financeira. Portanto, foi benéfico para o Estado contratualizar o financiamento, porque permitiu obter um *spread* que para umas linhas de financiamento é de 0,7% e para outras é de 1% do indexante Euribor. Significa, portanto, que o que foi contratualizado no Túnel do Marão, como pagamento de juros ao consórcio financeiro, é de cerca do valor da Euribor mais um pequeno *spread* de 0,7% ou de 1%, ou seja, muito inferior a qualquer empréstimo que hoje possa ser possível obter.

Portanto, o Túnel do Marão só não avança as suas obras, porque o consórcio financeiro não tem nenhum interesse em fazê-lo, visto que, se for obrigado a cumprir o contrato financeiro que assinou, tem de financiar aquela obra a uma taxa de juro que é muito reduzida. E, como os bancos hoje têm muitos outros sítios para colocar esse dinheiro por uma taxa de juro muito superior, os bancos levantaram um conjunto de dificuldades para que essa obra prosseguisse.

Se quer que lhe diga, neste momento, em termos financeiros, o Estado meteu nessa obra 197 milhões de euros — também valeria a pena olhar para a forma como meteu —, os acionistas da concessionária meterem nessa obra cerca de 40 milhões de euros e os bancos meteram apenas 43 milhões de euros para financiar a obra, quando ela devia ser integralmente financiada pelo consórcio financeiro, que, Sr. Deputado, já recebeu, à cabeça, em juros e em comissões 35 milhões de euros.

Portanto, o consórcio financeiro é aquele que, neste momento, não tem nada a ganhar com o avanço das obras. O concessionário, o acionista da concessão, tem a perder o dinheiro que lá colocou, os bancos já recuperaram praticamente o que lá colocaram e o Estado pagou já 197 milhões de euros — que devia pagar ao longo de 30 anos, mas pagou antecipadamente — e não tem a obra concluída.

Algo que se devia questionar é: por que é que esta situação acontece? Por que é que o Estado ainda não fez uso das suas prerrogativas e por que é que esta situação, que é claramente prejudicial para os interesses do Estado, se mantem? Bom, só tenho uma explicação: porque, efetivamente, a capacidade de os bancos influenciarem neste contexto é muito grande, o que permite que, obviamente, o seu interesse seja, neste caso, valorizado acima do interesse nacional.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Deputado, quero agradecer-lhe a explicação que deu, por um lado, relativamente à transferência de risco, porque a transferência de risco, nas diferentes concessões, dos particulares para o Estado foi matéria sobre a qual também se especulou imenso. Designadamente nestes últimos meses, perpassou a ideia de que o Estado assumiria a integralidade dos riscos e teria, com isso, despesas verdadeiramente incomportáveis. Como o senhor explicou com particular brilhantismo e particular detalhe, a verdade é que as transferências de risco para os particulares aliviaram o Estado de enormes encargos.

Por outro lado — ainda que isso não alivie a urticária que, pelos vistos, atacou os Srs. Deputados da maioria, do PSD e do CDS —, a verdade é que o Túnel do Marão foi negociado num contexto em que as condições financeiras eram as mais favoráveis e esta paragem representa um prejuízo gravíssimo para a população, representa um prejuízo gravíssimo para o Estado e representa um prejuízo gravíssimo também para as contas públicas.

É evidente que muitas vezes é preferível, e alguns preferem, colocar o acento tónico na dúvida que possa perpassar na opinião pública, em vez de tentar obter o esclarecimento dos factos.

Sr. Deputado, vou mudar um pouco de tema, porque isso também suscita dúvidas quanto ao objeto da audição.

De todos os processos que viu e, por maioria de razão, com a Brisa, o seu Governo teve especial cuidado no cumprimento de princípios de transparência, de contratualização perfeita das parcerias público-privadas por contraposição ao que anteriormente se fazia e ao que depois se tem vindo a fazer. Com estas Governo, assistimos ao lançamento de uma verdadeira parceria público-privada, que é a concessão da ANA Aeroportos, com negociação direta, e isso foi há meia dúzia de meses.

Quer explicar-nos a diferença entre o cumprimento do princípio da transparência aplicado às concessões que o senhor negociou e às outras?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, obviamente que é uma pergunta importante, sobretudo tendo em conta a agenda que tem vindo a acontecer nos últimos tempos.

É verdade que as 8 parcerias feitas nessa altura, tanto do ponto de vista rodoviário como as que foram feitas noutras sectores, foram sempre feitas por concurso público. Como sabemos, a parceria público-privada feita já por este Governo relativamente à infraestrutura aeroportuária foi feita sem concurso público.

Isso faz toda a diferença, Sr. Deputado. Nas 8 concessões ou nos 8 concursos que lançámos — esta é uma matéria que também convém esclarecer —, nas 8 parcerias público-privadas rodoviárias que lançámos o consórcio liderado pela Soares da Costa ganhou uma concessão rodoviária, o consórcio liderado pela Somague, ganhou outra concessão rodoviária, o consórcio liderado pela Edifer ganhou duas concessões rodoviárias, o consórcio liderado pela Mota-Engil ganhou duas concessões rodoviárias e o consórcio liderado pela Brisa ganhou outras duas concessões rodoviárias. Em todas estas parcerias, objeto de concurso público internacional, ganhou a proposta que apresentou um custo inferior ao Estado. Repito: foram todas por concurso público e em todas elas os cinco vencedores, os cinco consórcios diferentes, foram os que apresentaram ao Estado o custo mais baixo.

Aliás, essa é uma das razões que permite comparar que o custo por quilómetro de construção das lançadas pelo Governo a que pertenci é 63% inferior à média do custo por quilómetro das outras concessões que não foram lançadas pelo Governo a que pertenci. Repito: quanto ao custo por

quilómetro, quando dividimos o total de custos de investimento pelo número de quilómetros que vão ser construídos, temos uma diferença para menos de 63% no custo de construção destas 8 parcerias, exatamente porque o vencedor, ao contrário do que tinha acontecido no passado... Quero lembrar, por exemplo, a decisão do ex-Ministro Valente de Oliveira e da Ministra Manuela Ferreira Leite, se a memória não me falha, do Governo de Durão Barroso, que decidiram adjudicar a concessão Grande Porto não ao concorrente que tinha a melhor proposta do ponto de vista financeiro, do ponto de vista do preço, entenda-se.

Esse princípio foi aqui colocado, porque entendemos que o Estado devia fazer concursos particularmente rigorosos, nomeadamente do ponto de vista do que era solicitado aos concorrentes, mas em que o preço teria de ser uma vertente fundamental.

A parceria público-privada que este Governo já fez das infraestruturas aeroportuárias ANA não foi por um concurso público. Foi feita como todos nós sabemos, sem qualquer transparência e sem qualquer possibilidade de fiscalização do que foi feito, porque, até este momento, não se sabe de contratos de concessão, enfim, não se sabe rigorosamente nada de como o processo foi feito e das trapalhadas que esse processo tem. Provavelmente, essa será matéria para outras comissões ou mesmo para outras comissões de inquérito esclarecer, porque esse assunto não sairá da agenda mediática nos próximos tempos, tal é a profusão de questões menos transparentes que existem nesses concursos.

Nestes 8, como se pode também saber, não houve qualquer reclamação de nenhum concorrente e, portanto, os concursos ultrapassaram do ponto de vista de transparência: as bases dos contratos foram publicadas previamente, os contratos de concessão foram assinados respeitando integralmente as bases que são publicadas e que são do conhecimento,

porque foram publicadas em *Diário da República* — ao contrário do que se passa na ANA —, e responderam a todos os procedimentos exigíveis do ponto de vista de um concurso público internacional, nomeadamente aqueles que são exigíveis na legislação do Código dos Contratos Públicos.

Portanto, a pergunta que o Sr. Deputado coloca é uma pergunta extremamente interessante, porque demonstra bem a forma como no passado se fizeram estes processos e a forma como neste momento estão a ser feitos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O conceito de parceria público-privada foi originariamente representado pelo exemplo Brisa — é, aliás, o primeiro exemplo de concessão de parceria público-privada que existe. Ao longo dos anos, dos 40 anos de existência deste modelo jurídico de contratação pelo Estado, têm-se desenvolvido inúmeras parcerias público-privadas. A verdade é que nunca como nos últimos anos se colocou tanto o acento tónico nas parcerias público-privadas, ao ponto de o Sr. Deputado ter sido, enquanto governante, integrado num conceito global que o qualificava como o campeão mundial das parcerias público-privadas.

Acha que, enquanto governante, o Sr. Deputado ou o seu Governo foram os campeões das parcerias público-privadas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, vamos aos factos.

Como há pouco referenciei, do ponto de vista rodoviário, há 22 parcerias público-privadas, sendo que 8 foram lançadas pelos últimos Governos. Dos 2579 km de autoestradas existentes, 428 km foram lançados pelo último Governo, ou seja, 16%. Portanto, em termos nacionais, poderemos verificar que os dois Governos a que pertenci são responsáveis

pelo lançamento de 16% dos quilómetros de autoestradas, pelo que não é o campeão nessa matéria, ponto número um.

Aparte inaudível na gravação.

São 16% dos quilómetros de autoestradas nas parcerias público-privadas lançados nos últimos Governos, quando confrontado com o número de quilómetros de autoestradas deste País.

Mas mais: por exemplo, ouvi já diversos comentadores, denominados especialistas em Economia, dizerem que se fizeram em Portugal nos últimos anos 150 parcerias público-privadas. O relatório da Ernst & Young, o relatório da Direção-Geral do Tesouro e Finanças diz que em Portugal há 36 parcerias público-privadas.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — No seu Governo há quantas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não lhe sei dizer o total. Sei das rodoviárias, que são 8. Do resto, não sei, porque não...

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — O seu Governo lançou 8 em 36.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já concluiu o seu tempo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não. Lançou 8 em 22 rodoviárias. Relativamente ao resto, não tenho essa contabilidade. Como não tinha esse setor, não me preocupei em coligir os números.

Para se ser campeão, nomeadamente na liga internacional ou na liga Europa, temos de fazer a comparação com o que acontece nos outros

países. O Reino Unido fez 20 vezes mais parcerias do que as que foram feitas em Portugal. Em plena crise das dívidas soberanas, em países europeus com programas de redução do seu défice como a França e a Espanha, por exemplo, só em 2010 e 2011 foram feitas na Europa mais 196 parcerias e no Reino Unido 71. Portanto, nestes dois anos da crise soberana, só no Reino Unido fez-se o dobro das parcerias público-privadas que sempre se fizeram em Portugal. Em França fizeram-se 38, ou seja, só nestes dois anos, 2010 e 2011, fizeram-se mais do que todas as que foram feitas em Portugal. Na Alemanha fizeram-se 30, em Espanha 20, na Bélgica 11, etc.

Ou seja, Sr. Deputado, essa é mais uma afirmação que não resiste aos factos. O campeão das parcerias público-privadas, obviamente, não é Portugal, é o Reino Unido, porque é aí que a grande maioria das parcerias público-privadas foram feitas, inclusive nos anos de 2010 e de 2011.

Já agora, gostaria de precisar que, dos 190 mil milhões de dívida do Estado, apenas 2% correspondem à intervenção nas parcerias público-privadas. Portanto, esse também é um facto que é extremamente importante. Isto é, no *stock* da dívida, comparado com todos os pagamentos feitos pelas parcerias público-privadas, elas contribuíram com apenas 2% para a formação desse stock.

E, volto a insistir, se quisermos comparar dos 190 mil milhões, entre 2002 e novembro de 2012, qual é a responsabilidade dos diferentes Governos, verificaremos que os Governos do Partido Social Democrata e do CDS são responsáveis por mais de 50 mil milhões dessa dívida direta do Estado em menos tempo do que os Governos do Partido Socialista, que são responsáveis por cerca de 70 mil milhões dessa dívida direta do Estado.

Portanto, não é apenas falso dizer que as parcerias público-privadas foram o que contribuiu para a formação deste *stock* da dívida, como

também é falsa a afirmação de que os Governos do Partido Socialista são os responsáveis pela formação desta dívida.

Repito: entre 2002 e 2012, a dívida direta do Estado aumenta mais de 120 milhões de euros, numa proporção de 70 mil milhões nos Governos do Partido Socialista e valores redondos de 50 mil milhões nos Governos do Partido Social Democrata, obviamente, com tempos de Governo ainda significativamente diferentes, porque estamos a falar de mais de seis anos de Governos do Partido Socialista e menos de cinco anos de Governos do Partido Social Democrata e do CDS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, agora, ao CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de começar por fazer uma pequena interpelação à Mesa.

O Sr. Deputado Manuel Seabra disse — julgo que está gravado, mas, se me falhar algum dos termos, peço desde já desculpa — que havia crimes económicos no Túnel do Marão. Queria saber se o Sr. Deputado Manuel Seabra já apresentou ao Ministério Público queixa destes crimes a que fez aqui referência.

Portanto, através de V. Ex.^a, gostava de perguntar ao Sr. Deputado Manuel Seabra quais são os crimes, se já fez queixa ao Ministério Público ou se lançou apenas mais uma suspeita infundada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se me vou pôr a fazer perguntas ao Sr. Deputado Manuel Seabra a pedido seu e se isto cria um precedente, não saímos daqui! Tenha paciência! Está registada a sua interpelação.

Obriga-me, no entanto, a dar a palavra ao Sr. Deputado Manuel Seabra, mas não gostaria que perdêssemos o nosso tempo...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu também não!

O Sr. **Presidente**: — ... com este tipo de incidentes, Sr. Deputado, sinceramente!

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra e pedia-lhe uma resposta de sim ou não, já que a pergunta foi feita nesses termos.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, mas é difícil!

O Sr. **Presidente**: — Então, nesse caso, deixaremos para outra altura, se não se importa.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Mas eu, embora...

O Sr. **Presidente**: — Se é para fazer uma intervenção, tenha paciência, Sr. Deputado!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, num minuto explico!

O Sr. **Presidente**: — Acho que temos de dignificar os trabalhos desta Comissão!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, se me der 1 minuto, explico!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já agora, aproveito a reunião de hoje, nos termos em que ela está a decorrer, para dizer que creio que esta Comissão não está a ficar bem vista perante os nossos concidadãos que assistem aos nossos trabalhos. Portanto, peço a especial atenção dos Srs. Deputados para com a necessidade dignificar os trabalhos! E não é com interpelações cruzadas à Mesa que dignificamos os trabalhos!

Sr. Deputado Manuel Seabra, peço-lhe a maior brevidade.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Eu não estou interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se não está a interpelar a Mesa, então, não pode usar da palavra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, estou, naturalmente, a responder a uma pergunta que, por seu intermédio, me foi dirigida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a figura regimental utilizada não foi o pedido de esclarecimento — nem poderia ser!

Se o Sr. Deputado quer, muito brevemente, pôr termo a esta questão, porque foi diretamente visado, dar-lhe-ei a palavra, mas peço-lhe que não utilize isso para fazer uma intervenção e para reabrir o incidente!

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Tentarei demorar nesta explicação menos tempo do que demorou este *quid pro quo*, tentando, com isso,

poupar os membros da Comissão, os telespectadores e o País, em geral, a grandes explicações.

Quando me referi ao tema em concreto e referi a ideia da existência de crime económico, foi em sentido lato. É evidente que não há ninguém condenado por crime, porque isso só por sentença transitada em julgado.

Falei de crime económico no sentido lato de atentado à economia, de prejuízo grave! Estas coisas, em política, também têm de ser lidas para além do rigor dos termos técnicos! E é verdade que é essa a ideia que está inculcada na população. Há, de facto, um prejuízo gravíssimo, chamemos-lhe atentado, crime ou outra coisa qualquer! Não é preciso que alguém seja condenado com trânsito em julgado para se falar ou para qualificar dessa forma determinada atuação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrada esta questão.

Sr. Deputado Hélder Amaral, queira, então, colocar as suas questões.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, como deve calcular, os Deputados nesta Comissão representam-se a si próprios e eu não recebo lições sobre como dignificar os trabalhos desta Comissão. E verá, pelas perguntas que vou fazer...

O Sr. **Presidente**: — Não me dirigi especialmente a si, Sr. Deputado,...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não! Mas eu estou a fazer a minha intervenção!

O Sr. **Presidente**: — ... longe de mim! Fiz um apelo para a generalidade dos Deputados que integram esta Comissão, entre os quais me incluo!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu sei, Sr. Presidente, mas estou a fazer já a minha intervenção.

Reconheço e percebo a vontade do Sr. Deputado Paulo Campos em prestar esclarecimentos, e agradeço-lhe essa vontade de prestar esclarecimentos. Agora, o modelo utilizado por esta Comissão foi, em consenso, parcerias, uma a uma. E por isso não vou responder, embora pudesse. E outras vezes tenho de ir buscar elementos a um conjunto de afirmações feitas de um conjunto de outras parcerias que vamos analisar.

Aparte inaudível na gravação.

Portanto, se o Sr. Deputado Paulo Campos tiver essa disponibilidade e quiser fazer o favor de contribuir connosco para o esclarecimento, seja ele qual for, e para o relatório final, cá virá muitas vezes, para falar sobre cada uma delas. Hoje o que farei é, apenas e só, falar sobre a Brisa. Foi o que combinámos, foi para isso que chamámos o Sr. Deputado Paulo Campos e é a isso que, pura e simplesmente, me vou cingir. Riscos, campeões das PPP ficarão para outras alturas, assim como outras concessões. Cá veremos, com todo o tempo do mundo, com toda a paciência, pormenor a pormenor.

Assim, sobre a Brisa, que é o que me importa discutir hoje, não sendo talvez a parceria público-privada mais aliciante do ponto de vista do debate político, é o que prometemos discutir, queria pedir humildemente ao Sr. Deputado Paulo Campos, que é um profundo conhecedor desta matéria,

que nos pudesse explicar, até para a opinião pública, como são feitas estas coisas e o que se pode esclarecer sobre esta matéria.

É uma parceria longa e interessante: o Estado já foi concedente, já foi acionista, já foi gestor, é fiscalizador. Teve momentos menos bons, como, por exemplo, a crítica que foi feita pelo Tribunal de Contas ao FED, embora fosse, curiosamente, em Governos do Eng.º António Guterres que foi sem custos para a concessionária e diz o Tribunal de Contas que, se fosse isso a taxa de 5%, estaríamos a falar de um prejuízo para o Estado de 76 milhões, como, por exemplo, em 2001 houve um perdão fiscal de 671 milhões que, obviamente, também levou a prejuízos do Estado.

Como o Sr. Deputado disse e bem, não quantificou mas referiu, o privado tem extraordinários ganhos. E quero concordar consigo. Aliás, citou bem os números, foram dados pela Brisa. De facto, esta concessão tem extraordinários ganhos. A empresa chegou a ser das empresas que mais *billout* pagava aos seus acionistas, portanto é, de facto, uma boa concessão.

O prazo foi essencialmente alargado em 1999, mas no acordo global... Se era assim tão extraordinário para o privado, pergunto se o Governo devia ou não, nesse acordo global, ter posto em cima da mesa, porventura, um prazo mais curto, um resgate mais cedo, para que o Estado pudesse ser beneficiário destes resultados extraordinários. E aqui, sim, estaríamos, então, a fazer a defesa do interesse público em detrimento da defesa dos interesses privados. Essa questão foi posta na mesa ou não, Sr. Deputado?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, relativamente à sua preocupação de centrarmos hoje apenas na Brisa os esclarecimentos, deixe-me dizer que eu darei todos os esclarecimentos sobre a Brisa, sobre todas as perguntas que me fizerem e sempre que puder,

nesses esclarecimentos, confrontarei na comparação com as restantes matérias, porque considero que isso é absolutamente fundamental para se perceber aquilo que verdadeiramente se passa em cada uma das parcerias.

No entanto, Sr. Deputado, quem está lá fora, os portugueses que assistem a estes trabalhos parlamentares não compreendem e, por isso, desse ponto de vista, não fazendo parte desta Comissão, deixei a mensagem de que entendo que esta Comissão não está a prestar um serviço à própria Assembleia da República e à democracia ao estar a escolher um modelo que não permite o contraditório nem a resolução das dúvidas que aqui se colocam e se têm vindo a colocar de forma muito significativa.

Portanto, desse ponto de vista, aproveitarei todas as oportunidades para que eu possa contribuir para que esse esclarecimento seja feito.

Se isso lhe oferece alguma resistência, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que, em nome da valorização da democracia, esse contraditório deve ser feito e devem-se ouvir as diferentes opiniões. O que aqui se tem verificado, e muito pelos representantes do CDS, é a citação de factos que não correspondem rigorosamente à verdade. E eu estou preparado para dar resposta a esta minha afirmação, Sr. Deputado. Os Deputados do CDS, os Srs. Deputados Hélder Amaral e Altino Bessa, por diversas ocasiões, já aqui citaram factos que não correspondem à verdade: são aquilo a que poderei chamar a mais pura mentira, a mais pura falsidade, a mais pura deturpação dos factos!

Sr. Deputado, estou a dizer-lhe isto olhos nos olhos e estou pronto a fundamentar essa matéria!

Refiro isto para lhe dizer qual é o espírito com que aqui estou. Estou aqui com o espírito para esclarecer toda a verdade — não é apenas para alguma parte da verdade, é para toda a verdade. E entendo que esse é que é o espírito e o contributo que todos devemos dar para valorizarmos não

apenas estes trabalhos, mas também o funcionamento da Assembleia da República e a democracia.

Relativamente à questão Brisa, sim, Sr. Deputado, na renegociação feita nós colocámos as questões que considerámos absolutamente fundamentais. Conseguimos uma boa parte do que eram os nossos objetivos negociais, não conseguimos todos os nossos objetivos negociais, Sr. Deputado. O que, aliás, é normal, porque será muito estranho, em qualquer negociação, que uma das partes consiga integralmente os seus objetivos negociais. É a isso que se resume uma negociação. Uma negociação é, porventura, partir para uma negociação com um conjunto de objetivos e, ao longo da negociação, abdicar de alguns deles em prol de outros que sejam os mais importantes.

Aqui, os que considerámos mais importantes foram os seguintes: já que não conseguimos o modelo de disponibilidade, passarmos a ter receitas que fossem receitas próprias para o Estado — conseguimos 200 milhões de acordo com a comissão de avaliação, 300 milhões de euros de acordo com a avaliação da Ernst & Young; reduzir os encargos do Estado — o Estado tinha já da sua responsabilidade 300 milhões de encargos e conseguimos que o Estado não pagasse um euro por esses encargos; como disse, passarmos a poder beneficiar de benefícios que a concessionária tinha e que até esse momento não eram partilháveis; e conseguir transferir riscos que estavam do lado do Estado e que entendíamos que deviam ter passado para o parceiro privado, o que também aconteceu.

E, portanto, desse ponto de vista, essas foram matérias negociais do lado positivo, que contam do lado positivo, que ganhámos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O prazo era um dos temas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, as outras matérias que não conseguimos têm a ver com o caso-base, têm a ver com o modelo de disponibilidade e, adicionalmente, têm a ver com o prazo, porque uma das moedas, se assim se pode dizer, da negociação, exatamente avaliada pela Caixa – Banco de Investimento, foi que, do valor que se fixou como sendo o valor que era reclamado, de mais 300 milhões pela Brisa, que se fixou em 270 que deveria ser pago pelo Estado, o Estado optou por não o pagar e aumentar o prazo no número de anos que o assessor financeiro entendeu que era o adequado para saldar essa dívida que o Estado teria de ter ao longo do funcionamento do período de vida da concessão com a concessionária Brisa.

Mas eu devolvo-lhe a pergunta, Sr. Deputado, porque um dos fatores que considero com mais estranheza (e já há pouco citei) é que nos dois contratos, no contrato Lusoponte e no contrato Brisa, que são os contratos, na minha avaliação pessoal, mais gravosos para o Estado, este Governo não tenha aberto, porque entendeu, porque decidiu: «Bom, aqui as parcerias público-privadas são um problema para o País. Portanto, vamos renegociar as parcerias público-privadas.» Mas, em boa verdade, quanto àquelas cujos contratos são piores para o Estado português, na minha avaliação repito, e àquelas que têm mais altas rentabilidades para o parceiro privado, o Governo não decidiu abrir renegociações.

Portanto, a pergunta que colocou relativamente a essa matéria é uma pergunta que acho que deve colocar na primeira oportunidade aos membros do seu Governo, porque eles certamente lhe darão uma boa resposta sobre por que é que não abriram renegociações com a Brisa, sobretudo para conseguirem encurtar o prazo, porque encurtar esse prazo, provavelmente, seria efetivamente um benefício muito grande a introduzir ao País.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Deputado, há duas coisas que registo: a sua vontade de me ajudar a fazer perguntas, mas não lhe vou dar esse gosto, e também não vou atirar porcaria para a ventoinha. Estou a situar-me apenas ao acordo global Brisa.

Disse bem, o acordo é 270 700 000 euros. No ponto 3.2 do acordo, fala em 118 400 referente à assunção pela Brisa, nos termos das bases ajustadas da concessão que lhe é atribuída, de responsabilidades futuras. E depois, em baixo, tem o pagamento pela Brisa ao Estado de 152 300 000. Mas no ponto 3.3 aparece «para compensação, pendentes, originadas em anos anteriores, o Estado tem de pagar à Brisa 152 300 000». O mesmo valor e, ainda por cima, na mesma data.

Pergunta: a que se refere este valor? Será que estamos perante a situação em que o dinheiro entrou pela janela e saiu pela porta? Quem decidiu? E em que prazo é que este dinheiro foi pago à Brisa?

É que, assim, não são os 270, é preciso descontarem 150 300. Está no ponto 3.1, 3.2 e 3.3 do contrato.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu não tenho o contrato comigo e não o posso ler. Mas, Sr. Deputado, vou responder!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Posso dar a minha resposta, Sr. Deputado?

Certamente haverá uma alínea aí (aliás, não sei se até a leu) em que a Brisa paga ao Estado esses 150 milhões. E, portanto, esse foi um movimento contabilístico para anular, ou seja, houve um pagamento do

Estado e houve uma devolução da Brisa ao Estado e, portanto, isso é um saldo zero.

Enfim, eu não sei a sua formação. É economista, Sr. Deputado?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É que, enfim, é muito simples. Se há um pagamento num valor x à Brisa e se a Brisa paga o mesmo valor x ao Estado, é um resultado de soma nula. E, portanto, não há qualquer saldo para o Estado desse ponto de vista. Não há um encargo para o Estado. Ou, se houve um encargo, houve uma receita e, portanto, o encargo líquido é zero, Sr. Deputado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Perceberá que o facto de ser na mesma data e o mesmo valor é evidente que pode ser um contrato de soma nula, mas podia pôr em causa que estávamos perante um aliviar do défice, porque se põe de um lado e tira do outro.

Queria perguntar-lhe: neste acordo global, ficou alguma questão pendente ou todas as questões ficaram resolvidas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, eu não tenho, de memória, se ficou alguma questão pendente. O que sei é que da listagem dos assuntos que se consideraram pendentes todos foram objeto de avaliação, de análise e chegou-se a uma conclusão. E, enfim, a memória que tenho do resumo de todas as questões é a de que as questões que foram colocadas foram efetivamente resolvidas.

A listagem das matérias que eu tenho e que ficaram resolvidas tem a ver com a revisão das bases, aquilo que foi ou não aceite; a reorganização

societária, também a parte que foi aceite; a parte da definição do papel da Brisa no modelo, nomeadamente não ter sido aceite o risco de disponibilidade, portanto o modelo de disponibilidade, e ter sido aceite passar parte das receitas da Brisa para o Estado, com ganho para o Estado superior a 200 milhões de euros.

E, depois dos assuntos pendentes, foi resolvido o problema da Circular Sul de Braga; foi resolvido o problema da ligação Alto da Guerra; foi resolvido o problema das participações financeiras de investimentos que já estavam em atraso; foi resolvido o problema do futuro acesso ao aeroporto, estando prevista uma verba que terá de ser devolvida caso não se verifique essa construção; foi resolvido o problema das responsabilidades do Estado nos alargamentos da A3, da A4 e ainda uma parte da A1; foram resolvidos os problemas da ligação às plataformas logísticas do Poceirão e Norte; foi resolvido o problema do novo nó de Soure; foi resolvido o problema do ajustamento da A2; foi resolvido o problema dos limites da concessão Brisa; foi resolvido o problema da taxa de regulação das infraestruturas rodoviárias; foi resolvido o problema do apoio da Via Verde para a implementação do SIEV (Sistema de Identificação Eletrónica de Veículos); foi resolvido o problema do pedido de reequilíbrio pelo facto de não haver portagens na Costa de Prata; foi resolvido o problema da interligação com a A5; e foi resolvido o problema da queixa no concurso da Grande Lisboa.

Este é um conjunto dos problemas. Não sei se houve mais algum em discussão que não tenha sido resolvido.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Deputado, aquele diferendo entre a Brisa, o Estado e a Ascendi Norte, referente às receitas de portagens do lanço Braga Sul a Celeirós, em que a Brisa reivindicou 1 278 000 e que,

supostamente, terá pago à Ascendi, contrariamente à decisão do tribunal, essa era ou não uma questão que ficou pendente?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, tanto quanto tenho informação, o problema da Circular Sul de Braga foi também resolvido.

O problema da Circular Sul de Braga tinha várias matérias que tinham a ver com os limites das duas concessões, porque havia uma sobreposição de duas concessões, e, portanto, com a definição desses limites e com a definição de a quem cabia a responsabilidade dos seus pagamentos, que também ficou definido, até porque havia decisões de tribunais arbitrais também envolvidos nesta matéria. Nesse sentido, desse ponto de vista, penso que todos os diferendos ficaram resolvidos.

Se há ainda verbas que tenham de ser pagas entre concessionários ou outras matérias, não tenho memória nem qualquer informação relativamente a isso.

Agora, a questão do diferendo em si, ele foi resolvido de acordo com os documentos que me foram remetidos pela comissão de negociação.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A Brisa reivindica 1 278 000 mais juros, que diz que V. Ex.^a, enquanto Secretário de Estado, pagou indevidamente à Ascendi, quando estava no acordo que essas verbas eram da Brisa.

De qualquer maneira, quero perguntar-lhe sobre multas.

Ontem, fizemos uma pergunta sobre multas e o Presidente do InIR (Instituto de Infraestruturas Rodoviárias) deixou-nos um documento de multas. Há aqui uma multa, que é do sublanço Santarém-Torres Novas, beneficiação do alargamento da plataforma da autoestrada para três vias. E o despacho de V. Ex.^a diz: «Sim, senhor, proceda-se à multa.»

A multa é de cerca de um milhão e depois contribui para os tais lucros excepcionais de que V. Ex.^a fala. O problema é que V. Ex.^a deixou isso para decisão do Governo posterior. Como é que desde 2009 até ter deixado de ser Secretário de Estado não conseguiu aplicar a multa à concessionária?

E, como já percebi que não trouxe documentos da Brisa, posso fazer-lhe chegar a correspondência entre V. Ex.^a e o InIR.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, nas questões relativamente às multas, esse é um dos milhares de processos que passam...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — ... e eu não tenho, obviamente, informação de todos os milhares de processos que passaram, com toda a informação em pormenor, sobretudo em questões residuais, como as questões ruinosas ou as renegociações ruinosas, etc.

Portanto, desse ponto de vista, o que foi feito foi nomeadamente tendo o aconselhamento da auditoria jurídica dos serviços do Ministério das Obras Públicas.

A memória que tenho sobre essa questão é a de que a Brisa reclamou relativamente a essa matéria e que, face à instrução do processo, existiu um conjunto de dúvidas, nomeadamente sobre a forma como esse processo tinha sido feito.

Tenho memória de que tenha despachado o processo no fim, nomeadamente quanto à implementação da multa, mas não tenho comigo

os documentos que possam comprová-lo. Portanto, Sr. Presidente, peço que, relativamente a esta matéria, eu possa indagar junto do Ministério da Economia e das Obras Públicas onde estão as diferentes matérias, para perceber qual a decisão que foi tomada, porque a decisão está plasmada.

Sr. Deputado, os meus atos, ao contrário de outras matérias que às vezes se tenta insinuar, são verificáveis, são analisáveis e a qualquer momento podem ser escrutinados.

Portanto, desse ponto de vista, não é necessário o Sr. Deputado tentar insinuar o que quer que seja. Há um processo que foi levantado pelo Instituto das Infraestruturas, esse processo foi-me remetido, a Brisa reclamou desse processo, eu entreguei aos serviços jurídicos do Ministério para que pudessem fazer essa avaliação e houve uma decisão sobre esse processo. Ela está lá, qualquer que ela seja, independentemente de eu não ter memória sobre o que efetivamente aconteceu.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pois, é facto: a Brisa reclamou, perdeu todas as suas reclamações, no final era para pagar e, durante dois anos, V. Ex.^a não pagou e deixou para o Governo seguinte.

Julgo que na convocatória que lhe foi dirigida constava que era para falar da Brisa. Pouco me interessa que traga gráficos ou que faça comentários sobre os negócios que o atual Governo está a fazer. Quero saber da Brisa!

Já agora, quero dizer-lhe outra coisa: os valores de participação da Brisa extra NAL (Novo Aeroporto de Lisboa), aqui também há valores que, segundo acontece... Quanto à participação extra NAL de 110 milhões, a Brisa deveria pagar valores máximos neste acordo extra NAL. Pergunto, se estavam fixados valores máximos, quais foram os valores reais que se verificaram e o que, de facto, o Estado acabou por receber.

Porque, depois, há aqui uma contabilidade estranha, que devia ser apurada pela Inspeção-Geral de Finanças e a Brisa deveria devolver o montante excedente ao Estado, desde que este não ultrapassasse o valor do nó de Soure de 5 670 000. A minha dúvida é: por que é que isto ficou indexado ao valor de Soure? Quem é que fez esta avaliação? Neste acordo extra NAL, o que, de facto, o Estado recebeu? Esta é a minha primeira pergunta.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O acordo...?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O acordo extra NAL, que é no valor de 110 milhões.

Depois, quero perguntar-lhe também o seguinte: o Sr. Deputado Manuel Seabra, que já aqui não está, mas acho que a pergunta é interessante, disse que o Governo de V. Ex.^a fez tudo de acordo com o princípio da transparência, da contratualização perfeita. Não estava obrigado, pois não existia previsão legal para isso, a mandar isto para o Tribunal de Contas, mas ainda assim poderia ter sujeito este acordo ao visto prévio do Tribunal de Contas.

Tem alguma de por que é que não o fez?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, quem é que disse que não foi feito?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu fiz a pergunta. Só tem de responder sim ou não!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não. O Sr. Deputado não fez pergunta.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Fiz a pergunta!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não fez! Nem fez hoje a pergunta, nem a fez na semana...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Posso corrigir.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, Sr. Deputado, porque essas coisas têm de ser tratadas com a seriedade com que devem ser tratadas. Estas questões são muito claras e devem ser assim tratadas.

Neste momento, o orador mostra à Comissão um vídeo no seu computador.

Reprodução das palavras escutadas no vídeo:

«Como é que comentaria o facto de o próprio acordo não ter sido submetido em 2008 ao visto do Tribunal de Contas. O próprio Tribunal de Contas faz esta crítica, porque este contrato, este acordo, que implicou 270 milhões de pagamento para o Estado, não teve o visto do Tribunal de Contas.»

Sr. Deputado, estas são as afirmações que o Grupo Parlamentar do CDS faz, e que acabou de fazer novamente, quanto a saber por que é que eu não enviei para o Tribunal de Contas.

Em primeiro lugar, como deve compreender, não é um Secretário de Estado quem tem de enviar essas matérias. Em primeiro lugar, não tenho essa responsabilidade.

Mas das informações que tenho, Sr. Deputado, ao contrário da mentira que o seu grupo parlamentar faz relativamente a esta questão e a muitas outras, porque podemos...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu fiz uma pergunta!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, Sr. Deputado, é que a verdade... Nós estamos numa Comissão de Inquérito e o senhor não fez uma pergunta, fez uma afirmação, tal como o seu colega Altino Bessa fez a mesma afirmação numa outra audição anterior.

De facto, o Sr. Deputado não fez uma pergunta, porque usa esta técnica, que é a de fazer uma afirmação e de tentar ditar conclusões para que outros possam... E a verdade não corresponde a nada daquilo que os senhores apregoam como sendo a verdade.

A verdade sobre essa matéria é que a Estradas de Portugal remeteu este processo para o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas analisou-o e respondeu em abril de 2010 de que não tinha... Enfim, não tenho aqui a resposta e os seus termos, mas o Tribunal de Contas entendeu que não devia ser sujeito a processo de visto.

Portanto, ao contrário do que o Sr. Deputado diz, não houve nenhuma decisão de não remeter para o Tribunal de Contas, porque foi remetido para o Tribunal de Contas e foi o Tribunal de Contas que tomou a decisão sobre essa matéria.

Assim, a mentira que os senhores propalam em muitas situações e neste caso tem de ser corrigida pela verdade dos factos. E a verdade dos factos é que o Tribunal de Contas respondeu à Estradas de Portugal, dizendo que não teria intervenção nesse processo, porque não teria que ter.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Deputado, talvez a ânsia de ofender os seus colegas lhe tenha dado dificuldades em ouvir, porque eu falei em visto prévio, em solicitar o visto prévio, dentro dos princípios da transparência e da contratualização perfeita.

Pergunto se pediu ou não. Não era obrigado, porque a lei não obrigava à data, mas pergunto se tinha ou não, por precaução, ou até por descanso, ou até por transparência, pedido o visto prévio. Foi o que perguntei! Fiz apenas uma pergunta sem nenhuma insinuação e, se fiz alguma, peço-lho já desculpa!

Nós vamos ter todo o tempo do mundo para esgrimir as nossas diferenças e, acredite, cá estarei preparado para isso.

Outra pergunta: ontem o Sr. Presidente do InIR falou no modo de como se chega aos preços das portagens, no fundo, é também o contrato de operação e manutenção. E referiu que achava estranho, porque o preço era definido diretamente entre a concessionária e a Estradas de Portugal sem interferência do regulador ou do InIR.

Não é que esta questão possa ser relevante, que eu aceito o princípio da boa-fé das partes. Gostava, no entanto, de lhe perguntar como é feita essa avaliação, quem fixa o preço, quem controla o preço, quem define os valores e como é que nós, o cidadão utilizador-pagador que é quem, no fundo (aliás, o Tribunal de Contas di-lo), no limite, acaba por suportar os aumentos do preço... Bom, a pergunta é como é que ficou no contrato estipulado todo este processo de operação, manutenção e, essencialmente, de fixação do preço.

Esta é uma dúvida que tenho e para a qual não consegui encontrar resposta no contrato ontem, até porque já saímos daqui tarde, mas aproveito para lhe perguntar como é que isso é feito: quem fixa, quem controla, quem audita e de que forma é que se acham os preços das respetivas portagens.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, as suas afirmações estão registadas, estão gravadas e, portanto, será fácil verificar. Assim, como as que o Sr. Deputado as faz. Basta consultar o *site* do seu grupo parlamentar e ver as suas declarações: «CDS acusa membros do anterior Governo de terem mentido e sonogado informação.» «O CDS...» — e aqui está a fotografia do Sr. Deputado Hélder Amaral — «... acusou hoje responsáveis do anterior Governo de terem mentido, enganado, sonogado informação e de terem feito contratos paralelos.»

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Subscrevo tudo isso à data!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, isto é para o Sr. Deputado perceber quem é que faz as afirmações que faz e o modo como as faz.

Quando eu disse falsas afirmações, têm a ver com essa matéria.

Se o Sr. Deputado quiser esclarecer estas matérias, estou aqui disponível para esclarecê-lo, mas a si não lhe interessa fazer esse esclarecimento. A si o que lhe interessa é fazer estas acusações publicamente e, depois, quando eu estou aqui, o Sr. Deputado não quer fazer esses esclarecimentos, porque, obviamente, não lhe interessa, visto que sabe que, quando for fazer esses esclarecimentos, tudo aquilo que disse é contraditado...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Brisa!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, não sei se posso...

O Sr. **Presidente**: — O que é que o Sr. Deputado não sabe?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não sei se posso prosseguir ou se o Sr. Deputado está a fazer uma intervenção, se ainda dispõe de tempo...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quanto ao resto, tem aí a minha fotografia, não é preciso ter dúvidas. E eu subscrevo tudo isso. Está aí a minha fotografia e ainda por cima não sou confundível com nenhum outro Deputado, porque já uso assim uma cor diferente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Paulo Campos, com certeza que pode prosseguir, mas peço-lhe também que responda às perguntas que lhe foram feitas.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu estou a responder, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hélder Amaral já não dispõe de tempo, já fez as perguntas. Vamos deixar o Sr. Deputado Paulo Campos responder.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Portanto, relativamente a essas matérias, Sr. Deputado, o senhor não quer esclarecer, porque tem esse objetivo.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A seu tempo!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado não quer a verdade. Quer passar lá para fora a verdade que apregoa, mas não a verdade.

Relativamente à questão que colocou sobre quem define as portagens, quero dizer-lhe que as portagens foram definidas em tempo — não lhe sei precisar em que ano foram definidas — e a partir daí há uma atualização em função do índice de preços ao consumidor (IPC). Essa atualização é obrigatoriamente remetida pelo concessionário e é feita com base no último IPC publicado. Presumo que essa proposta tem de ser entregue durante o mês de outubro ou de novembro de cada ano e, depois, neste caso o Instituto de Infraestruturas Rodoviárias e penso que também a Inspeção-Geral de Finanças, dão os seus pareceres relativamente a essa proposta...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O InIR diz que não. Por isso fiz a pergunta!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Dão! Eu recebi pareceres do InIR sobre essas questões.

Depois, o responsável do Governo faz o seu despacho, ou seja, autoriza ou não o aumento dessas portagens.

Mas o cálculo tem a ver com essa questão, ou seja, há um montante que foi definido — e, provavelmente, está definido no contrato — em termos de decreto-lei, presumo eu, e a partir daí há uma atualização com base no índice de preços ao consumidor.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, agora, ao PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Campos, esta reunião da Comissão de Inquérito, que conta a sua

participação e com o seu depoimento, é uma reunião especificamente convocada para tratar da concessão Brisa.

Considero que o processo que ainda não terminou relativamente ao Túnel do Marão é um processo escandaloso. Considero que o processo de privatização da ANA Aeroportos é um processo escandaloso. Considero que muitas das negociações e dos contratos que o Sr. Deputado citou exigem uma abordagem muito crítica. Contudo, por uma atitude que o PCP tem tido desde o início no sentido de respeitar e de cumprir as regras que são assumidas nesta Comissão, só lhe vou fazer perguntas sobre a Brisa, mas peço-lhe que, em face dessa atitude do PCP, não interprete nunca que o PCP não quer saber da verdade sobre as restantes matérias.

Para que fique muito claro, nós vamos fazer perguntas cumprindo os termos da convocatória desta reunião e os temas desta reunião, seguindo a metodologia que, mal ou bem, foi adotada, pela necessidade que temos de aprofundar e abordar este processo e este negócio do Estado com a Brisa, sob pena de desvalorizarmos o aprofundamento e a análise que o processo da Brisa, só por si, deve merecer. Portanto, a interpretação que o Sr. Deputado legitimamente poderá ter feito sobre o pensamento de outros Deputados peço-lhe que não o faça sobre a postura do PCP.

Assim, sobre a Brisa, com o pouco tempo que temos para abordar estas matérias na Comissão, alguma vez há de haver ocasião, que não será agora, para termos em conta e nos pronunciarmos sobre o verdadeiro significado de um processo que começa com a preparação da privatização da Brisa, em simultâneo com a revisão do contrato de concessão da Brisa, com todas as isenções e benefícios fiscais que foram colocados à empresa no quadro da sua privatização e com este negócio gigantesco que foi colocado por parte do Estado português a uma concessão com uma empresa que estava simultaneamente a ser privatizada, ou seja, uma concessão que

vem de trás, mas que foi adaptada, direi assim, para satisfazer os interesses que estavam em presença.

Tudo isto é anterior a sua presença no Governo.

A questão que tenho para lhe colocar, em relação às implicações e ao significado da negociação que acompanhou enquanto Secretário de Estado, é muito concreta. Não vou falar sobre a matriz de risco nem sobre processos pendentes, vou falar sobre modelos económicos. Peço-lhe, por favor, que nos sintetize a principal diferença, ao nível de modelo de remuneração ao concessionário, entre o sistema que estava em vigor antes do acordo de 2008 e respetiva revisão do contrato de concessão e o posterior a esse processo.

Não sei se me faço entender: como é que o concessionário era remunerado antes de haver essa revisão de 2008 e como passou a ser essa remuneração ao concessionário? Peço-lhe que responda, por favor.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, registo com natural agrado — e, aliás, outra coisa não poderia esperar do Deputado Bruno Dias e também do Grupo Parlamentar do PCP, valha em boa verdade — que o PCP quer saber a verdade toda e sobre todas as matérias.

No entanto, Sr. Deputado, a minha preocupação é que eu fui silenciado nesta Comissão durante largos meses e temo que, depois desta vinda hoje, a maioria, por igual período, me queira voltar a silenciar. E, como acho que este Governo não vai durar sequer esses meses, temo que não possa voltar à Comissão para esclarecer estas matérias. Por isso, Sr. Deputado, tenho de aproveitar as oportunidades para que, em algum momento, se possa fazer esse contraditório que nunca aqui foi feito e que, sobretudo, depois leva a declarações bombásticas, como as que há pouco

citei do Deputado Hélder Amaral, que, de uma forma irresponsável, fez aquelas afirmações sem ser fundamentado em qualquer facto.

Essa é, Sr. Deputado, a minha preocupação.

Sr. Deputado, não é apenas minha preocupação a forma como fui silenciado, como também é a forma como esta Comissão tem vindo a ser conduzida.

É público que, por exemplo, foi chumbada a vinda de um responsável sobre uma concessão que é extremamente importante e que já foi analisada, que é a Alta Velocidade. Esse responsável, cuja vinda à Comissão foi chumbada, foi apenas administrador financeiro dessa concessão, foi o responsável pelo consórcio financeiro. Como sabemos, a responsabilidade por o concurso da Alta Velocidade ter sido considerado pelo Tribunal de Contas como ilegal deve-se ao facto de a proposta ter sido alterada na segunda fase relativamente à primeira, com aumento dos custos do tal financiador, ou seja, do responsável desse consórcio, que em nome do consórcio fez uma proposta de aumentar os ganhos para os agentes financiadores. Simultaneamente, esse mesmo agente, enquanto membro do Governo, não coloca em Orçamento as verbas para que haja comportabilidade orçamental dessa concessão.

O visto do Tribunal de Contas vem recusado por dois factos, Sr. Deputado: por ausência de comportabilidade orçamental, ou seja, por não inscrição no Orçamento de 2012 das verbas a pagar para essa parceria; e pelo facto de o mesmo agente que tomou a decisão de não inscrever ter aumentado os custos financeiros dessa proposta. Simultaneamente, é esse mesmo responsável que está a negociar a indemnização com a entidade privada, da qual tinha sido administrador, sendo que ouvimos aqui que uma parcela muito significativa da indemnização — mais de 100 milhões — tinha a ver com um pagamento eventual (que tenha acontecido ou não)

relativamente a um contrato com os bancos sobre o financiamento de uma taxa *swap*.

Ou seja, esta Comissão tomou a decisão de não ouvir o responsável por todos estes atos, porque, provavelmente, entendeu de duas, uma: ou que eles eram irrelevantes para o apuramento da verdade ou porque não está interessada na verdade. E esta é a minha preocupação, Sr. Deputado.

Tem de compreender que, ao fim de vários meses de condução deste processo e pelo modo como tem sido conduzido, eu tenha naturais dúvidas e até estranheza sobre a forma como tudo isto é feito e sobre a verdadeira intenção dos partidos da maioria, que obviamente têm a maioria para decidir nesta Comissão como esta questão pode e deve ser abordada.

Portanto, foi nesse contexto, Sr. Deputado, que fiz as afirmações que fiz.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

A pergunta que lhe fiz foi muito clara. Peço-lhe desculpa, mas não tenho culpa nenhuma do que acabou de citar para que, a uma pergunta que lhe faço, me responda com uma avaliação política sobre aquilo que a maioria tem feito.

Portanto, peço-lhe, muito honestamente, que, à pergunta que lhe fiz, me responda de uma forma objetiva. Peço desculpa, mas quero insistir neste ponto.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, até agora, não deixei nenhuma pergunta por responder e, portanto, também não deixarei a sua. Nem sequer considero que seja justo o comentário que faz.

Estou a dizer a forma que entendo, porque essa é uma liberdade das regras de funcionamento desta Comissão. Se fossem outras regras, eu

também teria de o fazer. Pelas regras de funcionamento desta Comissão, segundo me informaram, eu respondo da forma que devo responder.

Contudo, obviamente que respondo à sua questão.

E a sua questão relativamente à matéria da concessão Brisa...

Pausa.

Peço desculpa, pode recordar-me? É que eu tinha aqui um *dossier* onde aponte a sua questão e, entretanto, tirei-o. Se a puder repetir, enquanto eu procuro a nota que tomei, agradeço.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, trata-se de uma repetição, portanto não contará o tempo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A pergunta é muito simples e muito objetiva: como é que a Brisa era remunerada enquanto concessionário pela rede que tinha e como é que passou a ser depois da negociação que o senhor acompanhou?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, tinha posto o *dossier* de lado, mas, enquanto estava a falar, fui buscá-lo e abri na página que pretendia.

A remuneração da concessionária é feita em função das receitas que tem, pagas pelos utilizadores, e dos encargos que tem para fazer face às suas responsabilidades enquanto concessionária, nomeadamente encargos de investimento, encargos de operação e manutenção, custos de cobrança, de fraude, etc. Portanto, nesse contexto, não se alterou nada. Acabaram os benefícios fiscais, portanto a concessionária deixou de dispor dos

benefícios fiscais que estavam previstos e que já tinham terminado. E também deixou de dispor das tais participações financeiras do Estado, que, obviamente, contribuía para a formação da sua remuneração.

Portanto, desse ponto de vista, as únicas alterações efetuadas têm a ver com estes factos que acabei de lhe referir.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Assim sendo, se não houve praticamente alterações para além de se acabarem os benefícios fiscais e as participações financeiras ao investimento, como é que a matriz de risco muda nos termos em que os senhores têm vindo a afirmar? Isto é, como é que o risco passou para a concessionária, se o modelo de remuneração não se alterou?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Para a concessionária passou-se essencialmente o risco de construção, que não tinha na íntegra. Foi o que há pouco referi. Relativamente a outros riscos, não tenho... Ah, e há um benefício da partilha. Portanto, não é um risco para a concessionária, é um benefício para o Estado: a partilha de um benefício.

Portanto, nas alterações contratuais, há a passagem do risco de construção que não estava totalmente transferido. Como há pouco referimos, havia um pagamento de 20% para a parte de intervenções em troços portajados e havia um pagamento de 100% para intervenções em troços não portajados. Esse risco passou a ser, agora, do concessionário, ou seja, o concessionário fica com esse risco. Simultaneamente, das obras que ainda não estavam concluídas, mas que era devida uma participação face à decisão do Estado que era prévia a esta alteração, fixou-se um montante, ou seja, se houver qualquer desvio nessa construção, também não pagaremos nenhum sobrecusto. Portanto, também passámos o risco

nessa matéria, embora tivéssemos a responsabilidade das participações financeiras que já estavam acordadas. Assim, a transferência de riscos é feita nessa matéria.

Há também uma transferência de benefícios para o Estado, que é aquela partilha dos benefícios que há pouco referimos, e também a partilha de receitas, que não existia no contrato anteriormente.

Relativamente aos benefícios fiscais, eles caíram pela vigência que estava previsto caírem. Portanto, não é verdadeiramente um resultado da renegociação. Eles caíram, porque estava previsto que caíssem e não foram retomados em sede de renegociação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, ao fim e ao cabo, em relação aos benefícios fiscais, não houve praticamente novidade.

A participação financeira era em relação ao investimento para a construção e o risco que passa para a concessionária é essencialmente também na construção.

Qual é, nesta altura, a percentagem de realização e de concretização da rede Brisa em termos de construção feita?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Se a memória não me traiçoa, ela está construída na sua essência, com exceção de uma responsabilidade que já estava contratualizada, que era a construção dos acessos ao futuro aeroporto de Lisboa, que originariamente estava previsto que fossem na zona da Ota e que, por transferência da decisão para a zona de Alcochete, foram revistos esses trabalhos que ainda não estavam concluídos.

Depois, havia um conjunto de outras responsabilidades, mas não é de construção de rede nova, tem a ver com alargamentos e responsabilidades associadas a essa matéria.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, a passagem de risco para a concessionária, afinal, é uma questão que apenas se coloca em teoria, porque, se está tudo construído, sendo o risco de construção, o que se vai construir não é praticamente nada, portanto, não há risco nenhum a ser transferido?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, Sr. Deputado. Relativamente a um conjunto de obras, como, por exemplo, os alargamentos que estavam em curso, transferiu-se o risco de construção. Ou seja, fechou-se um valor que era o valor dessa construção e, a partir daí, esse risco está passado. Isto é, se a obra que está em curso decorrer anormalmente, tiver um sobrecusto qualquer, não é responsabilidade do Estado e o Estado não tem de pagar rigorosamente mais nada; se houver um benefício no custo dessa obra, por introdução da partilha de benefícios, se esse benefício ocorrer por alterações do processo de realização dessa obra autorizado pelo Estado, há uma partilha desse benefício — isto para as obras que estavam em curso.

Acontece, no entanto, uma outra matéria. Isto é algo que nós já conhecemos ao longo do tempo. O Sr. Deputado sabe que este contrato de concessão com a Brisa tem um conjunto de anos e, ao longo destes anos, tem um conjunto de intervenções novas. E o que estamos a dizer é que, entre o ano 2008 e o ano 2033, se vierem a existir, como no passado sempre existiram, novas intervenções, essas novas...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — 2035!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A memória que tenho é 2033, mas pode ser que eu tenha qualquer...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Era 2032 em 1999 e passou a 2035 em 2008.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É uma precisão. Eu não tenho de memória a data, mas pode ser 2035.

Como eu estava a dizer, se entre 2008 e 2035, à semelhança dos anos que já passaram em que houve a necessidade de fazer diversas intervenções e se essas intervenções estão previstas no contrato de concessão, isto é, são inerentes ao contrato de concessão... Quer dizer, se é uma intervenção nova, se obrigarmos a Brisa a dizer «agora, o senhor tem de construir uma parcela para um determinado sítio que não estava previsto», isso não é uma responsabilidade da Brisa. Estamos a falar da rede: se se tiver de fazer algum alargamento, como os alargamentos que se têm vindo a fazer sistematicamente nas diferentes zonas, esse já não é um risco do Estado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exceto se for num troço não portajado, como nos explicou aqui o Dr. Vasco Mello. Se o troço for não portajado, quem paga a 100% é o Estado, não é?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Enfim, como compreenderá, estas negociações foram feitas por comissões técnicas, que trataram de todas essas matérias. Eu tenho plena confiança no trabalho que essas comissões técnicas fizeram. Portanto, quanto a questões demasiado ao pormenor, não tenho, obviamente, o conhecimento pleno, nomeadamente à data de hoje.

No entanto, a noção que eu tenho é a de que passou em todos os troços. O que acontecia no passado é que havia uma distinção entre troços não portajados e troços portajados.

Quando li o relatório nessa matéria sobre esse pormenor e quando conversei com a comissão sobre esta questão, fiquei com o sentimento de que estava integralmente passado o risco relativamente a toda a rede. Agora, «toda a rede» relativamente àquilo que são as obrigações que estão previstas contratualmente no contrato. Quanto a outras obrigações nessa rede que o Estado venha a exigir, essas, não podem estar, como é facilmente compreensível.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há uma questão que tem a ver com o carácter crítico, estratégico, de uma alteração a um contrato de concessão como este, um processo de revisão, que me dá a ideia de que as questões que o Sr. Deputado citou que estiveram, do ponto de vista do Estado concedente, como pontos da negociação eram essencialmente processos pendentes: Alto da Guerra, Braga Sul, processos que estavam em negociação e que se arrastavam. E, no entanto, salvo melhor opinião, a Brisa, enquanto empresa, tinha neste processo e neste contrato de concessão um ponto de viragem para a sua própria existência. O Sr. Deputado há pouco citou, e muito bem, a questão da alteração societária como um pormenor das questões que estavam em cima da mesa no processo negocial.

Ora, se a alteração societária da empresa Brisa só podia acontecer, do ponto de vista formal, segundo a explicação que nos deu há pouco, caso esta revisão do contrato de concessão acontecesse e digamos que, em termos da estratégia internacional da Brisa e do Grupo Mello, estávamos quase perante um tudo ou nada, um ponto chave e um momento chave absolutamente crítico relativamente às suas estratégias de expansão, de intervenção e de desenvolvimento económico, o que lhe pergunto é se não estaria o Estado português, eventualmente, no único de todos os casos de

renegociação em cima da mesa em que tinha à sua frente um contraparte, diria, quase em estado de necessidade.

Isto é, num contexto em que o contrato de concessão era extraordinariamente lucrativo para a Brisa — e, há pouco, deu-nos números sobre os resultados da empresa —, em que esta concessionária estava de camarote, diria que num paquete de luxo a navegar calmamente por águas tranquilas relativamente à concessão e ainda tinha estabelecido na rota desse paquete uma estratégia de internacionalização que exigia uma alteração do contrato, pergunto-lhe se o Estado português, numa situação dessas, em relação à sua contraparte, em relação à entidade com quem ia negociar, não teria uma posição negocial que, provavelmente, nunca antes teve e que, arriscarei a dizer, se calhar nunca mais vai acontecer.

O senhor, enquanto representante do Estado, não poderia colocar, do ponto de vista da fasquia das negociações, um objetivo muitíssimo mais ambicioso para o Estado do que aquele que veio a acontecer? Esta questão, politicamente, nunca veio a ser colocada ao Governo, na altura, Sr. Deputado?

Não sei se me fiz entender.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Entendi-o muito claramente, Sr. Deputado, embora tenha misturado dois conceitos que gostaria de precisar.

Em primeiro lugar, eu nunca fui parte na negociação. Esse é um conceito que gostaria de precisar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi o Estado!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado referenciou-me várias vezes como parte da negociação e, depois, como decisor político. Eu

intervim nesta matéria como decisor político, nunca como negociador. Portanto, gostaria que isso também ficasse claro.

Quanto às suas questões da capacidade que enquanto negociador tive, se esta não era ou não uma boa altura, não terei resposta para essa matéria, porque eu não negocieei.

Enquanto decisor político, a avaliação que fiz e que solicitei junto da comissão foi exatamente essa, ou seja, que o Estado explorasse aquilo que era uma solicitação por parte da Brisa. E é isso mesmo que acontece numa negociação. Portanto, as instruções, se assim podemos dizer, ou as conversas que tive com a comissão de negociação foram nesse sentido de maximizar os benefícios para o Estado, tendo em conta também os interesses que a própria Brisa tinha nessa matéria.

E a comissão explorou essa questão. A comissão, no seu relatório, tem várias páginas em que versa estas questões e as divergências que teve nesta matéria. Nomeadamente havia uma exigência por parte da Brisa de que a comissão negocial considerasse esta operação de reorganização societária com neutralidade fiscal e a comissão nunca deu essa aprovação. Isso está bem plasmado no seu relatório. Ou seja, essa neutralidade tinha de ser decidida pelas instâncias fiscais no seu devido momento, quando o processo fiscal fosse colocado, e não como o resultado de qualquer processo negocial.

Diz a comissão de negociações também por diversas fases que, nessa negociação, tentou valorizar este benefício da reorganização societária, tendo, aliás, sido solicitado ao assessor financeiro que fizesse também a avaliação desses potenciais benefícios.

Posso ler, por exemplo, que «no âmbito do processo negocial, os representantes do Estado invocaram a existência de eventuais benefícios financeiros para a Brisa decorrentes desta reorganização societária,

designadamente devido à possibilidade de passar a estruturar o financiamento da nova sociedade com inevitável alavancagem. A Brisa sempre argumentou que os benefícios que viriam a ocorrer seriam um valor dos acionistas, desvalorizando os benefícios financeiros decorrentes de eventuais alterações.» E diz a comissão que «a recente crise financeira, com as profundas alterações daí decorrentes, designadamente ao nível do funcionamento dos mercados financeiros e da redução da sua apetência para desenvolverem novas operações estruturadas com reduzido peso de capitais próprios, desvalorizou substancialmente a argumentação dos representantes do Estado quanto ao valor intrínseco desta operação». Portanto, assim sendo, a comissão propõe que se chegue ao acordo nos moldes em que tecnicamente conduziu as negociações.

Sr. Deputado, a resposta à sua pergunta, de forma concreta, é muito clara. Do ponto de vista técnico, obviamente, há responsáveis que elaboraram esta negociação; esses responsáveis, de acordo com aquilo que transmitem no seu relatório, apresentaram os argumentos suficientes para defender o Estado; houve contra-argumentos; e houve uma valorização que permitiu que chegássemos à situação a que chegámos, com benefícios, volto a insistir, extremamente positivos para o Estado: partilha de benefícios que não existiam, eliminação de participações financeiras no futuro, passagem do risco de construção para o concessionário, deixar o pagamento de verbas que estavam já em falta e teriam de ser pagas, que foram pagas por extensão de contrato, e passagem de cerca de 220 milhões a 300 milhões, em função das diferentes avaliações da Ernst & Young ou da comissão de negociações, ou seja, com uma valorização até superior à comissão de negociações pela Ernst & Young relativamente àquilo que são os benefícios para o Estado de partilha de receitas que o Estado nunca se tinha apropriado.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra à bancada do PSD, queria fazer uma clarificação.

O Sr. Deputado Paulo Campos disse, já por mais do que uma vez, que esta Comissão o silenciou, o tem silenciado.

Eu acho que devia ficar claro que nunca houve, por parte desta Comissão, o intuito de o silenciar, nem a si nem a ninguém!

Compreendo que essa afirmação possa ser uma expressão de impaciência, porque gostaria de ter sido ouvido nesta Comissão há mais tempo, mas o facto de esta audição ser neste momento dos nossos trabalhos decorre de uma calendarização que, do que se passou até à data, foi aprovada por unanimidade. Sabe-se que há divergências relativamente ao andamento futuro dos nossos trabalhos, mas no que se refere até à data de hoje a programação foi aprovada por unanimidade e nunca houve qualquer recusa, nesta Comissão, de alguma proposta que tivesse sido feita quanto à sua audição noutro momento.

Portanto, queria deixar isto claro, não vá alguém pensar que houve, da parte desta Comissão, uma qualquer decisão no sentido de o silenciar ou de impedir o seu depoimento.

Vamos passar à bancada do PSD.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, queria pedir, através de V. Ex.^a, que fossem distribuídas duas notícias que fazem referência ao relatório do Tribunal de Contas — bem

como, se for preciso, o relatório do Tribunal de Contas —, segundo as quais *Paulo Campos esconde 705 milhões e InIR denuncia ordens de Paulo Campos para omitir factos ao Tribunal de Contas*.

Foi isso que originou uma intervenção do Sr. Deputado Paulo Campos denunciando que eu lhe tinha feito acusações. Longe de mim fazer essas acusações ao Sr. Deputado. Apenas o fiz, referindo notícias e relatórios do Tribunal de Contas.

Queria apenas repor a verdade e pedir que seja distribuído aos colegas e aos jornalistas, porque perguntei ao Sr. Deputado Paulo Campos em que data é que eu tinha feito as afirmações e não disse. Era só para situar a data, o contexto e o tema.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, como temos feito até aqui, disponibilizaremos aos Srs. Deputados pela via habitual.

O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo está também a pedir a palavra para uma interpelação à Mesa. Peço-lhe que seja breve, para que o Sr. Deputado Nuno Encarnação não venha dizer que o estamos a silenciar, dado que é ele o próximo orador.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, seria impossível, porque a maioria é que tem determinado quem é e quem não é ouvido, qual o *timing*. Nós umas vezes votamos contra, na maioria temos dado o assentimento e votado favoravelmente.

Muito brevemente, Sr. Presidente, a propósito da anterior interpelação à Mesa, gostava que, por seu intermédio, pudesse distribuir a todos os Deputados, logo que esteja pronta, a ata reunião de ontem, que é muitas vezes a razão destas notícias que o Sr. Deputado Hélder Amaral

citou. Nessa reunião ficou bem explícito que o Ministro Miguel Relvas pediu um conjunto de documentação ao Presidente do InIR de modo oral, confidencial, que depois apareceu, misteriosamente, na imprensa, na comunicação social. Por acaso, enganaram-se e a carta do Presidente do InIR para o Ministro Miguel Relvas também foi distribuída juntamente com as fotocópias.

São exatamente esse «números» que, depois, acabam por permitir este conjunto de notícias. Sabemos muito bem o que acontece e é por isso, Sr. Presidente, que considero muito relevante a explicação dada ontem pelo Eng.º Alberto Moreno sobre esses contactos e essa documentação, pelo que deve ser distribuída a todos os membros e deve ser publicitada.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou ter de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Campos sobre este problema que foi agora suscitado porque ele foi diretamente visado, mas quero dizer que lamento muito profundamente que a Comissão funcione nestes termos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Campos. Peço-lhe que seja breve.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, serei breve, mas também não posso deixar de intervir, agora que estou a visualizar as tais notícias que o Sr. Deputado Hélder Amaral refere.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, se as suas afirmações são com base em notícias, das duas notícias que aqui fez constar, as suas afirmações são de 31 de maio, e uma das notícias é de 12 de junho. Portanto, Sr. Deputado, mais uma vez, tenta camuflar e enganar os portugueses ao dizer que faz afirmações com base em determinadas notícias que até são posteriores às

suas declarações. A outra, Sr. Deputado, é do jornal *Correio da Manhã* que, sobre esta matéria, sabemos o que diz e o que vai dizendo.

Contudo, gostaria que o Sr. Deputado me lesse a transcrição do relatório do Tribunal de Contas, em que diz que Paulo Campos esconde 705 milhões. Leia-me essa afirmação no relatório do Tribunal de Contas, Sr. Deputado! Se for capaz, leia!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo fez uma solicitação que, obviamente, não é necessária, porque as atas são disponibilizadas, de forma habitual, a todos os Srs. Deputados.

Finalmente, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Encarnação.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, gostava de fazer aqui alguns considerandos ao Dr. Paulo Campos.

Esta Comissão foi proposta pelo PSD, pelo CDS-PP e pelo Bloco de Esquerda, ao contrário daquilo que disse no início, e estamos a analisar 25 PPP, das quais 21 foram contratualizadas pelo Partido Socialista, pelo que, se não é campeão... Como o Sr. Dr. Paulo Campos gosta tanto de gráficos, mostro-lhe um, que não foi feito por mim, segundo o qual o Banco Europeu de Investimentos, em 2010, colocou Portugal como o País que lançou as PPP com o valor mais elevado na Europa.

Falou de manipulação. Sr. Deputado, só se estiver a falar daquelas manipulações que saíam nas notícias, ou seja, das manipulações por si feitas pelo relatório do InIR ou da KPMG, que eram as que vinham nas notícias anteriores. Não sou eu que digo; está nas notícias!

Vamos, então, esclarecer toda a verdade.

O Sr. Dr. Paulo Campos foi Secretário de Estado das Obras Públicas de 14 de março de 2005 a 21 de junho de 2011, nos Governos do Eng.º José Sócrates. Pelas leituras dos despachos de 26 de julho de 2005 e de 23 de Fevereiro de 2010, de Mário Lino e António Mendonça, ambos delegam em si as competências relativas à Estradas de Portugal, assim como a vários outros serviços, organismos e entidades das Obras Públicas. Tenho comigo também cópia desses despachos para se perceber que isto é verdade.

O Sr. Deputado Paulo Campos afirmou numa entrevista ao *Sol: Eu fui Secretário de Estado, a tutela das PPP era de dois ministros*, Teixeira dos Santos e António Mendonça.

Curiosamente, o ex-Ministro Teixeira dos Santos, nesta Comissão, comentou esta sua entrevista como uma deselegância.

Afinal, gostava de saber o que está correto no meio desta troca de palavras, porque nós não conseguimos perceber.

Ao que parece, Sr. Dr. Paulo Campos, todos «sacodem a água do capote» e os portugueses, de facto, afundam-se. Na nossa opinião, isto não é mais do que um sinal de que os senhores não querem assumir responsabilidades de tão maus projetos adjudicados que ajudaram a levar à situação económico-financeira deste País.

Depois, há uma narrativa comum e curiosa, que é a resposta exemplificativa ao questionário do ex-Ministro Teixeira dos Santos, que refere que «o retorno para o Estado foi o de permitir disponibilizar ao País infraestruturas mais cedo e em condições menos onerosas». É curiosa esta frase «menos onerosas para o Estado». Mais dizia, numa audição desta Comissão, que «a Europa induzia os países para o investimento público para acelerar a economia».

O curioso, Dr. Paulo Campos, é que nunca citam a página 9 do relatório do plano de relançamento da economia europeia de 26 de

novembro de 2008, que dizia, claramente, que este estímulo orçamental deve ser concebido de forma criteriosa e basear-se nos seguintes princípios, oportunos, temporários, bem orientados e coordenados. Dizia ainda que os Estados-membros devem comprometer-se a inverter a deterioração orçamental e voltar a perseguir as metas fixadas nos objetivos de médio prazo. Algo que não aconteceu, Dr. Paulo Campos, em 2009 e 2010, anos em que, se bem se recorda, o défice público atingiu valores de 10%.

Outro facto é V. Ex.^a ter assinado 10 novas PPP, das quais 3 são concessões rodoviárias e 7 são subconcessões rodoviárias — para não falar das várias renegociações da sua responsabilidade, sendo a Brisa uma delas. Só o valor atualizado dos encargos brutos futuros com estas 10 PPP assinadas por si vale 10 mil milhões de euros (mais do que isto), sendo o valor atualizado dos encargos líquidos de 6 mil milhões de euros, já descontando as portagens e as receitas futuras.

Depois, obviamente, de todas estas proezas do Dr. Paulo Campos e da sua inteira responsabilidade, todos percebemos que havia estudos de tráfego sobrestimados, encargos acrescidos para o Estado, a necessidade de introduzir portagens com mais urgência no tempo do que foram, riscos concentrados do lado do Estado e pareceres de vários órgãos de fiscalização, tais como o InIR, a Direção-Geral do Tesouro, a Inspeção-Geral de Finanças, o Tribunal de Contas e a auditoria da Ernst & Young, tendo o senhor sempre discordado desses relatórios.

Pergunto se estes factos são todos contra si ou se são só ações pessoais. De facto, não me parece que nada disto sejam ações pessoais. Parece que indiciavam claramente incompetência e más práticas, Sr. Dr. Paulo Campos.

Depois, mesmo quando a dívida e o défice aumentavam vertiginosamente — e recorde que a dívida pública em 2011 chegou aos

186 mil milhões de euros —, deixaram-nos assinado mais um contrato com a troica de 78 mil milhões de euros para desembolsar até aos dias de hoje. Nesta escalada, Sr. Dr. Paulo Campos, o Partido Socialista e o senhor continuam a lançar algumas PPP e obras e a renegociar algumas delas.

O Sr. Deputado Manuel Seabra, há pouco, dizia (e posso aplicar as suas palavras) que era um verdadeiro atentado económico...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Crime!

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — ... ou crime económico.

A tese do Governo socialista, Sr. Dr. Paulo Campos, era a de criar 30 000 empregos — ouvi isto dito por si, várias vezes. À conta do endividamento brutal do Estado, só podia dar, de facto, num nível de desemprego brutal, porque o Estado, um dia, iria deixar de ter financiamento e iria ter de cumprir uma dieta rigorosa.

Sr. Dr. Paulo Campos, estas decisões eram apenas suas? É isso que eu pergunto. Não eram também do Sr. Primeiro-Ministro? Não eram do Sr. Ministro das Obras Públicas? Não eram do Ministro das Finanças?

Sobre o InIR, Sr. Dr. Paulo Campos, que criou em 2007 com o Eng.º Alberto Moreno à sua frente, cada vez que este Instituto punha em causa certas decisões suas, o senhor dizia que era um obstáculo e um órgão incompetente. Perguntamos nós: se este regulador era tudo isto para si, por que não o extinguiu de imediato? Por que não o extinguiu na hora?

Pensamos, assim, que tenha considerado ser melhor ter um regulador fantasma do que nenhum regulador e ninguém a quem culpar.

O Sr. Dr. Paulo Campos ainda nos dará o prazer de vir muito mais vezes a esta Comissão — não tenho a menor dúvida! E, quando chegarmos ao debate sobre as outras PPP, muito vamos ter de esclarecer, de clarificar e

de perceber para explicar aos portugueses que nos ouvem como chegámos à situação a que chegamos hoje.

O Sr. Dr. Paulo Campos foi o pai destas PPP, um pai que assumiu o sustento de vários filhos, podemos chamar, rodoviários, com todas as suas decisões.

E mais digo: o Sr. Deputado Paulo Campos devia perguntar aos portugueses se eles preferiam não estar hoje a sofrer os cortes que estão a sofrer ou terem estradas que custam centenas de milhões de euros e onde os carros são autênticos turistas acidentais. Assim, talvez conseguisse dormir mais descansado e os portugueses saberiam que os particulares não estariam a enriquecer com o dinheiro do Estado, com o dinheiro de todos os contribuintes.

Termino apenas com uma frase proferida ontem por um camarada seu, o Dr. António Costa, que dizia: «Pode criticar-se o passado ou pode elogiar-se o passado, mas não se pode fingir que o passado não existe.»

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo está a pedir a palavra para fazer uma interpelação à Mesa, mas peço-lhe que deixe o Sr. Deputado Paulo Campos responder primeiro e, depois, dar-lhe-ei a palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Campos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, estou apenas a organizar-me, porque foram feitas várias perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Como o Sr. Deputado Paulo Campos quer organizar a resposta, para o bom andamento dos trabalhos, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, para a interpelação à Mesa.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, mais uma vez quero registar o que temos registado várias vezes, e o Sr. Presidente vai incomodar-se outra vez.

Sempre que o Partido Socialista faz intervenções que não são exclusivamente focadas no ponto da ordem de trabalhos é sucessivamente chamado à atenção quer pelo Sr. Presidente quer muitas vezes pelo Sr. Presidente em substituição, o Deputado Emídio Guerreiro. Assistimos, mais uma vez, a uma interpretação diferente consoante os grupos parlamentares.

Por várias, já vezes suscitámos esta matéria. Ela deve ficar mais uma vez registada. Sendo que, como já várias vezes dissemos, temos a opinião de que a inquirição dos Deputados deve ser livre, as respostas também e a Mesa deve ter essa liberdade. Agora, não queremos dois pesos e duas medidas, consoante a inquirição seja feita pelos Deputados do Partido Socialista ou por outros Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não sei onde é que eu alguma vez chamei a atenção de algum Deputado do Partido Socialista. Só lhe retirei a palavra por se desviar do objeto da Comissão.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Sr. Presidente, pode, desde já, ver a gravação da inquirição do Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não entendo que o Sr. Deputado Manuel Seabra tenha sido cerceado por mim na sua total liberdade de intervenção e de colocar as questões que entendeu.

Verifico que o Sr. Deputado hoje decidiu fazer do Presidente da Mesa o seu inimigo de estimação.

Sr. Deputado Paulo Campos, faça favor.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — É muito curiosa esta intervenção do Deputado Nuno Encarnação, porque demonstra tudo aquilo que tem sido feito, de alguma forma propalado e tentado vender ao País, ou seja, um conjunto de insinuações, de deturpações sem nenhum facto concreto e, na maioria dos casos, aliás, mesmo com base em mentiras.

Recordo, efetivamente, para que fique registado, que durante os 7 minutos e 45 segundos desta intervenção — não sei qual o tempo disponível para os partidos se pronunciarem...

O Sr. **Presidente**: — São 8 minutos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — São 8 minutos. Assim, como eu dizia, nos 7 minutos e 45 segundos, ou seja, restam apenas 15 segundos, o Sr. Deputado não fez nenhuma pergunta sobre o tema para o qual fui chamado. E, em boa verdade, também não foram feitas perguntas sobre outros temas, porque basicamente a declaração do Sr. Deputado baseia-se em insinuações e falsidades.

Então, vamos aos factos, comecemos pelos factos.

Os factos da acusação que o Sr. Deputado me fez de que eu disse que não tinha a tutela da Estradas de Portugal e que transmiti, em entrevista, que a responsabilidade dessa tutela era de dois ministros...

O Sr. **Nuno Encarnação (PSD)**: — Só li isto!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu sei que o Sr. Deputado, aparentemente, só lê o título, porque não lê as declarações.

Vamos ler as declarações para verificar se o que o Sr. Deputado diz corresponde ou não ao que foi dito. E, se não corresponder, o senhor só tem de se retratar, como é óbvio, porque, quando faz uma acusação dizendo que está a citar...

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vou ler o que está aqui! Ou, então, desafio o Sr. Deputado a ler nos 15 segundos que lhe restam.

Sr. Deputado, vou ler. Na pergunta anterior, eu disse que estava a ser feito um ataque político e na resposta seguinte digo: «Exatamente, são nuvens de fumo lançadas constantemente para tirar da agenda mediática outras questões. A prova de que isso é assim é que as acusações que têm sido feitas nas primeiras páginas, com fotos personalizadas, dizem que eu tenho a tutela da Estradas de Portugal. Bom, a responsabilidade da tutela é de dois ministérios.» Sr. Deputado, a minha frase é a que «a responsabilidade da tutela é de dois ministérios». Para isso, basta ver a lei orgânica, onde está a responsabilidade, que é de dois ministérios. Ainda hoje, no seu Governo, a responsabilidade sobre esta matéria é de dois ministérios. Nunca, em momento algum, está aqui a frase de que é de «dois ministros», Sr. Deputado. O Sr. Deputado não lê e os factos são os factos. Não é com base em títulos de jornais. É muito claro o que está lá dito!

Portanto, o Sr. Deputado mente descaradamente.

Aparte inaudível na gravação.

Mente descaradamente, como é óbvio! A minha declaração, que lá está, é de «dois ministérios», e eu faço parte de um dos ministérios.

Mais, Sr. Deputado: se há responsável que sempre assumiu publicamente todas as responsabilidades nesta matéria tenho sido eu, que nunca virei um minuto sequer... E até, de alguma forma, acuso esta Comissão de não me ouvir antecipadamente, exatamente, porque não estou a fugir a nenhuma responsabilidade.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado tentou fazer é o típico — aliás, já o tínhamos visto também pelo Sr. Deputado Hélder Amaral: com base em títulos de notícias, com matérias que até são, às vezes, feitas por alguém a quem é enviado um *e-mail* da bancada à minha direita, esses jornalistas publicam essas notícias e, depois, os senhores fazem essas acusações!

Factos não têm. Em momento algum, Sr. Deputado Nuno Encarnação, há uma declaração de Paulo Campos a dizer que a responsabilidade é de dois ministros. Há uma declaração que diz que «é de dois ministérios». Volto a ler que as minhas declarações na resposta foram de que «a responsabilidade da tutela é de dois ministérios» e não é de dois ministros. E dois ministérios é diferente de dois ministros, porque eu sou corresponsável num ministério e com matérias delegadas.

A questão que se coloca é que, à época, só se falava nas responsabilidades de um ministério, do Ministério das Obras Públicas, e nesta matéria as responsabilidades são partilhadas pelos dois ministérios. Portanto, eu não estou a fugir de nenhuma responsabilidade, mas não tenho de assumir as responsabilidades que não são minhas. O Ministério das Obras Públicas tem as suas responsabilidades, mas não tem de assumir as responsabilidades que são de outros.

Nesse sentido, quando o Sr. Deputado Nuno Encarnação cita esta matéria, não está a fazer mais do que aquilo que sempre fez: a mentir descaradamente, porque a afirmação foi «é de dois ministérios» e não de dois ministros.

Depois, ao analisar...

Aparte inaudível na gravação.

Não. O que os ministros vieram cá dizer foi que no caso do Ministro das Obras Públicas tinha matérias delegadas no Secretário de Estado e no caso do Ministro das Finanças tinha matérias delegadas no seu Secretário de Estado. Portanto, as questões são muito claras. Nenhum ex-membro de qualquer ministério veio aqui para não assumir as suas responsabilidades. Aquilo que os senhores pretendem é, exatamente, neste caso concreto, fazer essa manipulação, essa mentira clara. Insisto: aquilo que eu referi «é de dois ministérios» e não de dois ministros.

Relativamente a outras questões que o Sr. Deputado aqui colocou, a que se refere a campeões das parcerias público-privadas não vale a pena voltar a falar, porque os números são muito simples. De acordo com os relatórios da União Europeia e do Banco Europeu de Investimento — eles estão publicados, já vieram à colação aqui, não tem nada que inventar —, mais de 40% das parcerias público-privadas feitas na Europa foram feitas em Inglaterra, que é o grande campeão das parcerias público-privadas. Foi, aliás, nesse país que nasceram as parcerias público-privadas. Depois, há países que usam, de uma forma expressiva, muito mais as parcerias público-privadas do que nós.

Fizemos 36 parcerias público-privadas em Portugal, Sr. Deputado. Os diferentes Governos fizeram 36 parcerias público-privadas. Das 22

parcerias público-privadas rodoviárias, 8 foram feitas pelos Governos a que pertenci. Portanto, não vale a pena tentar misturar os factos, porque os factos são esses e não outros.

Já há pouco referenciei e, relativamente às questões das parcerias público-privadas, vou dar-lhe os números do relatório da União Europeia, nomeadamente o relatório do Banco Europeu de Investimento: entre 1990 e 2011, mais de 40% das parcerias foram feitas em Inglaterra; só em 2010 e em 2011 foram feitas na Europa mais de 196 parcerias, sendo que no Reino Unido 71, em França 38, na Alemanha 30, na Espanha 20, na Bélgica 11 e em Portugal 2. Isto nos anos de 2010 e 2011 de acordo com os resultados das estatísticas oficiais. Portanto, Sr. Deputado, não vale a pena mistificar as questões.

Ainda sobre a questão que referiu de o Sr. Ministro das Finanças ter uma declaração curiosa de que estas parcerias não eram as menos onerosas para o Estado, é bem evidente sobre aquilo que já fizemos nesta... Esses são os factos, Sr. Deputado! É um facto. Diga-me se encontra concessões rodoviárias ou de saúde (se quiser, também lhe leio as taxas de rentabilidade dessas concessões de saúde) com taxas de rentabilidade inferiores àquelas que foram lançadas pelos Governos a que pertenci. Encontra, Sr. Deputado? Se encontrar, diga-me quais são, para eu conhecer esses factos.

Sr. Deputado, a União Europeia pediu que fosse lançado um programa de forma criteriosa e oportuna, sobretudo para combater aquilo que eram as questões que, na altura, à época, preocupavam toda a Europa, nomeadamente de emprego e de crescimento. Quer que lhe leia os resultados desse programa?

O Sr. Nuno Encarnação (PSD): — Faça favor!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Então, vamos ver os resultados desse programa.

Sr. Deputado, enquanto em 2009, em plena crise, a média europeia tem um decréscimo de 4%, Portugal tem um decréscimo de 2,9%. Em 2010, Portugal cresce 2%, um valor de crescimento também muito significativo nessa data. Ora, é exatamente aqui que estão os resultados de uma determinada política, Sr. Deputado.

Protestos do PSD.

Já lá irei, Sr. Deputado. Não se preocupe que eu tenho tempo para lá chegar e para falar dessas matérias todas! Já vamos falar, Sr. Deputado.

Portanto, hoje essa é uma questão muito importante, Sr. Deputado Nuno Encarnação, porque a falência da política económica conduzida pelo seu Governo está à vista. Ao fim destes meses todos em que estamos sob a gestão de descalabro deste Governo os resultados estão à vista: o desemprego subiu exponencialmente...

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — E eu expliquei porquê!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Subiu, Sr. Deputado! Subiu para 12% e já vai próximo dos 16%, se a memória não me falha. Exatamente porquê? Pela política desastrosa que os senhores estão a seguir. Acabou também, Sr. Deputado, em plena crise, como há pouco ficou evidente.

Em 2010, o País teve um crescimento de 1,9%. Depois que as suas políticas recessivas vieram, o que temos é um decréscimo, em 2011, de 1,6%, já com responsabilidade do seu Governo, de 3% este ano e o Banco

de Portugal estima de -1,9% para o próximo ano, Sr. Deputado. Isso são as consequências da sua política desastrosa — sua e do seu Governo —, que estão a levar, como o Sr. Presidente da República bem anunciou na mensagem de Ano Novo, a uma espiral recessiva no nosso País.

As consequências dessa matéria estão bem à vista, porque, do ponto de vista do défice, do ponto de vista da dívida, também vale a pena perceber o que aconteceu. Em maio de 2011 o *stock* da dívida direta do Estado estava em pouco mais de 160 mil milhões de euros, Sr. Deputado. Em maio de 2011, quando nós saímos do Governo, o *stock* da dívida estava em...

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Deputado, adicione os 78 mil milhões de euros!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Esse valor é para substituir a dívida que já existia, é para pagar a responsabilidade...

Risos do Sr. Dr. Paulo Campos.

Ó Sr. Deputado, a dívida do Estado é 160 mais 70 milhões?! É 230?!
Ó Sr. Deputado, tenha paciência!

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Pois, está bem, não é...! É a diminuir...!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Qual é a sua formação? É de Economia? A sua formação é de Economia.

A dívida era de 164 milhões. A responsabilidade, a dívida, em novembro, é de 197 milhões, Sr. Deputado. 33 mil milhões de euros que são de dívida gerada na sua governação. Ou seja, em ano e meio, quase metade daquilo que foi gerado em seis anos. Em ano e meio, o Governo do Partido...

Sr. Deputado, é muito bonito falar do passado. Sei que o Sr. Deputado se habituou a falar do passado sem que lhe dessem resposta, mas comigo, como já outro Deputado disse nesta Casa, o senhor vai ter resposta relativamente ao passado!

O Sr. Nuno Encarnação (PSD): — Ainda bem!

O Sr. Dr. Paulo Campos: — E, relativamente ao passado, as matérias são muito claras: os senhores, em ano e meio, fizeram aumentar a dívida direta do Estado em 33 mil milhões de euros, quando em seis anos a dívida direta aumentou 74 mil milhões, Sr. Deputado.

E qual é a contribuição das parcerias público-privadas para esse aumento da dívida? É de 2%, Sr. Deputado — aliás, como foi bem evidente quando, há pouco, um Sr. Deputado referiu que os encargos nestas parcerias ainda não existiam. Efetivamente, neste momento, não existe qualquer contribuição das parcerias lançadas pelos Governos a que pertenci para este *stock* da dívida, porque, obviamente, elas ainda estão em construção e não foi amortizado o que quer que seja relativamente a essa matéria.

Portanto, a sua narrativa não passa de factos que não correspondem à verdade.

O Sr. Nuno Encarnação (PSD): — É o costume! É tudo falso!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não correspondem à verdade, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado disse também que eu sou responsável ou que assinei 10 contratos. Gostaria que o Sr. Deputado me facultasse cópias da minha assinatura nesses contratos, porque deve haver um equívoco qualquer. O seu equívoco é que o senhor faz afirmações baseadas em títulos de jornais, não as faz baseadas na confrontação dos documentos. E , portanto, desse ponto de vista...

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Os anos vão passando...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, o microfone do Sr. Deputado Nuno Encarnação pode estar ligado?

O Sr. **Presidente**: — Pode.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas conta o tempo de intervenção?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, isso é problema nosso.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, é que, obviamente, quando um Deputado está a falar em cima de outro que tem o microfone ligado, causa incómodo na forma como se deve...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o que acontece é que, se os microfones não estiverem ligados, ninguém sabe do que se está a falar e o Sr. Deputado fica a falar sozinho.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não fico a falar sozinho, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não, fica! Para as pessoas que nos estão a ver, fica!

Portanto, para a boa compreensão do que se está a passar é bom que quem fale, mesmo que seja em aparte, o faça de microfone ligado.

Mas este é problema de condução dos trabalhos. Portanto, se faz favor, peço-lhe que conclua, que prossiga.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Muito bem, Sr. Presidente. Nas comissões em que participo não é essa a prática, mas registo que seja a prática aqui.

O Sr. **Presidente**: — É exatamente a prática aqui, Sr. Deputado.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Como eu estava a dizer, Sr. Deputado, desse pondo de vista, para que fosse factual, gostaria que fizesse chegar à Comissão de Inquérito as minhas assinaturas nesses contratos para sustentar a afirmação que fez, porque vai verificar-se que é uma afirmação semelhante àquela que fez relativamente ao título da notícia que citou, ou seja, falsa! Não corresponde à verdade, Sr. Deputado Nuno Encarnação!

Mais uma vez, o Sr. Deputado mentiu. Não tem a minha assinatura nesses contratos, nomeadamente nos 7 contratos de subconcessão. É falso aquilo que o Sr. Deputado acabou de afirmar!

Relativamente aos riscos concentrados, também gostaria, Sr. Deputado, que transmitisse onde estão esses riscos concentrados, porque,

como há pouco foi bastante claro e resulta até da análise da auditoria da Ernst & Young, os riscos nas concessões lançadas nos Governos a que pertenci foram muito mais transferidos para os privados do que aqueles dos contratos anteriores.

Sobre essa matéria, repetiremos, para que o Sr. Deputado possa compreender, porque parece que não compreendeu ainda, o que está na auditoria da Ernst & Young e nos contratos e que é muito simples: riscos de construção foram integrados passados e nos contratos anteriores há riscos de construção que não foram integralmente passados; riscos de expropriações foram passados, quando antes não foram passados e o relatório do Tribunal de Contas de 2005 evidenciou centenas de milhões de euros de encargos a mais pelo facto de esses riscos de expropriações não terem sido passados; riscos ambientais foram transferidos, quando no passado esses riscos não foram transferidos e, em consequência disso, uma decisão do Governo de Durão Barroso de alterar a autoestrada A24 que teve um sobrecusto para o País de 300 milhões de euros. Nas concessões lançadas por este Governo, pelo menos enquanto nós fomos responsáveis pela condução dos trabalhos, não há nenhum pedido de reequilíbrio por questões ambientais, por expropriações, por alterações unilaterais ou por o quer que seja durante a fase da obra. Temos, aliás, concessões que terminaram a sua fase da obra e cujo valor, cujo custo de construção é efetivamente inferior ao que estava previsto e, portanto, há um benefício para o Estado pelo facto de esse risco de construção ter sido integralmente passado.

O risco de financiamento, Sr. Deputado, também foi integralmente passado; o risco de tráfego também foi passado. Aliás, como eu há pouco disse, das 8 concessões lançadas nos Governos a que pertenci o risco de procura está transferido para o parceiro privado; o parceiro privado recebe

uma determinada renda, que é a renda de serviço em função do tráfego que lá passa. E, curiosamente, Sr. Deputado, em 4 dessas 8 concessões a maior parte dos rendimentos que estão previstos no caso-base é associada ao risco de tráfego e não ao risco de disponibilidade.

Vou até dar-lhe um caso muito paradigmático. Na concessão Algarve, que é a concessão da requalificação da estrada nacional 125, o concessionário paga até por disponibilidade ao Estado, ou seja, é o Estado que recebe. Portanto, todo o seu rendimento, quando somado no conjunto de todos os seus anos, provém apenas das rendas de serviço, ou seja, das viaturas que passam nessa estrada — ao contrário daquilo que o senhor diz, que tem transmitido nas várias ocasiões e que, mais uma vez, voltou a transmitir aqui. Ou seja, a sua intervenção é apenas com base em títulos de notícias e não em questões factuais. Se forem questões factuais, diga quais são os riscos, no contrato, isto é, leia o contrato e diga qual a cláusula contratual em que haja o risco que o Sr. Deputado está a transmitir como sendo risco que tenha passado.

Depois, fala de incompetência e de más políticas. Isso não é um facto, é apenas a sua avaliação e, sobre essa, eu deixo ao critério de quem nos ouve, porque quem faz juízos de valor com base em factos falsos também só pode chegar a um juízo de valor falso.

Relativamente à matéria de portagens à pressa, Sr. Deputado, vamos a essa questão, porque essa talvez seja uma questão interessante.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Eu não disse à pressa, Sr. Dr. Paulo Campos!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Disse, disse, Sr. Deputado! Está gravado. Feitas à pressa!

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, a decisão de introduzir portagens, como sabe, foi tomada em 2004 pelo Governo do partido do qual é representante, pelo Governo PSD/CDS, à época pelo Ministro Mexia. Caso não esteja recordado, quem tomou a decisão de introduzir portagens foi o seu Governo nessa altura.

Claro que, graças às trapalhadas que esse Governo fez, em poucos meses deixou de governar os nossos destinos e esse processo continuou, tendo em conta que nós, Partido Socialista, também defendemos a questão do utilizador-pagador. No entanto, defendemos também outros princípios que o seu partido não defende, que são os princípios da discriminação positiva.

Portanto, desse ponto de vista, o Governo a que eu pertenci, efetivamente, fez o processo de introdução de portagens, mas com uma base completamente diferente daquela que vinha do seu Governo. Aliás, se o Sr. Deputado quiser perceber as questões que também estavam associadas a esta matéria da implementação e da necessidade de financiamento, basta ler o despacho e as informações do Governo Mexia, assim como os decretos-leis publicados nessa altura relativamente à questão, que são muito claros quanto a esta necessidade de financiar o sistema rodoviário. É que isto também é extremamente importante para percebermos, Sr. Deputado, relativamente à questão dos encargos que à época já existiam e que, de acordo com o Tribunal de Contas, à época eram de 15,9 mil milhões de euros — superiores, portanto, aos encargos que são apurados na auditoria da Ernst & Young que este Governo mandou fazer.

Ora, demonstra bem que a outra frase que o Sr. Deputado aqui colocou de encargos acrescidos também não é factualmente correta, porque basta comparar as auditorias feitas à época pelo Tribunal de Contas relativamente aos encargos que existiam em 2005 — e a auditoria do Tribunal de Contas fala em 15,9 mil milhões de euros. Está lá, basta ler, Sr. Deputado, se tiver algum cuidado, em vez de fazer todas as suas afirmações com base nas notícias. Se, por sua vez, também ler o relatório da auditoria da Ernst & Young, verificará qual o número que lá está. E, se comparar os dois números, verificará que os números na auditoria da Ernst & Young são inferiores aos números da auditoria do Tribunal de Contas, o que também está demonstrado em tudo aquilo que António Mexia falou. António Mexia, nas suas informações, disse que os encargos anuais das SCUT andam entre os 700 e os 800 milhões de euros. E, curiosamente, Sr. Deputado, os senhores dizem que as renegociações que nós fizemos nas SCUT, incluindo concessão Grande Lisboa e concessão Norte, são ruinosas.

O Sr. Nuno Encarnação (PSD): — Havemos de lá ir!

O Sr. Dr. Paulo Campos: — Sim, Sr. Deputado! Mas vamos já para também não ficar tanta matéria nessa questão! Vamos, porque as questões têm de ser vistas!

Dos 700 ou 800 milhões de euros que estavam previstos nessa altura, se o Sr. Deputado verificar os pagamentos que foram feitos em 2010 e 2011, verificará que há uma redução substancial sobre aquilo que eram essas previsões por parte do Ministro Mexia. E isso deve-se a quê? Deve-se, efetivamente, Sr. Deputado, à diminuição que proveio das responsabilidades e das renegociações que foram feitas.

As concessões do Estado, de acordo com o relatório e contas da Estradas de Portugal, na sua página 46, em 2011 tiveram um encargo líquido de 489 milhões de euros, portanto, substancialmente inferior aos 800 que o Ministro Mexia afirma no decreto-lei que publicou ou nas informações que prestou nesse momento; e em 2011 os encargos mantêm-se dentro destes níveis. Se verificarmos as concessões que foram por nós renegociadas, Sr. Deputado, verificará que em 2010 as renegociações das SCUT que foram negociadas — Norte Litoral, Grande Porto, Beiras Litoral e Alta, Costa de Prata — mais as concessões Grande Lisboa e Norte, custaram, pago, 363 milhões de euros e em 2011, Sr. Deputado, 279, menos 23%.

Acha que a diminuição que aconteceu foi devido a quê? Foi devido à renegociação. O que os Srs. Deputados dizem é que a renegociação foi ruinosa, mas os factos estão cá! Não vale a pena o senhor pretender basear-se em títulos de jornal, porque temos de ir aos factos. Esta é uma Comissão de Inquérito para apurar factos. O que o senhor disse resume-se a títulos de jornais, como vimos, mal transcritos. O que eu lhe estou a afirmar são factos verificáveis nos relatórios que aqui temos.

Sim, Sr. Deputado, iremos ver quando quiser, mas a questão que se coloca nesta matéria tem a ver com as afirmações que o senhor fez nos 7 minutos e 45 segundos dos 8 minutos que tinha disponíveis para fazer perguntas. E várias vezes afirmou situações como a dos 10 contratos assinados que factualmente é errada, como a dos encargos acrescidos que factualmente é errada, como a dos riscos concentrados que factualmente é errada, como a dos campeões das PPP que factualmente é errada, como a de que eu tenha passado a responsabilidade para os dois ministros, porque factualmente é errada, não é isso que está lá

Portanto, Sr. Deputado, a sua intervenção baseou-se e resume-se àquilo a que já estamos habituados: a um conjunto de *slogans* propagandísticos que são vendidos nos jornais sem serem baseados em nenhum facto. Desafio-o a que, da próxima vez que faça uma intervenção, leia os relatórios e diga de que fonte ou de que origem retirou as matérias de que possa estar a falar relativamente aos factos que transmite.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado ainda dispõe de algum tempo. Faz favor.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, uma das coisas que não admito é a de me chamarem mentiroso, quando as pessoas dão entrevistas a jornais. Este senhor deu uma entrevista a um jornal e não assume o título que mostrei há pouco nem o conteúdo!

Vou passar a ler o conteúdo, Sr. Presidente, e diga-me quem é o mentiroso aqui!

O Sr. **Presidente**: — Eu não digo nada, Sr. Deputado!

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, vou citar o Dr. Paulo Campos na entrevista ao *Sol*, de 8 de junho de 2012 — o tal conteúdo que queria que eu lesse: «A minha prova de que isso é assim é que as acusações que têm sido feitas nas primeiras páginas, com fotos personalizadas, dizem que eu tenho a tutela da Estradas de Portugal. Bom, a responsabilidade da tutela é de dois ministérios. Eu sou um secretário de Estado que não tem a responsabilidade nem o poder que me vem atribuído. Se essas notícias saem assim.»

Esta é a mais pura das verdades.

Quem é que mente aqui? Sou eu ou este senhor que aqui está?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Campos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado Nuno Encarnação, o senhor já é conhecido pelas formas como faz estas suas intervenções.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Estou a ler!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vou dizer-lhe, Sr. Deputado: o senhor acabou de ler. Nas declarações que leu, alguma vez refere que a tutela é dos ministros e não minha?

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Pronto! Então, leu! É que agora diz a verdade! A verdade é essa mesma, ou seja, a responsabilidade não é apenas do Ministério das Obras Públicas, é também do Ministério das Finanças! Essa é que é a questão que estava em discussão. Não vale a pena o senhor vir com outras questões, porque essa é a verdadeira questão!

O senhor, há pouco, disse que eu tinha transferido as minhas responsabilidades para os ministros. E isso não pode inferir da informação que está no jornal, porque eu disse que é dos ministérios, e os ministérios...

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Lamento também, Sr. Deputado, que efetivamente, relativamente a todos os outros temas, não tenha feito a confrontação dos factos, porque essa é a sua postura. A sua postura não é a de confrontar com factos. Está clara a sua postura. A sua postura é a de remeter *e-mails* daqui para os jornalistas amigos, para eles articularem...

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — A minha postura?!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, essa é a sua postura, a do seu grupo parlamentar, como foi factualmente descrito na comunicação social, porque houve uns colegas parlamentares seus que se revoltaram, aliás, com essa forma de fazer. Sim, é um facto que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata articula, ou articulava, estes debates a um conjunto de jornalistas para que, depois, se faça o que o senhor está a fazer, ou seja, para que depois esses Srs. Jornalistas publiquem as notícias que os senhores pretendem, com os tais títulos, e se faça esta campanha.

A questão baseia-se apenas nisto, Sr. Deputado: tudo o que se fala sobre estas matérias baseia-se na pura insinuação, na difamação e na campanha propagandística que o seu grupo parlamentar tem vindo a fazer, mas não em factos. Baseia-se até naquilo que ontem aqui se afirmou, ou seja, quando se remete um relatório, que um Ministro pede que seja confidencial para que depois esse mesmo Ministro o remeta para os jornais. Se formos ver, também veremos que esta questão nasce num *dossier* que foi preparado pelo Ministro Mexia e que foi entregue aos tais jornalistas amigos para fazer as tais notícias com os tais títulos. O gabinete do Sr. Ministro Mexia esqueceu-se, no entanto, de tapar o registo de entrada desses documentos. Peço desculpa, não é do Ministro Mexia, é do Ministro

Relvas. Queria dizer que o gabinete do Ministro Relvas esqueceu-se de tapar...

Aparte inaudível na gravação.

Não é o Salazar, é o Ministro Relvas que está no Governo. Não é o Salazar, é o Ministro Relvas. E o senhor esqueceu-se...

Aparte inaudível na gravação.

Eu sei que não gosta, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, para podermos prosseguir.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vou concluir, quando me deixarem.

Sr. Deputado, a verdade tem de ser dita. Foram os próprios jornalistas que receberam esse *dossier* que remeteram ao Grupo Parlamentar do PS essa matéria. Percebe, Sr. Deputado? Porque eles próprios estavam indignados com a forma como estas questões foram feitas. Isto porque houve a transmissão dessa informação, através de um *dossier* preparado pelo Ministro Relvas, com base num relatório sobre o qual foi pedida confidencialidade pelo Ministro Relvas ao presidente do instituto regulador, como ele próprio confirmou ontem, e tudo isso fez com que nascessem as tais notícias que fizeram com que, depois, os Srs. Deputados Nuno Encarnação e Hélder Amaral tivessem vindo com títulos de notícias especular sobre essa matéria. Sobre os factos, não veem; veem

com base nas notícias encomendadas e inventadas nessa máquina de propaganda.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Nuno Encarnação pediu a palavra para fazer uma interpelação à Mesa. Peço-lhe que seja breve.

O Sr. **Nuno Encarnação** (PSD): — Sr. Presidente, queria apenas pedir à Mesa para distribuir a dita entrevista, porque, provavelmente, estamos a ler em línguas diferentes. Este senhor, à falta de argumentos, acusa agora os Srs. Jornalistas, todos estes que estão aqui e todos os tais que escreveram e transcreveram a entrevista.

Por isso, peço à Mesa que faculte esta entrevista a todos os grupos parlamentares e ao Sr. Dr. Paulo Campos.

O Sr. **Presidente**: — Já temos aqui vários exemplares e várias edições.

Entretanto, inscreveram-se, para fazer interpelações à Mesa, os Srs. Deputados Emídio Guerreiro e Hélder Amaral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente, queria apenas solicitar que o Sr. Dr. Paulo Campos, que acusou o PSD de manipular a imprensa, comprove o que afirmou e que diga quem manipulou e quem foram os jornalistas que foram manipulados. Que diga onde, quando, como, porque penso que, numa Comissão Parlamentar de Inquérito, não podemos aceitar que o inquirido venha fazer este tipo de insinuações sem o provar.

Há pouco, já vimos um número do Partido Socialista, que atirou uma pedra, mas depois retirou, porque, de facto, não tinha substância. Agora, era importante percebermos isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, pedi a palavra não para falar sobre esta questão mas, sim, para voltar à Brisa.

Na minha interpelação, falei de uma multa perdoada à Brisa no valor de 1 807 173 €, conforme a cláusula n.º 1 da base do contrato, e o Sr. Deputado Paulo Campos, que tem *n* notícias e *n* informações, diz que não tinha. Por isso, gostaria que fosse distribuído aos meus colegas — e ao Sr. Deputado Paulo Campos, se quiser, também — um documento, porque me esqueci de o fazer. Não se trata de uma notícia de jornal, mas de um facto. É toda a correspondência entre o InIR e a Secretaria de Estado das Obras Públicas, para explicar porque é que durante dois anos o Sr. Deputado Paulo Campos não fez o que lhe competia, que era cobrar a multa, que é dinheiro devido aos contribuintes portugueses.

O Sr. **Presidente**: — O documento será, então, facultado aos Srs. Deputados.

Srs. Deputados, não havendo mais interpelações à Mesa, vamos fazer um curto intervalo antes de dar início à segunda ronda.

Pausa.

Srs. Deputados, estamos em condições de retomar a nossa reunião.

Para a segunda ronda, estão inscritos os Srs. Deputados Manuel Seabra, Carina Oliveira, Bruno Dias, Altino Bessa e Emídio Guerreiro.

Sei que já foi acordada uma troca. Dado que Sr. Deputado Bruno Dias tem necessidade de se ausentar dentro de algum tempo, há acordo dos Srs. Deputados Carina Oliveira e Manuel Seabra no sentido de que o Sr. Deputado Bruno Dias possa ser o primeiro a intervir nesta segunda ronda.

Como sabem, cada orador dispõe de 3 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, antes de começar a minha pergunta, queria agradecer aos Deputados Carina Oliveira e Manuel Seabra a disponibilidade para fazer já as minhas perguntas, e dar a explicação à Mesa, aos Srs. Deputados e ao Sr. Deputado Paulo Campos de que não terei possibilidade de ficar até ao final da reunião de hoje por ter uma iniciativa do meu partido no meu distrito, no concelho de Almada. Por isso, não posso continuar até ao final. Esta reunião prolonga-se um pouco mais do que estávamos a pensar.

Portanto, tendo agradecido aos Srs. Deputados a disponibilidade e explicado a razão de ter de me ausentar dentro de algum tempo, passo, então, a fazer as perguntas ao Sr. Deputado Paulo Campos, voltando a dizer que estou a centrar-me no ponto da ordem de trabalhos que nos traz cá hoje, que é o contrato de concessão Brisa.

Não sei se esta informação já foi dada pelo Sr. Deputado durante a reunião ou se nas audições anteriores esta questão ficou clara, pode ter sido lapso meu, mas é importante clarificar o seguinte: este processo de revisão do contrato de concessão de 2008 e do acordo que foi firmado entre o Estado e a Brisa desencadeou-se por iniciativa de quem? Talvez tenha sido claro para todos, mas para mim não foi. Quem é que iniciou este processo?

Foi o Estado que sentiu necessidade de colocar o problema à Brisa ou foi o Sr. Deputado que tomou conhecimento que a Brisa tinha desencadeado este processo e manifestado este interesse?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, havia um conjunto de assuntos pendentes com a Brisa, como verificámos, havia também um conjunto de questões que a Brisa tinha vindo a solicitar, havia ainda vontade de o Estado em abrir renegociações com as principais concessões e, portanto, desse ponto de vista, a história soma-se por no Governo existir um conjunto de indicações de problemas que era necessário resolver e de uma vontade que o Governo tinha de abrir renegociações.

Portanto, a matéria que gostaria de esclarecer e que gostaria de contextualizar para que a resposta fique completa é muito simples.

Sr. Deputado, quando chegámos ao Governo em 2005, verificámos aquilo que é uma evidência, enfim, um número muito significativo de responsabilidades de concessões, como, por exemplo, a Brisa e a Lusoponte, em que entendíamos, pela análise dos contratos, que valia a pena trabalhar para podermos melhorar, e também o problema associado à introdução de portagens nas concessões SCUT.

Quero recordar-lhe um facto que muitos agora ignoram, mas que é um dado muito relevante: quando chegámos ao Governo, os contribuintes pagavam, entregavam à Estradas de Portugal, todos os anos, cerca de 800 milhões de euros, em média, nos anos que antecederam o Governo a que pertenci — 800 milhões de euros! E a Estradas de Portugal ainda não tinha começado a pagar a tal fatura que referenciei dos números que estão claros por parte do Ministro Mexia, de 700 a 800 milhões de euros/ano. O que é que isto queria dizer? Queria dizer que os contribuintes estavam com um envolvimento, face àquilo que eram as responsabilidades assumidas e face

a outro fator que ainda não falámos aqui, mas que provavelmente importaria falar, ou seja, a necessidade de continuar a infraestruturar o País em termos de coesão territorial, em termos de combate à sinistralidade, em termos de promoção do desenvolvimento, em termos de promoção da igualdade de oportunidades — portanto, os investimentos teriam de continuar a ser feitos —, estamos a falar de um envolvimento anual para os contribuintes de cerca de 1,5 mil milhões de euros que o Orçamento do Estado por ano estava a colocar na Estradas de Portugal ou que teria de colocar: os 800 milhões para a Estradas de Portugal e os 700 milhões para pagar as ex-SCUT.

Portanto, desse ponto de vista, claramente houve uma evidência nesta matéria, Sr. Deputado: a de que algo tinha de ser feito para mudar aquele ponto de partida. E o que tinha de ser feito baseou-se, por um lado, em introduzir eficiência na Estradas de Portugal. Daí que tivéssemos operado uma reestruturação profunda da Estradas de Portugal: diminui-se de 1000 viaturas para 300 (são números que já várias vezes foram ditos); houve uma redução do pessoal, porque o efetivo era superior àquilo que era necessário, portanto melhorar a eficiência; transformou-se a empresa numa empresa que hoje, curiosamente e apesar de estarmos aqui, é a empresa que mais lucro dá ao Estado português. Quero recordar que, quando chegámos ao Governo, a Estradas de Portugal dava prejuízo e, em 2011, a Estradas de Portugal deu mais de 140 milhões de lucro ao Estado português! E isso teve a ver com uma profunda reestruturação que foi feita na Estradas de Portugal para que se tornasse mais eficiente.

Simultaneamente, não apenas tínhamos este propósito de tornar mais eficiente a Estradas de Portugal, como também tínhamos de ir buscar alguns ganhos às parcerias que estavam em vigor e que, na nossa opinião, poderiam ser melhoradas. Por isso, anulámos a tal mudança de traçado da

concessão Costa de Prata, poupando ao Estado português mais de 350 milhões de euros; anulámos também alguns nós que entretanto tinham sido contratualizados entre o Estado e as concessionárias, como, por exemplo, um famoso nó de Celorico de Basto que estava contratualizado por um preço de 28 milhões de euros, quando a obra não custaria mais do que 800 ou 900 mil euros, mas todos os seus custos operacionais ao longo de 30 anos equivaleriam a um custo para o Estado adicional de cerca de 28 milhões e, nesse sentido, também anulámos.

Portanto, introduzimos um conjunto de poupanças naquilo que eram as responsabilidades que estavam assumidas contratualmente, para que efetivamente os gastos com as parcerias que na altura estavam contratualizadas diminuíssem. Tomámos também a decisão de introduzir portagens para que o saldo líquido dos encargos diminuísse. E só depois de tudo isto, Sr. Deputado, é que tomámos a decisão de lançar novos investimentos. Para quê? Para que a soma dos encargos com as novas responsabilidades fosse inferior à diminuição que entretanto tínhamos operado nos encargos com as parcerias que existiam já à época.

É por essa razão que se explica que hoje os encargos com as parcerias público-privadas, depois de termos lançado 8 novas parcerias público-privadas, sejam inferiores aos encargos que existiam em 2005: pela correção de um conjunto de sobrecustos, pela introdução de eficiência na Estradas de Portugal e pelas renegociações.

Portanto, a resposta, neste contexto, é esta: o Estado tinha vontade em renegociar, nomeadamente em renegociar o contrato Brisa, porque entendia que havia ali ganhos a operar, o contrato Lusoponte, porque entendia que havia ali ganhos a operar, e os contratos das SCUT. E foi isso que fizemos. Portanto, passámos para a renegociação do contrato da Brisa com os resultados que já detalhámos e que não vale a pena aprofundar

muito mais, mas que são a poupança de 300 milhões de custos, acréscimo de benefícios financeiros de no mínimo 200 milhões, com todos os outros benefícios que não estão quantificados. Fomos para a renegociação da Lusoponte com um benefício para o Estado de 150 milhões — também convém esclarecer que esse acréscimo de custos na Lusoponte, que era de 450 milhões face ao contrato inicial, provém de uma decisão de 1995 pelo ex-Governo de Cavaco Silva e com os Ministros das Finanças e os Ministros das Obras Públicas da altura. Portanto, a renegociação Lusoponte diminuiu em 150 milhões de euros os encargos que o Estado tinha com essa concessionária e foi também uma renegociação que foi aberta por nosso interesse, a mesma situação que aconteceu na Brisa. E a renegociação das quatro SCUT onde íamos introduzir portagens mais a renegociação da Grande Lisboa e Norte também por nosso interesse, para obtermos um conjunto de poupanças, como obtivemos, de cerca de 1,8 mil milhões de euros e que permitem, por exemplo, que a descida nos pagamentos de 2010 para 2011 nessas concessões seja evidente, na ordem dos 23% dos encargos que o Estado está a pagar a essas concessionárias.

Portanto, a vontade de fazer essa negociação resulta desta necessidade de aliviar o peso que os contribuintes tinham no sistema. E isso é plenamente conseguido, porque, se verificarmos aquilo que é hoje o Orçamento do Estado e a dotação que o Orçamento do Estado dá à Estradas de Portugal, verificamos que há uma mudança absoluta daquele que é o ponto de partida, que era 1,5 mil milhões de euros, para hoje que não faz transferências orçamentais e, portanto, as responsabilidades da Estradas de Portugal são consolidadas do ponto de vista do endividamento. Mas, se verificarmos também, aquilo que é o crescimento do endividamento da Estradas de Portugal é inferior, por exemplo, àquilo que são as

responsabilidades que existiam nos contratos que o Estado tinha com as SCUT.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

Pode responder, agora, então, à pergunta que lhe fiz?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — À pergunta que o Sr. Deputado fez eu respondi, ou seja, havia um conjunto de manifestações de interesse, como há pouco disse, por parte da Brisa em resolver um conjunto de problemas que não estavam solucionados e face à avaliação que o Governo fazia relativamente às dificuldades do setor rodoviário era necessário fazer abertura de negociações nas várias frentes nos contratos em que considerávamos que era possível obter ganhos, como é o caso concreto do contrato da Brisa, como é o caso concreto do contrato da Lusoponte e como é o caso concreto das SCUT.

Portanto, Sr. Deputado, respondi-lhe inteiramente à sua pergunta: foi por interesse do Estado para obter os benefícios que veio a obter que se iniciou esse processo de renegociação com estas concessionárias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, foi o Estado que desencadeou o processo de negociação?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sim, com o contexto que lhe transmiti: havia pedidos para resolver um conjunto de assuntos e, portanto, o Estado decidiu juntar esses pedidos à vontade que tinha de fazer essa renegociação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se o assessor financeiro deste processo de negociação era o mesmo para o concedente e a concessionária, quem é que trabalhava especificamente para o Estado para apoiar o Estado nas decisões e na análise das questões económico-financeiras?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A decisão de contratar a Caixa – Banco de Investimento para fazer a assessoria financeira desta comissão de negociação é uma decisão que, em primeira instância, deve ser colocada ao Ministério das Finanças. Como aqui o Prof. Teixeira dos Santos bem disse, a responsabilidade do Ministério das Finanças essencialmente tem a ver com as questões financeiras.

Portanto, desse ponto de vista, a proposta que o Ministério das Finanças fez de que esta assessoria fosse feita pela Caixa – Banco de Investimento, para o Ministério das Obras Públicas, obviamente, vindo de um parceiro de Governo, não houve qualquer reserva e demos o nosso consentimento nesse contexto.

Quanto à questão de quem fez os trabalhos relativamente ao Estado, foram as entidades técnicas envolvidas. Foram, no caso, por parte do Ministério das Finanças, a Inspeção-Geral de Finanças que trabalhou em algumas vertentes, nomeadamente na validação daquilo que eram os compromissos existentes, a Parpública, cujos representantes eram membros da comissão de negociação, e a Estradas de Portugal, que também tinha representantes nessa comissão de negociação. Portanto, no fundo, foram os técnicos mais qualificados que o Estado tinha para proceder a essa negociação. E deixe-me dizer que esses técnicos qualificados, na minha opinião e face aos resultados que são aqui bem evidentes, fizeram um excelente trabalho, como, aliás, fizeram nas outras comissões de

renegociação, porque os resultados e os benefícios para o Estado são inequívocos nessa matéria.

Ao contrário do que muitas vezes aqui é dito, a Parpública e a Estradas de Portugal têm excelentes técnicos e infelizmente este processo tem vindo a deteriorar a capacidade de o Estado manter esses técnicos na sua esfera para continuar a fazer um trabalho que pode, a cada momento, ser melhorado.

Aliás, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, porque também não quero que fique com uma má interpretação, quando há pouco referenciei as melhorias nos contratos relativamente aos novos contratos, à eliminação dos riscos que eu evidenciei e a um conjunto de outros fatores que melhoraram os contratos, não estou, com isto, a tentar avocar ao Governo do qual fui um dos responsáveis os méritos dessa matéria. Os méritos são partilhados com todas essas pessoas que trabalharam, mas também são partilhados pela curva de experiência que obviamente os técnicos do Estado acabaram por ter. Portanto, é muito natural, quando há pouco disse que, na minha avaliação, os piores contratos para o Estado são a Brisa e a Lusoponte, digo isso com alguma naturalidade, não é com uma incriminação política a quem fez esses contratos *versus* a quem agora fez os outros. É uma curva natural de aprendizagem. E eu entendo que essa curva natural de aprendizagem foi extremamente proveitosa, e a verdade é que hoje temos contratos muito melhores para o Estado do que aqueles que foram feitos inicialmente.

Por exemplo, o contrato da Lusoponte, Sr. Deputado Bruno Dias, tem cláusulas que verdadeiramente hoje são impensáveis poderem existir nalgum contrato do Estado. Tem uma cláusula em que o arredondamento é feito sempre para cima, ou seja, o arredondamento não é feito para baixo ou para cima conforme esteja mais próximo do dígito que se pretende

arredondar — não! O arredondamento é sempre feito para cima; e no ano seguinte não se volta ao ponto de partida, começa-se na zona onde se arredondou. Ou seja, na prática, desde que haja inflação acima de 0,00001% teremos sempre um aumento tarifário no mínimo previsto para a Ponte Vasco da Gama. Porquê? Porque está previsto contratualmente. Ou seja, essa é uma cláusula, na minha opinião, obviamente que não defende os interesses do Estado e não defende os interesses dos utilizadores. Lutei para que essa cláusula mudada, mas infelizmente não foi possível.

Por isso é que estranho muito que as renegociações que agora se iniciaram não vão aos contratos onde há muito a fazer e onde evidentemente as tais rendas excessivas se podem colocar. Não é nos contratos últimos que essas matérias se colocam, é nos primeiros contratos, porque são aqueles que são piores e, portanto, onde há mais margem de trabalho para fazer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Os casos-base dos contratos de concessão geralmente são muito inseguros, porque baseiam-se apenas em teoria e sem experiência prática. Essa curva de experiência que o Sr. Deputado agora mencionou tinha 35 anos de experiência realizada na Brisa. Por que é que, depois de 35 anos e de 40 anos e ao fim deste tempo todo, continuou a não haver caso-base? Pode esclarecer-nos isso?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Pode repetir?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Por que é que, ao fim de 35 anos, estávamos em 2008, quando era possível esmiuçar tudo o que era a experiência realizada na concessão Brisa, não havia antes e continua a não haver depois nenhum caso-base? Não haver antes, é uma coisa, mas nunca

ser incorporado um caso-base e uma contratualização de rendibilidade é algo que não se compreende quando a experiência é tão longa.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, a questão que aí se coloca é muito simples.

O Estado, quando faz um contrato com uma determinada entidade, fá-lo de forma livre; o Estado, quando entende modificar esse contrato, está preso à forma como inicialmente foi contratualizado. Portanto, apesar de existir vontade, apesar de existir disponibilidade do Estado para alterar, a verdade é que essa alteração não pode ser unilateral, sob pena de o Estado incorrer em processos que lhe podem ser danosos ou gravosos.

Essa alteração unilateral não existe, não é um pressuposto. Portanto, tem de ser no âmbito de uma negociação que essa vontade possa ser transmitida para uma alteração do contrato.

Ora, apesar de o Estado ter insistido nessa alteração, a verdade é que não foi possível obter o acordo da Brisa para essa alteração e, não sendo possível obter o acordo da Brisa para essa alteração, o Estado não tinha alternativa, a não ser fazer uma modificação unilateral que, sobre esta matéria, provavelmente, traria mais prejuízos do que benefícios para o Estado.

Nesse sentido, fizemos uma negociação pragmática, ou seja, com objetivos totais também de introduzirmos o caso-base, mas com segundos objetivos para maximizar aquilo que seriam os benefícios para o Estado. Não foi possível obter todos os nossos objetivos, mas foi possível obter grande parte ou mesmo a maioria.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A minha última pergunta tem a ver com esta questão dos 270 milhões de euros a favor da Brisa que foram calculados no acordo de 2008.

Olhando para o ano anterior, para os resultados da Brisa, três anos equivalem... Isto é, três anos de concessão equivalia a 1500 milhões de euros de volume de negócios da Brisa. Três anos de concessão equivalia, por referência a esses resultados de 2007, a 750 milhões de euros de lucro líquido. O valor de 750 milhões de euros de lucro líquido da Brisa era o significado de três anos.

Ora, como é que a CaixaBI, com o acordo do Estado, define que 270 milhões de euros são equivalentes a mais três anos de concessão e isto é aceite de uma forma pacífica pelo Estado? Ou seja, não estará inflacionado o valor em causa e o tempo de concessão, de repente, não terá ficado muito barato? Não estaríamos com a posição negocial que o Estado poderia ter tido, com vantagens que se poderia maximizar e aproveitar no processo de negociação, perante uma circunstância em que inclusivamente a concessão até poderia ser antecipada no seu termo de prazo em vez de prolongada por três anos, quando três anos a favor da Brisa dava 270 milhões, mas 1500 euros de volume de negócios era o que ela tinha tido se fosse equivalente para três anos no mesmo período? Faço-me entender, Sr. Deputado?

Estes três anos não ficaram muito baratos para a Brisa? É esta a minha pergunta.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, essa é uma matéria da qual não tenho, como é bem claro, a responsabilidade. Essa questão não é tanto do Ministério das Obras Públicas. Mas na altura também me debrucei sobre esse assunto. No entanto, as informações que provieram, quer do

Ministério das Finanças quer do assessor financeiro, eram de que esta era a valorização adequada.

Portanto, desse ponto de vista, como pode compreender, não sou a pessoa que esteja em melhores condições para poder responder, porque, como é bem evidente, e como já vimos aqui, a responsabilidade sobre estas matérias é uma responsabilidade do Conselho de Ministros, mas é suportada naquilo que são as posições de dois ministérios, sendo que, como há partilha de tutela, há do ponto de vista financeiro umas responsabilidades adicionais do Ministério das Finanças e há do ponto de vista das obras públicas uma responsabilidade adicional naquilo que tem a ver com a política rodoviária.

Nesse contexto, essa pergunta insere-se essencialmente dentro da questão financeira e, portanto, diria que eu não sou o responsável mais adequado para poder responder inteiramente a essa pergunta. O que lhe posso dizer é aquilo que, na altura, observei, ou seja, que os relatórios da Caixa – Banco de Investimento evidenciavam, de forma sustentada e fundamentada, esta matéria. Mas chamando os responsáveis da Caixa – Banco de Investimento sobre esta questão, certamente, poderão obter também respostas nesse contexto.

Aliás, já agora, se me permitir, gostaria de referir outra questão. Não sei se o Sr. Presidente me confirma essa informação, mas, no âmbito dos diálogos parlamentares que tenho com alguns Deputados, foi-me dada a informação que, da resposta que foi enviada à Caixa Geral de Depósitos, enfim, foi veiculada uma informação de que não respondiam, alegando sigilo bancário. Não sei se se confirma a veracidade ou não dessa resposta, mas a confirmar-se, Sr. Presidente, não deixo de ficar com grandes preocupações.

Ou seja, a maioria recusa que o responsável por esse consórcio financeiro cá venha e a instituição financeira... Quero recordar que nas parcerias público-privadas a grande maioria dos fluxos financeiros são com os bancos e não com as concessionárias ou, melhor, são com as concessionárias e estas depois entregam aos bancos, ou seja, a grande fatia dos fluxos financeiros à volta das parcerias público-privadas é com os bancos.

Portanto, se assim for e se se confirmar, eu diria que uma das áreas fundamentais para esclarecer aquilo que se passa nas parcerias público-privadas, que é a informação dos consórcios financeiros, neste momento, por uma decisão da maioria que chumbou a vinda do responsável aqui para prestar esclarecimentos e, a confirmar-se verdadeiramente, por falta de informações por parte da instituição financeira alegando sigilo bancário, estamos perante uma imputação a esta Comissão de Inquérito de uma fatia relevante do esclarecimento, o que obviamente, para mim, como parte interessada, me deixa com uma preocupação adicional face às preocupações que já manifestei do funcionamento desta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não lhe confirmo exatamente isso que acaba de dizer. O que posso confirmar é que, dentro dos vários pedidos genéricos dos questionários que foram enviados, houve uma pessoa se referiu genericamente ao sigilo bancário, mas não referido a nenhuma questão concreta que lhe tenha sido suscitada.

Ou seja, apesar de ter havido uma invocação do sigilo bancário em abstrato, não houve nenhuma questão que tenha sido suscitada em concreto por esta Comissão e fosse do conhecimento de alguém, cuja resposta fosse negada com a invocação do sigilo bancário.

Por isso é que esta Comissão não fez nenhuma diligência na sequência dessa invocação.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Manuel Seabra.

O Sr. **Manuel Seabra** (PS): — Sr. Presidente, já vamos na quinta hora de inquirição e confesso, pelo menos da minha parte, que a capacidade para manter a atenção permanente está mais dificultada. Não é muito fácil, de facto, ao fim de cinco horas, manter integral atenção.

Sr. Deputado Paulo Campos, antes de lhe fazer uma pergunta, para a qual, naturalmente, também peço uma resposta breve, gostava de dizer o seguinte: por cada audição que aqui passa eu fico cada vez mais convencido que tudo isto está montado num cenário com um claríssimo objetivo político. Para falar até economês, tudo isto está alavancado num cenário que tem claros objetivos e contornos políticos. Esta Comissão serve exatamente esse efeito. E o Sr. Deputado estava no sítio errado, à hora errada. Portanto, é o alvo preferido da acusação política.

Sr. Deputado, não são as inquirições todas, foi esta, em especial! Os factos não servem as conclusões — mudam-se os factos! As notícias não servem as acusações — mudam-se as notícias! Portanto, chegámos a um ponto em que a própria credibilidade da investigação promovida pela Comissão de Inquérito está prejudicada.

Quando chegámos ao ponto de falar de culpa como se alguém tivesse sido julgado, designadamente V. Ex.^a enquanto Secretário de Estado das Obras Públicas, quando muito claramente se deveria falar de responsabilidade política, num contexto em que essa responsabilidade poderia resultar em avaliação positiva ou negativa, mas em que é claramente excessivo falar de culpa, porque isso já pressupõe a imputação

de factos que são de alguma forma menos corretos, Sr. Deputado Paulo Campos, estamos absolutamente conversados.

Mas é este o contexto em que V. Ex.^a aqui está, não é outro. E, desse ponto de vista, é neste contexto que tem de responder às perguntas.

Deixo-lhe uma, para terminar esta minha intervenção, cingindo-me integralmente ao objeto da inquirição que hoje lhe pedimos, que tem a ver muito sinteticamente com o seguinte: gostava que, de uma forma sintética, me desse o saldo final das vantagens e inconvenientes da renegociação com a Brisa — de uma forma absolutamente sintética!

Sei que já falou nisso, mas gostava que fosse mais perentório: vantagens e inconvenientes, saldo final, o que o Estado ganhou com a renegociação que V. Ex.^a promoveu.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, para ser sintético, o resumo das vantagens e inconvenientes com a renegociação em 2008 da concessão Brisa é o seguinte: o Estado deixou de ter risco com esta concessão, nomeadamente estamos a falar do risco de construção que existia; o Estado deixou de ter qualquer encargo extraordinário com alargamentos; o Estado tem direito até ao fim da concessão de receber em portagens um valor que anda próximo dos 200 milhões, quando avaliado pela comissão de avaliação, ou de 333 milhões, quando avaliado pela Ernst & Young; o Estado deixou de pagar 305 milhões, que era o valor que a Brisa reclamava dos custos já incorridos e a incorrer relativamente às responsabilidades que ela estava a assumir com os alargamentos e com as obras da Brisa; o Estado conseguiu que a Brisa abdicasse do pedido de indemnização pela não introdução de portagens na SCUT Costa de Prata; o Estado assegurou a custo zero a interligação na zona de Alcabideche da A5

com a A16; e o Estado passou a utilizar a tecnologia da Via Verde para o âmbito da introdução de portagens nas SCUT.

Em contrapartida, o Estado aceitou a proposta de reorganização societária da Brisa e prolongou em três anos o contrato de concessão com a Brisa.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Carina Oliveira.

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Campos, de facto, já muito foi esclarecido hoje relativamente àquilo que foi o contrato da Brisa e as responsabilidades incorridas pelo Estado no contrato da Brisa.

Gostaria de lhe fazer uma pergunta que é mais abrangente do que o contrato da Brisa, no sentido (vou enquadrá-la) de que é também objetivo desta Comissão de Inquérito apurar as boas e as más práticas. Permita-me também a honestidade de lhe fazer uma pergunta sincera, de pedir uma resposta sincera não à pessoa mas, sim, à experiência enquanto governante, porque ao longo destas cinco horas, durante esta tarde, praticamente discutimos pessoas e esta Casa, a Assembleia da República, pode e deve também elevar um pouco o nível e discutirmos política e opções e a Comissão de Inquérito discute, obviamente, responsabilidades. Assim, gostaríamos também de discutir modelos e perceber como é que estes enquadramentos podem ser feitos de forma diferente ao futuro, de modo a que o Estado não seja onerado ou, pelo menos, que o seja da menor forma possível.

Há pouco, citou-me quando falava do modelo de disponibilidade...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Por simpatia!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Eu sei. Retribuo!

Como estava a dizer, há pouco falava do modelo de disponibilidade e, de facto, tenho muitas dúvidas em aceitar que tenha sido o modelo mais favorável para o Estado. Confesso que, nalguns casos, pode ser melhor aplicado ou não. E, quanto a esta forma de entender o modelo de disponibilidade nem sempre nem nunca, peço-lhe também um contributo a essa reflexão.

E porquê? Falou precisamente da Brisa e vou pôr-lhe em contraponto com outro caso para refletirmos acerca deste assunto. Dizia a razão por que a Brisa não aceitou o modelo de disponibilidade. De facto, a Brisa, não aceitou o modelo de disponibilidade na renegociação do acordo global em 2008. Ainda assim, foi simpático para a Brisa o acordo que foi conseguido em 2008. Retirei do *site* do Grupo José de Mello a notícia que foi feita na altura e que dizia: «Revisão do contrato da Brisa dá novo fôlego a Vasco de Mello. Superando um exercício em que a crise obrigou a administração da Brisa a reduzir custos em quase todas as áreas, Vasco de Mello ganha, assim, um instrumento fundamental para fazer face às crescentes dificuldades de obtenção de financiamento durante 2009 e nos anos seguintes.»

Portanto, foi também um bom negócio, obviamente, para a concessionária. E não estou com isto a diabolizar ou a dizer que seja mau. Não é mau haver negócio. É saudável para um país haver empresas, haver empregos, haver negócios. Isto também faz parte. É preciso perceber, contudo, o contraponto do esforço financeiro do Estado para que depois esses negócios possam acontecer sem que esse balanceamento seja feito, porque, se o Estado, se o País, não criar riqueza para suportar este número

de PPP, elas tornam-se excessivas. Se o Estado for um Estado muito rico, nós podemos, de facto, ter aqui parcerias em dobro ou em triplo daquelas que temos em cima de mesa.

Dizia-lhe, relativamente ao modelo de disponibilidade, que a Brisa não o aceitou na A1, mas a Brisa aceitou-o noutras concessões. Falo numa subconcessão. E vou ler, porque gosto de citar as fontes, que não são recortes de imprensa, o relatório e contas de 2008 que está no *site* da Brisa, que, relativamente, por exemplo, à subconcessão Baixo Tejo, diz: «Esta Subconcessão caracteriza-se pelo seu baixo risco, uma vez que mais de 50% das receitas são fixas e garantidas pela EP (detida a 100% pelo Estado português).»

Ou seja, de facto, o modelo de disponibilidade é aceite nos casos em que a estrada, a via, a infraestrutura foi construída de raiz e assim foi concebida, englobando também aquilo que eram custos de manutenção, mas não foi, no entanto, aceite por esta mesma concessionária na A1 e nessa concessão.

Ainda relativamente ao risco de disponibilidade, temos um outro balanceamento, para o qual lhe peço um comentário e, então, chegar à fase final deste meu raciocínio. Peço alguma tolerância ao Sr. Presidente.

É notório que há muitas críticas às renegociações que foram feitas à concessão Norte e à Grande Lisboa. Gostaria também de um outro comentário seu relativamente a isso, ou seja, ao posicionamento face àquilo que é dito pelo Tribunal de Contas no relatório de auditoria. Diz, na página 20, o seguinte: «Já no que respeita à concessão Norte e Grande Lisboa, a renegociação daqueles contratos foi lesiva para o Estado, uma vez que este veio a consentir que fossem integradas no pacote global das negociações concessões que anteriormente não geravam qualquer risco ou esforço financeiro para o Estado e que passaram a representar, através da EP, SA,

um encargo financeiro resultante do défice existente entre as receitas de tráfego entregues à EP, SA e os pagamentos de disponibilidade que são realizados por esta empresa pública às concessionárias.» Ou seja, numa concessão em que o risco assentava no tráfego e em que era pago precisamente esse tráfego que lá passava, quando o tráfego não se justifica, a receita por parte das concessionárias é muito menor. E ficou evidente que foi um ganho para a concessionária ser paga pela disponibilidade da via, independentemente do que possa acontecer ao tráfego que lá circule.

A este contraponto, a estes vários modelos, a este retalhar do País de autoestradas pagas de formas diferentes, negociadas de formas diferentes, contratadas de formas diferentes, gostaria, sinceramente, de lhe pedir um comentário, tendo em conta o que temos em cima da mesa: temos esta profusão de infraestruturas negociadas de tanta forma, umas lesivas, outras adaptadas de modelos face àquilo que eram as suas situações financeiras e que acredito que tenham toda a bondade na sua justificação mas, ainda assim, o que temos é um encargo muito grande face àquilo que é a riqueza do País e àquilo que o País pode suportar com este tipo de infraestruturização, e essa dívida...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, está a falar como se estivesse numa primeira ronda. Depois, a Mesa é que «leva na cabeça».

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Eu sei, Sr. Presidente.

Sr. Doutor, termino, pedindo-lhe este comentário: que boas e más práticas retira destes vários modelos e da sua experiência governativa, o que acha que foi melhor ou pior feito, de forma a poder ajudar também quem tem neste momento a decisão nas suas mãos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A sua última pergunta é que ensinamentos a tirar de todo este processo? É isso?

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Sim.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não é fácil ser sintético quando os conceitos muitas vezes são... E não estou a falar da intervenção da Deputada Carina, que agradeço. Não quero fazer aqui qualquer distinção de Deputados, mas a verdade é que em muitas das intervenções não verificamos a preocupação que existiu na intervenção da Deputada Carina em perguntar para esclarecer. Assistimos, muitas vezes, a processos acusatórios. E, portanto, desse ponto de vista, não quero deixar de registar — e espero que não seja mal interpretado pelos seus pares, que gostam de outro tipo de questões — esta minha posição relativamente à forma como o fez.

Portanto, terei todo o gosto em prestar os esclarecimentos que possam ser mais adequados ou não.

Quanto ao modelo de disponibilidade, este modelo não é nenhuma inovação portuguesa nem, sequer, nenhuma inovação das nossas parcerias. O modelo de disponibilidade é usado em todos os países em que há parcerias público-privadas. Aliás, segundo o Eurostat e a União Europeia, uma das razões para que seja considerada uma parceria público-privada é, exatamente, a existência de risco de disponibilidade. Os dois principais riscos que, nomeadamente, as entidades estatísticas nesta matéria consideram que devem existir são ou o risco de procura ou o risco de disponibilidade ou os dois em simultâneo. As nossas 8 concessões, as concessões que lançámos enquanto eu fui um dos membros do executivo

governativo, tinham ambos os riscos: o risco de procura e o risco de disponibilidade.

Já agora, um pouco de história: o risco de disponibilidade nasce para infraestruturas que não conseguem, por exemplo, pagar o investimento. É muito utilizado nomeadamente na ferrovia, em que geralmente o risco de procura consegue pagar os custos de operação e manutenção, mas o custo de investimento não é pago, não se consegue gerar com a procura e, portanto, tem de se encontrar outros mecanismos para poder fazer face ao pagamento do custo de investimento.

Ora, Sr.^a Deputada, acontece o mesmo nas concessões que fomos lançar, porque uma iniciativa dos anteriores Governos a que pertenci, e muito me orgulho desta prática política, foi a de promover o desenvolvimento do interior e de, de alguma forma, criar as condições para que o interior se desenvolva da mesma forma que o litoral se estava a desenvolver, ou seja, dando-lhe condições de igualdade para que as oportunidades possam ser semelhantes para quem vive no interior ou no litoral. E, por isso, adotámos este modelo para as 8 concessões que lançámos, em que a grande maioria dos quilómetros são no interior — aliás, ao contrário dos dois Governos anteriores, de Durão Barroso e de Santana Lopes, visto que nas 4 concessões que foram lançadas ou contratadas nessa época todos os quilómetros foram no litoral. Exatamente para quê? Para promover esta coesão territorial, para fazer solidariedade com o interior, se quiser, numa palavra, para fazermos justiça com aqueles contribuintes que durante anos e anos contribuíram para que as infraestruturas ficassem essencialmente localizadas no litoral e para que alguma vez essas infraestruturas lá chegassem.

Agora, acontece que há um problema: é que no interior os níveis de tráfego são muito inferiores aos níveis de tráfego no litoral. Exatamente

porquê? Por essa estratégia de concentrar sempre tudo no litoral e por não se ter dado igualdade de oportunidades ao interior. E, desse ponto de vista, aplicava-se, teria de se aplicar o modelo de disponibilidade, por um lado, porque o tráfego era muito inferior e, por outro lado, que foi a principal razão, Sr.^a Deputada, porque a maioria das estradas, se a memória não me falha, 73% dos quilómetros de estradas destas 8 concessões são no interior e, sendo no interior, são essencialmente vias de proximidade, não são autoestradas. Só 27% dos quilómetros destas estradas é que são autoestradas. E, como a Sr.^a Deputada sabe, nas vias que não são autoestradas e que representam 73% dos quilómetros destas concessões não é possível introduzir portagens, não sendo possível introduzir portagens, não é possível também estar a pagar ao concessionário como se elas existissem.

Assim sendo, o modelo de disponibilidade é aquele, o único, que se adequa para este tipo de infraestruturas, nomeadamente no interior. Mesmo assim, maximizámos aquilo que era o risco de procura para que o risco de procura fosse transferido para o privado.

Vou dar-lhe um exemplo: a concessão Douro Interior. Esta concessão, com ligeiros quilómetros na zona entre Trancoso e Celorico, é integralmente em estradas que não são autoestrada.

Portanto, a única forma de pagarmos essas estradas é introduzindo o modelo de disponibilidade, porque, como não há ali portagens, não há um quilómetro de portagens, não se poderia introduzir o modelo de portagem real.

É este o princípio que levou à adoção do modelo de disponibilidade, mas também aquilo que há pouco lhe referi, porque há um conjunto de riscos que nas outras concessões nunca foram transferidos e que desta forma são transferidos: o risco ambiental; o risco de sinistralidade; o risco

de as coisas não estarem a funcionar, porque há obras de alargamento e a estrada não está disponível; o risco de tráfego; na zona do Marão, por exemplo, onde construámos, o risco de queda de neve que muitas vezes impede a boa circulação. Portanto, todo esse risco foi transferido.

Aliás, esta também é uma boa oportunidade para lhe dizer, Sr.^a Deputada, que ontem esteve aqui o Sr. Presidente do InIR (ou ex-presidente, porque não tenho bem presente se ainda é) que disse que, relativamente às multas por disponibilidade no ano 2011, a uma concessionária aplicou uma multa de 6 milhões de euros. Sr.^a Deputada, eu ouvi durante meses os Srs. Deputados estarem aqui a dizer que não havia risco de disponibilidade, que aquilo eram rendas garantidas para os concessionários. Mas ontem o regulador veio dizer que, numa concessão que recebe mais de 30 milhões por ano, houve uma penalidade de 6 milhões, 13% se as contas não me falham! Ou seja, 13% da receita, da tal renda que era garantida, afinal, fugiu ao concessionário, porque, por existir o risco de disponibilidade, o concessionário teve de pagar 6 milhões!

Por isso, quanto ao modelo de disponibilidade, a forma como alguns Deputados — faço justiça à Sr.^a Deputada — se têm referido a essa matéria é deturpando aquilo que é o verdadeiro modelo de disponibilidade, e o verdadeiro modelo de disponibilidade fica retratado nestas palavras e na penalidade que há pouco lhe referi.

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vou responder-lhe a todas as questões, Sr.^a Deputada!

Ainda sobre a Brisa, porque também não quero sair desse contexto, a Sr.^a Deputada disse, lendo, «bom, então, o Estado perdeu, porque deixou que a empresa encontrasse um instrumento»...

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Eu não disse que o Estado perdeu. Disse que a empresa ganhou!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — A empresa ganhou — e é mau? O Partido Social Democrata entende que, se fizermos uma boa renegociação que dê à empresa condições para superar e enfrentar melhor os desafios de uma crise, não se traduzindo isso em nenhum esforço financeiro do Estado, porque não há o pagamento de 1 € do Estado relativamente a esta matéria, o Estado até deixa de pagar 300 milhões e recebe de receitas mais de 200 milhões, ou seja, permitir que a empresa fique em melhores condições sem que haja uma contrapartida de o Estado pagar e pelo contrário recebe, isso não devia ser feito?

Olhe, Sr.^a Deputada, se essa é a crítica que se faz a uma renegociação, ou seja, permitir que essa empresa fique em melhores condições para enfrentar a crise, sem que haja qualquer encargo adicional para o Estado, então, fico muito orgulhoso, porque dei um contributo, assim como os técnicos que trabalharam nesta renegociação, o Ministério das Finanças (nas suas responsabilidades) e o Conselho de Ministros quando aprovou. Demos todos um contributo para que não apenas o Estado ficasse em melhores condições, não pagasse os 300 milhões e recebesse 200 milhões de receitas que de outra forma não receberia, e demos melhores condições para permitir que essa empresa vença as dificuldades, porque só dessa forma, Sr.^a Deputada, é que conseguiremos ultrapassar esta situação em que estamos, porque senão os Governos estarão a contribuir sistematicamente e

todos os dias — como verificamos hoje pelo anúncio da introdução de mais portagens, quando diziam que era para diminuir as rendas excessivas — para a espiral excessiva.

Relativamente ainda à questão do modelo de disponibilidade nas SCUT, Sr.^a Deputada, este modelo, para nós, parece-nos óbvio que é o único que poderia ficar. Enfim, tenho ouvido alguns comentadores e também alguns Deputados dizerem que, com a decisão do Estado de introduzir portagens, foi uma péssima ideia o risco de tráfego ficar agora no Estado e não no concessionário privado.

Sr.^a Deputada, não sei como seria possível que, perante uma decisão do Estado que é introduzir portagens, que, como é bom de verificar, faz diminuir drasticamente a circulação automóvel nessas estradas, ou seja, quando há uma decisão do Estado que altera dramaticamente as condições de circulação automóvel, o parceiro privado aceitasse ficar com o risco de tráfego. E, portanto, a única forma de o risco de tráfego ficar do lado do parceiro privado era o Estado acordar na proposta sobre o tráfego que a concessionária ia propor. E sabe muito bem, muito melhor do que eu, provavelmente, qual seria o resultado dessa situação se aceitássemos negociar um tráfego: iríamos aceitar um tráfego, que de outra forma a concessionária privada não aceitaria, muito inferior àquilo que vai ser o tráfego real e, por isso, com uma perda óbvia para o Estado.

Nesse sentido, o Estado entendeu do ponto de vista comercial que, porque não vai aceitar um tráfego que é inferior ao real ou porque havia grande probabilidade de a concessionária só aceitar um tráfego que ela tinha a certeza que seria inferior ao real, então, «vamos deixar o real» e o Estado fica com essa receita e não vai entregar esse potencial ao privado.

Portanto, o modelo de disponibilidade nas SCUT também é muito claro e evidente, porque, de outra forma, como já explicaram aqui os tais

técnicos, os poucos, que aqui foram chamados, se por alguma vez tivessem negociado o tráfego com a concessão, se não tivessem passado para o modelo de disponibilidade, iríamos pagar duas vezes o tráfego: iríamos pagar o tráfego agora, porque negociávamos um montante que era a quebra em virtude da introdução de portagens; e pagaríamos a seguir, porque estaríamos a pagar pelo tráfego acordado e o que estava a acontecer era um tráfego muito superior.

Relativamente às concessões Norte e Grande Lisboa, Sr.^a Deputada,...

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Aí é ao contrário!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vou responder-lhe!

Relativamente às concessões Norte e Grande Lisboa, como a Sr.^a Deputada sabe, fez-se uma negociação em conjunto das diferentes concessionárias da concessão Norte Litoral, Beiras Litoral e Alta, Costa de Prata, Grande Porto, Norte e Grande Lisboa. Essa negociação é feita em conjunto, está escrita nos documentos. Também aí, nessa renegociação, há um documento prévio, como na Brisa, um documento enquadrador das negociações, que define os termos em que essa negociação deveria ser feita, ou seja, quais os objetivos que as partes pretendem. E, depois, há uma negociação que é feita tendo em conta esses objetivos.

Os objetivos iniciais tinham a ver com vários fatores. Peço desculpa de ser longo na explicação, mas é para transmitir todos os factos que são necessários nesta matéria.

Portanto, desse ponto de vista, o Estado, à data...

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — E por que é que foram todas em conjunto?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Vou explicar, Sr.^a Deputada!

À data, presumo que em 2006, há a decisão de se negociar esta... Foi em 2006 ou 2007, não tenho agora certezas absolutas nessa matéria, porque não tenho os aqui os documentos à frente. Na época, decidiu-se avançar para esta renegociação. Como eu lhe disse, decidiu-se avançar à semelhança do que se tinha decidido avançar com a Lusoponte e com a Brisa. E tínhamos um objetivo, nomeadamente porque à época as condições financeiras eram muito diferentes das atuais, mas eram melhores do que as condições em que os contratos originários tinham sido contratualizados. Isto quer dizer que as taxas de juro que se estavam a praticar naquele momento eram muito inferiores às taxas de juro quando se tinha contratualizado os contratos iniciais e, simultaneamente, o risco de construção estava terminado, porque estas concessões já estavam construídas e já não havia risco de construção.

Portanto, era possível fazer aquilo que tradicionalmente se faz, ou seja, quando acaba a construção, refinanciar as concessões com uma taxa de juro inferior, porque os riscos que estão envolvidos são também inferiores. Desse ponto de vista, havia um objetivo, que era o refinanciamento.

O refinanciamento torna-se mais fácil quando é feito em conjunto e, portanto, esse foi um dos motivos porque o Estado entendeu que devia fazer essa negociação conjunta.

Simultaneamente, o Estado tinha outro objetivo, que era o de, ao uniformizar os contratos, prolongar os contratos que iam acabar mais cedo, porque ia ser uniformizado pela data do último contrato. Nesse sentido,

contratos que tinham nascido mais cedo acabavam por se prolongar e, portanto, uniformizando, com ganhos evidentes para o Estado naquilo que era as parcelas a pagar, que é aquilo que neste momento também preocupa o Governo, ou seja, diminuir os montantes anuais que se paga neste contexto.

Adicionalmente, havia o interesse também da própria Estradas de Portugal de ter receitas próprias. Isto é, a parte do refinanciamento e a parte da uniformização do contrato era uma preocupação do Ministério das Finanças, a parte das receitas próprias era uma preocupação do Ministério das Obras Públicas. Porquê? Porque, se o modelo era a Estradas de Portugal ter de se ir endividando tendo em conta os ativos de que dispunha, era óbvio que era mais fácil para sua gestão financeira que tivesse também mais receitas e, portanto, havia um interesse em que o montante de receitas fosse superior na parte da Estradas de Portugal.

Portanto, há aqui uma vontade dos intervenientes em que a operação fosse feita em conjunto.

Simultaneamente, havia uma vontade por parte do concessionário, porque entendia que tinha um conjunto de assuntos que eram semelhantes para todos, logo, havia vontade de que essa negociação fosse feita em conjunto. E para o Estado não nos pareceu... Pelo contrário, pareceu-nos adequado, face aos objetivos, que essa negociação fosse em conjunto. E quanto aos resultados, Sr.^a Deputada, certamente, esclareceremos isso com mais pormenor noutra circunstância, mas os resultados são claros e evidentes.

Não falámos ainda aqui do risco fiscal. Hoje, os senhores não querem falar do risco fiscal, porque essa é uma matéria que vos traz mais um «problemazinho», é mais uma das mentiras que andaram a propalar durante muito tempo. No entanto, a verdade é que, neste contexto,

eliminaram-se aqueles «benefícios sombra» que vêm retratados na auditoria da Ernst & Young, incluindo o «benefício sombra» fiscal, que era de mais de 300 milhões de euros, Sr.^a Deputada.

Registe! Pelo facto de o Estado ter alterado a questão fiscal, o Estado nestes contratos ganhou mais de 300 milhões de euros. As poupanças nos reequilíbrios são na ordem das centenas de milhões de euros, porque ao renegociar em conjunto permitiu-se uma poupança nos reequilíbrios na ordem dos 134 milhões de euros. De acordo com os relatórios da comissão de negociações, na concessão Norte Litoral obteve-se uma poupança de 538 milhões de euros, na Beiras Litoral e Alta de 423 milhões, na Costa de Prata de 837 milhões, no Grande Porto de 400 milhões e na concessão Norte a avaliação da comissão de negociação era de que o resultado era negativo, mas, como a decisão é global, para o Estado a decisão da renegociação valeu 1,8 mil milhões de euros, é positivo.

Portanto, numa negociação é assim mesmo, Sr.^a Deputada! Em alguns dos fatores nós ganhamos, em outros fatores provavelmente perdemos, mas a verdade é que o resultado da soma dos fatores é muito benéfico para o Estado: 1,8 mil milhões de euros, Sr.^a Deputada!

É como verificámos há pouco nos pagamentos destas concessões. Os pagamentos de 2010 para 2011 baixaram 23%, incluindo a concessão Norte e a Grande Lisboa. Consequência de quê? Consequência disto mesmo, ou seja, de a renegociação ser proveitosa para o Estado.

Portanto, foi em consequência desta matéria e do trabalho técnico feito pela comissão de negociação, que tinha elementos nomeados pelo Ministério das Finanças e elementos nomeados pelo Ministério das Obras Públicas, incluindo um elemento do InIR — não foi nomeado como elemento do InIR, porque, na altura, não havia o InIR, mas foi depois um

quadro do InIR —, um elemento da Estradas de Portugal e elementos da Parpública, portanto, usando os melhores recursos técnicos que existiam.

Essas pessoas tecnicamente fizeram a negociação; remeteram a negociação, demonstrando que havia este benefício para o Estado, para o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e para mim; o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças despachou, concordando com este relatório; eu, cinco dias depois de o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, despachei para o meu Ministro, também concordando com o relatório; o meu Ministro e o Sr. Ministro das Finanças remeteram este assunto para Conselho de Ministros; em Conselho de Ministros foi aprovado (aí, sim, a aprovação, porque não há outra aprovação noutra altura); e, aprovada esta renegociação, foi depois remetida para o Sr. Presidente da República e promulgada.

Portanto, desse ponto de vista, a renegociação insere-se nesta cronologia que lhe referi, tendo em conta estas matérias.

Finalmente, a sua última pergunta — e presumo que estou a responder a todas, que não deixei nada para trás — foi qual o ensinamento de todos este processos.

Sr.^a Deputada, acho que há vários ensinamentos, mas o primeiro, talvez, que nós devemos ter é o de que um processo destes deve ser lançado com todas as variáveis analisadas para que, a meio do processo, não seja alterado. Quero dizer-lhe com isto que, por exemplo — e estou a assumir uma crítica, se assim se quiser, nessa matéria —, quando se fez o lançamento do processo das SCUT não no interior, porque nessas acho que foi perfeitamente adequado e ajustado, mas de algumas SCUT no litoral sem nessa altura se ter introduzido portagens, acho que não foi uma decisão atempadamente bem pensada.

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu não fiz parte dessa decisão do lançamento de SCUT. Não fiz! Foram os Governos de Durão Barroso e de Cravinho. O Governo de Durão Barroso contratualizou, penso, a Grande Porto e as outras foram contratualizadas pelo Governo de António Guterres através do Ministro Cravinho e dos vários Ministros das Finanças que estiveram lá, que eu não sei agora precisar todos. No caso da Grande Porto foi uma decisão do Governo de Durão Barroso através, neste caso, acho que da Ministra Ferreira Leite e do Ministro Valente de Oliveira, se a memória não me traiçoa relativamente a essa concessão.

Portanto, entendo que, por exemplo, nessa da Grande Porto — mas também noutras assinadas por Governos do Partido Socialista — a decisão não foi ponderada. Depois, isso traz consequências inevitáveis. Quando se pretende renegociar, obviamente que o Estado não está nas melhores condições, porque está a solicitar uma alteração de algo para o qual o parceiro privado não tem nenhum interesse.

Portanto, o principal ensinamento que eu tenho deste processo das parcerias público-privadas é, obviamente, que estes processos devem ser lançados com toda a ponderação e não sujeitos a alteração durante o período de vigência para que o Estado não fique numa situação negocial que não é a melhor e que não é a mais adequada.

Este mesmo problema verificou-se, por exemplo, na Lusoponte, quando se lançou a concessão da Ponte Vasco da Gama com subidas escandalosas da Ponte 25 de Abril e deu todo aquele problema. Ainda o contrato, enfim, estava por assinar e já estávamos a fazer um reequilíbrio. O Governo de Cavaco Silva fez um primeiro reequilíbrio! Essa decisão de

alterar o contrato logo nos primeiros dias custou 450 milhões de euros! A decisão do Governo Cavaco Silva de alterar a concessão Lusoponte custou ao Estado português 450 milhões de euros! Porquê? Por essa imprevidência — e já critiquei Governos do Partido Socialista, portanto não estou a fazer uma crítica política, estou a fazer uma crítica factual — de se lançar processos de parcerias sem que se tivesse em conta as diferentes formas de lançar as parcerias público-privadas.

Temo muito — se é que não posso dizer «tenho a certeza» — que estas renegociações que têm estado em curso, por exemplo, das subconcessões, sejam lesivas para o Estado. Veremos quando elas vierem a público, porque até agora nada veio a público, visto que esses contratos são escondidos... Esses é que são os verdadeiros contratos escondidos, Sr.^a Deputada! A Sr.^a Deputada conhece os contratos da renegociação que este Governo fez de introdução de portagens na SCUT Beira Interior, na SCUT Interior Norte? Não conhece! É que a Sr.^a Deputada conhece os contratos das renegociações e da introdução de portagens nas SCUT feitas pelos Governos a que pertenci, mas não conhece os deste Governo, porque esses estão escondidos! Esses são secretos! Até agora, ninguém os conhece! A Sr.^a Deputada conhece os contratos resultantes do acordo feito na Lusoponte para introdução de portagens em agosto, onde cerca de 40% da receita das portagens no mês de agosto vai para a Lusoponte? Não conhece, porque esse está escondido.

A Sr.^a Deputada conhece os contratos das renegociações feitas nas 7 ou nas 5 subconcessões onde houve renegociação já feita por este Governo, a tal propalada poupança de alguns milhões de euros? Não conhece, porque esses não são conhecidos. E nessa renegociação basicamente transferiu-se um risco que era do privado, que era o risco de construir parte daquilo que estava definido, de financiar parte dessa construção que agora foi anulada,

e o risco de operação e de manutenção desses troços, que passam a ser do Estado, porque, obviamente, vai ter de manter e operar essas estradas e, se não houver uma alteração do Plano Rodoviário Nacional, tem de construir essas estradas. E, obviamente, vai construir com taxas de juro muito superiores àquelas que estão contratualizadas, porque há aqui um interesse dos bancos em parar isto, porque essas taxas de juro estão muito baixas. É o caso do Túnel do Marão, onde há um interesse dos bancos e das pessoas que estão ligadas aos bancos de parar, porque esses contratos têm taxas de juro muito baixas face ao que hoje se pratica. E depois o Estado voltará a fazer novos contratos de financiamento com a taxa de juro que se verificar na altura, que vai ser superior àquela que está contratualizada agora.

Portanto, é isso que a Sr.^a Deputada não conhece! Não conhece esses contratos, porque esses é que são os verdadeiros contratos secretos!

Sr.^a Deputada, o principal ensinamento é este: antes do lançar da parceria ponderar bem todas estas matérias, para que logo, ao fim de alguns dias, não se tenha de tomar a decisão que se tomou na concessão Lusoponte de, por decisão do próprio Governo que contratualizou, o Governo de Cavaco Silva, se fazer uma alteração com um custo de 400 milhões ou como aquela que tivemos de fazer para introduzir portagens numa zona do litoral onde podiam ter sido construídas essas estradas logo com portagens.

É nesse contexto que entendo que deve ser o principal ensinamento deste processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Dr. Paulo Campos, começo por dizer que foi com agrado que ouvi aqui, de surpresa, a minha

voz. Pelos vistos, o Dr. Paulo Campos tem particular interesse em ouvir estas audições e, no caso concreto, as minhas intervenções. Espero que a minha voz não lhe tenha causado insónias durante estes dias, quando esteve a ouvir essas audições.

O Dr. Paulo Campos traz-nos aqui, por um lado, um exercício de vitimização e, por outro lado, um cenário de autêntica manipulação e até diria de malabarismo.

Inicia com acusações sobre alguns Deputados, no meu caso de graves afirmações, de mentiras, de falta à verdade. Depois, passa uma parte de uma intervenção minha, chegando-se à conclusão de que, efetivamente, este contrato não teve visto prévio, e era isso que estava em questão. O visto é posterior e o Tribunal de Contas diz que não houve um visto prévio.

No entanto, o Dr. Paulo Campos faz o exercício pleno da vitimização: dá uma entrevista a um jornal, onde é dito: «Paulo Campos diz que o PSD o usa como cortina de fumo e pergunta porque não se pedem contas a Teixeira dos Santos e António Mendonça.»

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ah! O jornal diz!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Não desmente esta notícia.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas quem diz que não desmente?

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Depois, temos o Presidente do InIR que diz que o despacho, para ele, representa uma coação, que não queria ir mais longe, que é uma coação típica de quem não quer ouvir a verdade.

Obviamente, o Dr. Paulo Campos, rejeita estas afirmações, porque é vítima de tudo isto, e, ao mesmo tempo, diz que esse senhor é um mentiroso. É mais um dos mentirosos, desde os jornalistas, a Deputados, a uma série de gente que anda aqui — às vezes até parece que pessoaliza estas questões. E garante que vai processar o presidente deste instituto. Pelos vistos, segundo o que nos apercebemos aqui ontem, ainda não há nenhum processo a este senhor sobre esta matéria.

Afirma ainda — ou, então, virá também desmentir a notícia — que as PPP não representam 1 € de encargos para o Estado. Não sei se continua ou não a confirmar isto, porque, por muitos números que traga, ninguém acredita nesta versão.

Mas é também uma vítima do Tribunal de Contas, porque este diz: «Já no que respeita à Concessão Norte e Grande Lisboa, a renegociação daqueles contratos foi lesiva para o Estado (...)» — e não vou ler o resto, porque a Sr.^a Deputada Carina já aqui o leu. É uma vítima do próprio Tribunal de Contas.

A Ernst & Young diz que estes dois contratos que passaram para a responsabilidade do Estado acarretam, no final da parceria, um acréscimo de 977 milhões de euros. Gostaria de lhe perguntar, exatamente, o seguinte: o que é isto? Como comenta isto? Como comenta o facto de ainda agora aqui ter responsabilizado o Ministério das Finanças relativamente ao facto do aumento de três anos da concessão, quando esta concessão tem cerca de 300 milhões de euros de lucros por ano, como o senhor disse, o que representaria 700 ou 900 milhões (há aqui números contraditórios) a troco de 270 milhões? Pelos vistos, a responsabilidade é do Ministério das Finanças.

Também fugiu à questão e não comentou as afirmações do ex-Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, quando ele disse que as suas

insinuações e as suas afirmações são, no mínimo, deselegantes, porque não quis dizer mais do que isso.

Também faz aqui um *mea culpa* relativamente a esta concessão e refere que naquelas em que os contratos são piores para o Governo português o Estado não renegoceia, o que significa que assume — faz um *mea culpa* — que a renegociação que fez em 2008 não serviu, efetivamente, os interesses do Estado e, por isso, agora, o Governo devia fazer também uma renegociação sobre esta parceria. Mas há pouco, quando lhe perguntaram sobre as desvantagens e as vantagens, só encontrou vantagens. Por isso, se só há vantagens, como é que o Governo pode renegociar esta parceria?

Para terminar, gostava de lhe perguntar outra coisa. A TRIR (taxa de regulação das infraestruturas rodoviárias), que foi criada para financiar o InIR, veio a constatar-se que acabou por ser um fracasso total. Mais de 15 parcerias acabaram por pedir reequilíbrio financeiro. No caso concreto da Brisa, pediu 14,6 milhões de euros. Ou seja, arranjou aqui um mecanismo de financiar o InIR, que acabou por ser uma fraude.

Para terminar, queria fazer-lhe uma pergunta muito sincera. Como o senhor conhece muito bem estas parcerias e conhece muito bem estes contratos, gostaria de saber o que acha da proposta do Partido Socialista de, no caso desta e das outras parcerias público-privadas (porque foi isso que foi lançado como proposta pelo Partido Socialista), ser criada uma taxa de solidariedade. Se esta taxa de solidariedade for aplicada, entende que, efetivamente, o Estado vai arrecadar os 120 milhões de euros, como é a proposta do Partido Socialista, ou será que, eventualmente, vai levar a reequilíbrios financeiros que ainda vão ficar mais caros do que o que serão as próprias receitas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado fez um conjunto de questões e vou tentar responder a todas. Elas são variadas e espero ter tomado nota de todas. Se o Sr. Deputado entender que não consegui responder a todas, por não ter captado — embora algumas não sejam verdadeiras questões, são insinuações — ou por qualquer outro motivo, não deixe de me fazer sinal e de me recordar para eu poder efetivamente responder, porque quero responder e tenho muito gosto em responder a todas.

O Sr. Deputado Altino Bessa, como o seu colega Deputado Hélder Amaral, usam de um certo cinismo que, na minha opinião, não dignifica a política. Aqui, nomeadamente o Sr. Deputado Hélder Amaral, pretende ser um estadista, mas depois na *Internet* e lá fora usa a versão do trauliteiro. Aliás, o Sr. Deputado assemelha-se muito a um outro seu amigo, a Carlos Barbosa, que também é um «lobo em pele de cordeiro».

Mas vamos às questões.

O Sr. Deputado diz que não houve um visto prévio. Diz isso suportado em quê? Mais uma vez, pelo que eu percebo, o Dr. Deputado não tem a informação toda, porque de outra forma, se tivesse a informação toda, era impossível mentir da forma como tem mentido relativamente a estas matérias. Já passei em vídeo a sua declaração, penso que com Vaco de Mello, em que o senhor não pergunta! Acusa de que não houve visto prévio!

Sr. Deputado, para que saiba e possa confirmar, o processo foi remetido para visto prévio. O Tribunal de Contas, nessa matéria — porque o visto prévio é assim mesmo —, fez a análise desse processo e tomou uma decisão! E, portanto, a decisão é do Tribunal de Contas! Não cabe a qualquer responsável político... Repare: não sou eu que remeto para visto prévio, quem remete é a Estradas de Portugal, porque não é o Secretário de

Estado que pode ou deve remeter para visto prévio. Portanto, essa pessoalização não é adequada. Mas estou a dizer-lhe que a Estradas de Portugal remeteu para emissão de visto do Tribunal, em tempo oportuno, dentro daquilo...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Com certeza! Vá ver a data! Porque o processo é isso mesmo. Talvez o Sr. Deputado não saiba a legislação, mas a atribuição de visto prévio tem um conjunto de dias depois da emissão do contrato! É assim que isto é feito! É a legislação do Tribunal de Contas: x dias depois da emissão do contrato, é remetido para apreciação de visto prévio ao Tribunal de Contas. Obviamente, apesar de não ter aqui as datas, não tenho nenhuma dúvida de que as datas foram cumpridas e, portanto, foi remetido para visto prévio ao Tribunal de Contas e este tomou a decisão. Presumo, porque não tenho esses papéis, que a decisão do Tribunal de Contas foi a de que sobre esse processo não tinha de dar a sua posição porque pela lei a , b ou c ou por um artigo qualquer carecia dessa emissão.

Portanto, Sr. Deputado, não insista em tentar, de alguma forma, atenuar aquilo que é a sua falta! A sua falta é a de que fez uma acusação infundada, baseada numa mentira! O Sr. Deputado primeiro tem de aprender a estudar os assuntos e só depois fazer afirmações. Se o Sr. Deputado o fizer dessa forma, os trabalhos aqui correrão muito melhor...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Os jornalistas também têm de aprender e o Tribunal de Contas...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não tenho de falar de jornalistas. Os jornalistas fazem o seu trabalho como entendem. Tenho, sim, de falar de um colega Deputado, porque aqui, nesta Casa, temos de fazer o nosso trabalho. Temos de nos preparar e temos, em cada momento, de fazer o nosso trabalho. Não devemos deixar de fazer o trabalho, pegar numas notícias de jornais e, agora, vir aqui: «Olhe, com base na notícia...».

Se o senhor visionar a gravação da sua intervenção, na grande maioria das questões que colocou foi pegando na notícia *a*, na notícia *b* e na notícia *c*! É o seu trabalho! Lê jornais! E, depois, com base nos jornais que lê, faz este tipo de insinuações. Não é a culpa dos jornalistas, mas o senhor é que não pode estar a fazer nesse contexto.

Diz que eu não desmenti a notícia. Sr. Deputado, como sabe que não desmenti a notícia? É que eu desmenti no próprio dia! Está a ver? É outro facto falso. Desmenti, com o jornalista, no próprio dia! E sabe qual foi a resposta do jornalista? Foi que o título e a frase que acabou de citar são da responsabilidade editorial, as minhas palavras estão lá bem escritas no texto da entrevista e, portanto, não há nenhuma correção a fazer.

O título, como todos nós sabemos, é responsabilidade editorial do jornal, pelo que, se o título está mal transcrito em relação ao que eu disse, porque o título diz uma coisa que não é o que está no corpo da entrevista, é um problema de que o senhor se tem de ir queixar, porque foi enganado por um jornal com um título que não é o adequado.

Mais: na entrevista que há pouco referiu, em que eu questiono por que é que não se pergunta responsabilidades ao ministro *a* e *b*, quero que o senhor leia, palavra a palavra, o texto do corpo da entrevista e me identifique em que sítio está essa pergunta, porque também não a encontra. Ou seja, o senhor está mais uma vez a citar aquilo que é um subtítulo que é da responsabilidade editorial de um jornalista. Sobre essa matéria, não me

venha imputar responsabilidades a mim! As minhas responsabilidades estão no corpo da entrevista e no corpo da entrevista está a verdade daquilo que eu disse. A verdade daquilo que eu disse é que não é da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e da minha responsabilidade própria, enquanto quem dentro do Ministério das Obras Públicas tinha a tutela deste setor, mas, sim, é uma responsabilidade conjunta de dois ministérios, porque essa é a lei do Governo.

Sr. Deputado, eu assumo as minhas responsabilidades, mas não tenho de assumir as responsabilidades dos outros, mesmo que elas, neste caso, sejam positivas. Porque a responsabilidade positiva de ter feito estas matérias deve ser atribuída a quem de direito. E, neste caso concreto, a responsabilidade positiva de se ter feito uma renegociação que vale para o Estado 1,8 mil milhões de euros não pode ficar apenas no Ministério das Obras Públicas, também tem de ficar no Ministério das Finanças.

E deixe-me dizer-lhe — para fechar este ciclo das declarações do Prof. Teixeira dos Santos — que tenho grande admiração pelo Prof. Teixeira dos Santos, foi um grande Ministro das Finanças que tomou excelentes decisões para este País, nomeadamente com todas as políticas que fez para evitar a situação em que os senhores nos colocaram ao chumbar o PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) e obrigarem este País, de joelhos, a ir pedir o resgate financeiro.

Sim, Sr. Deputado, essa questão ainda tem de ser esclarecida, porque os senhores têm andado a falar sozinhos sobre essa matéria sem que tenham sido contrariados sobre a verdade histórica. E a verdade histórica dessa matéria é que os senhores chumbaram o PEC 4 que era a solução para o País, que é a solução semelhante à que Espanha está neste momento a fazer. Os senhores chumbaram o PEC 4, porque tinham a vontade de ir para o poder, e não se preocuparam com os portugueses nessa matéria. O

que os senhores queriam fazer é o que estão a fazer: é um novo PREC, um processo revolucionário em curso para acabar com o Estado. Aquele que houve a seguir ao 25 de Abril foi um PREC para que toda a economia ficasse apenas no Estado. E sabe, nós, no Partido Socialista...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Eu sei que vos incomoda ouvir estas matérias, Srs. Deputados. Ficam incomodados!

Sobre estas matérias, Sr. Deputado,...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sim, nós já vamos, nas medidas de austeridade e na subida de imposto, na vigésima edição. Não é PEC 4! Já vamos na vigésima, trigésima, quadragésima edição de aumentos de impostos e de medidas de austeridade!

Sr. Deputado, essa vontade que tiveram de ir para o poder, enganando o País, dizendo que iriam para o poder resolvendo os problemas do País, eliminando as gorduras, eliminando os gastos a mais numas fundações, eliminando os consumos intermédios e eliminando as parcerias público-privadas, vê-se no que está a dar.

Olhe, as gorduras, de acordo com o último relatório do Tribunal de Contas, mantêm-se todas; quanto às fundações, parece que eliminaram quatro; em relação às parcerias público-privadas, é o que se vê, ou seja, em vez de irem às tais rendas excessivas, criam mais portagens para as pessoas, que é para dizerem «renegociámos e ganhámos 250 milhões», mas são os portugueses que vão pagar as portagens, não é uma renegociação a

diminuir rendas, como hoje está espelhado em todos os órgãos de comunicação social.

Portanto, o falhanço da vossa prática governativa é histórico desse ponto de vista, Srs. Deputados. O que os senhores quiseram, com o chumbo do PEC4, foi «ir ao pote» e promover a vossa agenda ideológica dessa matéria.

Relativamente às questões que ainda faltam, tentarei ser mais breve.

Quanto a saber se o despacho do InIR foi para um processo de coação, Sr. Deputado, é muito...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — O Presidente do InIR não desmentiu, mas pode ser mentira!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, em consequência do meu despacho, o Sr. Presidente do InIR refez os estudos, por duas vezes, alterando dramaticamente em cerca de 2 mil milhões de euros as conclusões dos estudos anteriores. E, portanto, se ele alterou, foi porque provavelmente não estavam corretas e, portanto, se não estavam corretas, foi porque as questões técnicas que eu lhe atribuí no despacho tiveram de ser corrigidas. E, portanto, não é uma coação, é uma afirmação de que, na Administração Pública, devemos fazer relatórios corretos e não relatórios que, do ponto de vista técnico, não têm qualquer consistência e não têm qualquer credibilidade. E a melhor demonstração de que o despacho que eu proferi estava correto foi porque a nova versão do relatório do InIR altera profundamente tudo aquilo que era dito nas versões anteriores.

Relativamente...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E a ação já entrou em tribunal?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, não se enerve! Não se enerve que eu vou responder a todas as questões!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Não estou enervado!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Estou aqui para responder e vou responder a todas, com toda a boa vontade, com toda a determinação para que a verdade seja esclarecida, o que não é o que o senhor pretende.

Quanto aos processos, já anunciei que farei e, para o qual, dei já as instruções... E decorre do ponto de vista administrativo... Quanto às declarações de Marques Mendes sobre esta matéria, que, algures, há um tempo, disse que o *timing* já tinha terminado, não terminou, Sr. Deputado. Não terminou. Está em plena vigência para que esse processo corra. As instruções foram dadas ao meu advogado e esse processo está a correr os seus trâmites. A mesma coisa relativamente ao Presidente do InIR e, obviamente, logo que eu conheça a acusação que foi colocada no Ministério Público por parte de Carlos Barbosa e conheça os termos em que está (porque não conheço até este momento), tomarei a decisão de agir também judicialmente contra essa pessoa. E também um processo ao *Correio da Manhã* por notícias, obviamente, falsas.

Não se preocupe, Sr. Deputado, que esses processos seguirão, obviamente, os seus trâmites.

Relativamente à questão de que esta renegociação não serviu os interesses do Estado, obviamente que serviu os interesses do Estado! Está evidente: poupámos 300 milhões de pagamentos...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Então, não é preciso renegociar!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não. É preciso renegociar não os termos que já foram renegociados; é preciso renegociar os termos...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Ah! Mas é essa é a matéria que vale a pena, Sr. Deputado! Essa é que é a matéria de que se fala: as tais rendas excessivas! As rendas excessivas que não foi possível renegociar com a introdução de um caso-base ou do que quer que seja nessa matéria, provavelmente, agora é fácil de renegociar. Portanto, o seu Governo deve estar em condições de fazer essa renegociação, porque aí é que estão as rendas excessivas.

Finalmente, Sr. Deputado, relativamente à TRIR, o senhor diz que é um mecanismo que acabou por ser uma fraude. Não! Foi um mecanismo que permitiu a um instituto que foi criado ter as suas receitas próprias para ter a sua capacidade de poder fazer face àquilo que era...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Com certeza, Sr. Deputado! Repare: senão, nunca alterávamos aquilo e nunca inquiriríamos essa matéria, porque haveria sempre alguma... O que é verdade é que se criou e as novas concessões estão a pagar. As novas concessões, Sr. Deputado, estão a pagar! As outras é um saldo zero: o que pagam, pagam e recebem. Mas as

novas concessões estão a pagar. Portanto, isso tem um benefício para o País do financiamento, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado preferia que não se tivesse criado e que fossem os contribuintes a pagar!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Eu não!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas, então, qual é a alternativa, Sr. Deputado? O Sr. Deputado tem de perceber que, ao se ter criado esta taxa, está assegurado o financiamento. Está assegurado o financiamento com uma parcela substancial que de outra forma tinha de se ir buscar aos contribuintes e desta forma as novas concessões estão a financiar sem que os contribuintes paguem esse contexto. Percebe, Sr. Deputado?

Finalmente, sobre a taxa de solidariedade, que é uma questão que se tem recorrentemente colocado, também gostaria de responder a essa matéria.

Se o Sr. Deputado verificar, na proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista e que eu acho que foi uma proposta bastante interessante, verá que, relativamente às concessionárias, tem a ver com o pagamento do excedente face ao valor da taxa de rentabilidade contratualizada. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que, na opinião dos Srs. Deputados de que aquelas concessionárias têm um rendimento muito superior àquele que está contratualizado, então, ao fazer-se isso...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E tem!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, na minha opinião, não tem! Mas, se existir alguma dúvida sobre essa matéria, essa taxa tira essa dúvida, Sr.

Deputado, porque o que acontece é que essa taxa diz que, se há rentabilidade superior, então, as concessionárias devem entregar esse diferencial. E, como os processos de reequilíbrio são para fazer face à rentabilidade contratualizada e como o que se está a pedir é a rentabilidade contratualizada adicional, não há pedidos de reequilíbrio, Sr. Deputado. É fácil de ver e fácil de perceber! Não há pedidos de reequilíbrio, porque o reequilíbrio é para repor a taxa original! Ora, o que a proposta do Partido Socialista faz é os pagamentos ou, melhor, as tais rendas ou os rendimentos (assim que é correto) acima daquilo que está contratualizado. E, portanto, se há, Sr. Deputado, sem dúvida, fica-se.

Por outro lado,...

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, oiça! Tem tanto interesse e, depois, não quer ouvir? Oiça!

Depois, há a segunda componente da proposta e aí, sim, o Partido Socialista foi verdadeiramente inovador. Mas isso não interessa para os interesses instalados...! A segunda parte da proposta do Partido Socialista é de aplicar uma taxa aos bancos — não é às concessionárias e, portanto, não é a contratos que estão passíveis de reequilíbrio — pelas operações financeiras que fazem, Sr. Deputado. E, portanto, desse ponto de vista, não há reequilíbrio da concessionária, porque a taxa é sobre os bancos que fazem as operações financeiras.

Como o senhor sabe, há várias taxas sobre operações financeiras e, neste caso concreto, porque é aí, nas parcerias público-privadas, que estão os fluxos financeiros significativos e aí é que se deveria ir buscar a

matéria... Vou dar-lhe um exemplo: Túnel do Marão; os bancos colocaram no Túnel do Marão 43 milhões de euros, vão ser ressarcidos de capital, mas já foram pagos aos bancos 35 milhões; portanto, é um negócio, para eles, muito chorudo.

O que quer dizer que podíamos aplicar uma taxa a essas operações dos bancos, porque não haveria a preocupação que o Sr. Deputado diz de reequilíbrios. Mas sabe, Sr. Deputado, a maioria não está interessada em mexer nesses interesses, como temos vindo a verificar. Porque, quando nós queremos chamar aqui os responsáveis dos bancos, os senhores não estão interessados em chamar. E tudo aquilo que tem sido feito nestas renegociações é perdoar aos bancos os contratos que eles livremente assinaram com taxas de juro muito inferiores àquelas que hoje são praticadas.

Por isso, é que entendo que, neste momento, os interesses do Estado não estão a ser acautelados e os interesses dos bancos, nestas operações de renegociação, estão a ser acautelados. E eu gostaria de saber por que é que são os interesses dos bancos que estão a ser acautelados?! Por que é que não é o interesse do Estado que está a ser acautelado?! Porquê?! Qual a razão para que, nestes processos de renegociação, basicamente, se esteja a perdoar aos bancos colocarem os montantes que livremente contratualizaram para financiar estes investimentos a uma taxa de juro que é muito mais baixa do que aquela que é hoje praticada? Qual a razão por que se faz isto? É para defender os interesses do Estado ou é para defender os interesses dos bancos?

Na minha opinião, claramente, aquilo que tem sido feito na generalidade das políticas tem sido para defender os interesses dos bancos, como é o caso típico do Túnel do Marão, que devia ser bem escalpelizado nesta matéria.

Vozes do PSD: — Vai ser!

O Sr. **Presidente:** — Para colocar questões em último lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Dr. Paulo Campos, gostaria de o cumprimentar e agradecer o facto de estar aqui.

Hoje temos assistido, ao longo destas horas, a um enorme exercício de manipulação, de vitimização por parte do Partido Socialista e por parte do Dr. Paulo Campos.

De facto, assistimos a um chorrilho de chavões e de insinuações com um duplo objetivo: um primeiro objetivo de desresponsabilizar as governações socialistas e, neste particular, só nos falta ouvir que o Partido Socialista nunca se sentou à mesa com a troica; e um segundo objetivo, mais grave em função dos trabalhos desta Comissão, que é esta sistemática busca do Partido Socialista em desacreditar esta Comissão, em retirar credibilidade aos trabalhos desta Comissão.

Coisa essa que é compreensível, porque o Partido Socialista, ao fim e ao cabo, não a propôs e não quer que ela se faça.

Eu não consigo compreender como é possível o Dr. Paulo Campos vir aqui chorar-se que o procuraram silenciar, o Partido Socialista acenar com a cabeça a dizer que sim... Sejam claros! Esta maioria, o PSD e o CDS não inviabilizaram, nunca, um requerimento do Partido Socialista a solicitar a sua presença aqui antes! E sabe porquê, Sr. Doutor? Porque o Partido Socialista nunca o pediu! E por isso o senhor está aqui hoje porque consta de uma listagem de muitos nomes, que esta maioria apresentou, de entidades e personalidades que queria inquirir e ouvir!

Há ainda uma outra coisa que sabemos: é que, quando esta Comissão de Inquérito enviou os questionários indicativos a um conjunto de personalidades, houve algumas pessoas que pediram adiamento, a prorrogação do prazo para responder aos mesmos! E nós podemos pensar, depois de ouvir o Dr. Paulo Campos, que o Dr. Paulo Campos, no dia seguinte, entregou o questionário à Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas, não! Foi uma das pessoas que pediu o prolongamento do prazo!

Ora, isto é contraditório com o seu lamento pelo silenciamento. O senhor teve uma oportunidade, até pediu o prolongamento do prazo! Por isso, queria, de facto, deixar esta questão bem clara!

Aliás, o Sr. Dr. Paulo Campos está aqui há várias horas e tem tido a oportunidade de dizer aquilo que muito bem quer e que lhe apetece, com toda a liberdade! Por isso, essa teoria da manipulação, de lhe retirar a palavra, de querer silenciá-lo, da mordaza, não existe! É virtual!

Protestos do Deputado do PS Rui Paulo Figueiredo.

É virtual, Sr. Dr. Paulo Campos e Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo, e as pessoas que nos têm acompanhado nestas horas todas são testemunhas exatamente disso.

Contudo, veja-se o que é que se diz até nesta teoria da conspiração socialista: «A Comissão até pode não chegar ao final dos trabalhos, porque o Governo pode cair, e isso é que nos preocupa!»

Protestos do Deputado do PS Rui Paulo Figueiredo.

Não será o contrário?! Nestas tentativas e nestes ensaios que temos vindo a assistir ao longo das últimas semanas por parte do Partido

Socialista de querer, de uma forma envergonhada, precipitar uma crise política... Pergunto eu: será que também é por causa das PPP? Será que o Partido Socialista tem medo, tem receio do que esta Comissão de Inquérito possa vir a demonstrar?

Protestos do Deputado do PS Rui Paulo Figueiredo.

Bom, de qualquer forma, nesta matéria, podemos ficar todos tranquilos, Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo. Sabe porquê? Porque esta maioria está coesa e quer, de facto, ao contrário do Partido Socialista, analisar todas as 25 PPP que estão no âmbito desta Comissão de Inquérito — todas —, recordando que, destas 25 parcerias público-privadas, 21 são de responsabilidades do Governo do Partido Socialista e 4 da responsabilidade de Governos ou do PSD, de forma isolada, ou do PSD em coligação com o CDS. E dizer também...

Protestos do Deputado do PS Rui Paulo Figueiredo.

Se o Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo se quiser inscrever para intervir... Enfim, adiante! Eu percebo o nervosismo, quando o Partido Socialista é confrontado com estes factos!

Protestos do Deputado do PS Rui Paulo Figueiredo.

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo que deixe o orador prosseguir. Compreendo que a interrupção é regimental, mas o Sr. Deputado ainda não fez outra coisa durante a intervenção do Deputado Emídio Guerreiro senão tentar interromper.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Mais do que isso, Sr. Presidente, está a falar por cima de mim.

O Sr. **Presidente**: — Depois, se quiser interpelar a Mesa, terá toda a liberdade de o fazer, mas agora peço-lhe que deixe prosseguir o orador.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro já concluiu?

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não, não terminei, Sr. Presidente, e gostaria imenso de...

O Sr. **Presidente**: — Já ultrapassou o seu tempo, Sr. Deputado. Peço-lhe que conclua, por favor.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Irei concluir, com muito agrado, porque tenho aqui um conjunto de questões que quero colocar.

Queria referir ainda que, de facto, o Dr. Paulo Campos, para além desta manipulação genérica, traz aqui algumas manipulações muito concretas — os tais chavões e os tais factos para animar um pouco, digamos, a imprensa à volta desta reunião — e traz uma cortina de fumo, traz aqui «Marques Mendes»! Mas manipula! Porquê? Porque se esquece e omite que esta questão, o tal desvio a que fez referência, que foi uma promessa do então cabeça de lista do PSD nas eleições legislativas, era uma promessa também do Partido Socialista! Ou já se esqueceu? Ou seja, o Partido Socialista, através quer dos seus candidatos a Deputados quer dos seus dirigentes distritais, prometeu exactamente o mesmo. E por isso: uma prova!

Segundo: o Dr. Paulo Campos, confrontado com uma questão, com a única multa que existe no caso da Brisa, que é de mais de um milhão — percebemos que, no meio disto tudo, um milhão de euros são trocos —, diz que não se lembra. No entanto, os factos são claros e estão documentados, também são comprovados. Nas vésperas das eleições de 2009, faz um despacho, ao próximo Governo, que, por acaso, foi ele na mesma; mas o despacho seguinte foi a menos de 15 dias das eleições de 2011! Durante dois anos, teve o processo na gaveta, esquecido! A gente compreende que esteja esquecido.

Depois, invoca-se o Tribunal de Contas para afirmar como um bom relatório o de 2005, sendo que os atuais tem dias. Ao fim e ao cabo, o Tribunal de Contas tem dias...

Depois, vem dizer que, quanto à Lusoponte, o contrato foi enviado para o Tribunal de Contas. Esteja tranquilo, Sr. Dr. Paulo Campos, a Lusoponte vai ser aqui analisada, por todos,...

O Sr. Rui Paulo Figueiredo (PS): — Mas é no fim!

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — ... no âmbito dos trabalhos da Comissão de Inquérito, Sr. Deputado! Por todos, a não ser que o Partido Socialista fuja às responsabilidades e não esteja cá.

Mentem também deliberadamente o Partido Socialista e o Dr. Paulo Campos quando dizem que a maioria não quer ouvir o Dr. Sérgio Monteiro. Ora, acho que andam distraídos! Queremos ouvi-lo para muitas coisas! Não queremos, como o Partido Socialista, ouvi-lo para uma fração; queremos para essa fração e para o resto! Por isso, é que vai ter oportunidade...

Vozes do PS: — Chumbaram!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não, para ouvir uma pequenina coisa, não queremos! Queremos ouvir para tudo! E, por isso, o senhor mente quando diz que nós não queremos. Está aí o requerimento apresentado pela maioria, o qual está amplamente divulgado, para a vinda dele aqui.

Concluindo, Sr. Presidente, é por demais evidente, ao fim destas horas todas, que há um conjunto de enganos: o Tribunal de Contas está enganado; o InIR está enganado; a Direção-Geral de Finanças enganada está; a Ernst & Young tem dias, está enganada ou não está. Porquê? Porque, de facto, por ação do então Secretário de Estado, Paulo Campos, em 2011, no que diz respeito às parcerias público-privadas, estava tudo bem negociado, tinha havido uma boa solução, ou seja, estava tudo bem feito.

Então, tenho de perguntar: por que razão no Memorando da troica, assinado a 17 de maio de 2011 pelo Governo do qual o senhor fazia parte, há um subcapítulo dedicado às parcerias público-privadas, nomeadamente desde o ponto 3.17 até ao ponto 3.21, que incide exatamente na necessidade de o Estado português fazer a reanálise e baixar a fatura das parcerias público-privadas nos bolsos dos portugueses? Se estava tudo tão bem em 2011, como o senhor disse, se trabalhou tão bem, por que razão o seu Governo incluiu isto no Memorando da troica?

Pergunto-lhe ainda por que razão é necessário o atual Governo fazer isto em cumprimento daquilo que os senhores assinaram, e bem, porque, de facto, ao contrário do que o senhor diz, em 2011, se calhar, a situação não era assim tão perfeita.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Presidente, o nervosismo do Sr. Deputado Emídio Guerreiro e o tom exaltado com que fez a sua intervenção demonstram bem, enfim, a forma como correu esta audição e os factos que aqui foram trazidos e que foram, durante meses e meses, escamoteados, ignorados e deturpados.

Aliás, o Sr. Deputado tem sido useiro e vezeiro na deturpação desses factos, como, por exemplo, quando se refere ao risco fiscal. Uma das acusações que o Sr. Deputado várias vezes, naqueles corredores, em frente das câmaras de televisão, tem vindo a dizer à opinião pública é: «Vejam o escândalo que o Governo fez relativamente ao risco fiscal!»

Se o Sr. Deputado souber, sobre parcerias público-privadas, aquilo que são as boas práticas, verificará que em qualquer manual... E por isso é que o Ministério das Finanças também solicitou, nesse contexto, que o risco fiscal seja da responsabilidade do Estado. Porquê? Porque uma parceria público-privada, caso o Sr. Deputado não saiba, é a passagem de uma obrigação que o Estado assume para um privado fazer em nome dele e depois partilham um conjunto de riscos.

O conceito mais nobre da parceria público-privada é alocar os riscos a quem está em melhores condições para receber esse risco. Ou seja, não vale a pena estar a entregar um risco a quem não tem condições para receber esse risco, porque ele vai pedir muito dinheiro por esse risco. Só vale a pena entregar os riscos a quem está em melhores condições para o receber. Por isso é que as parcerias público-privadas têm uma miríade de contratos: por exemplo, os seguros é com as companhias de seguros, porque são elas que estão em melhores condições para receber esse risco; a operação e manutenção é por empresas de operação e manutenção, porque são elas que estão em melhores condições para ficarem com esse risco; o financiamento é com consórcios financeiros, porque são eles que estão em

melhores condições para ficar com esse risco; os contratos de construção são com consórcios de construtoras, porque são elas que estão em melhores condições para fazer esse risco. E há um contrato geral, que é o contrato entre o Estado e a concessionária, em que depois a concessionária, através desses contratos anexos, passa um conjunto desses riscos para essas entidades.

Por isso é que o risco fiscal, dentro das boas práticas, deve ficar...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Na sua opinião!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não é na minha opinião! É na opinião de qualquer manual! Se verificar os manuais das boas práticas da União Europeia, verificará que obviamente quem tem melhores condições para ficar com o risco fiscal é o Estado, porque ele é que sabe o que faz do ponto de vista da política fiscal; de outra forma, quem vai ficar com esse risco vai pedir um prémio que, provavelmente, pode ser tão grande que não se justifica.

Infelizmente, em Portugal, não se fez essa prática nos primeiros anos. Por isso, o Ministério das Finanças, ao longo do tempo, alterou a sua prática relativamente a isso. E, não se fez essa prática, porquê? Porque se entregou o risco fiscal ao parceiro privado.

E será que esse risco fiscal era verdadeiramente um risco? Não, não era, Sr. Deputado. Não era um risco, por uma simples razão: porque nessa altura o IRC estava na ordem dos 37% e era sabido — ainda hoje se discute descer o IRC e já estamos nos 25% — que a tendência seria para descer. E, portanto, nós estamos a pagar às concessionárias o necessário para que elas paguem ao Estado 37%, mas elas pagam 25%, ficam no bolso...

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — E o IVA?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O IVA não tem a ver com isso, Sr. Deputado. O IVA é reembolsável. Não meta o IVA neste assunto, porque o IVA não é pago pela concessionária; o IVA é pago pelos utilizadores, Sr. Deputado. Portanto, não é risco para a concessionária. Não esteja a tentar deturpar.

O risco fiscal tem a ver com os impostos que a concessionária paga, nomeadamente sobre os seus rendimentos. É o IRC. E, como nós sabemos, há uma quebra fortíssima no IRC. Portanto, durante anos e anos, estas concessionárias estiveram a ter ganhos indevidos. É isso que está escrito no relatório da Ernst & Young! Os tais «benefícios sombra» de que tanto se fala no relatório da Ernst & Young têm a ver com esta questão fiscal, ou seja, o facto de estarmos a pagar às concessionárias para que elas entregassem ao Estado 37% e só entregam 25%, ficam com o diferencial. Esse é um dos principais «benefícios sombra», Sr. Deputado.

Neste contexto, veja-se a incúria ou responsabilidade do que aconteceu na concessão Lusoponte. Em 2001, se a memória não me traiçoa, foi negociado, no acordo global com a Lusoponte, que o risco fiscal passasse a ser do Estado para que o IRC que estava a ser pago à concessionária na base dos 37% passasse a ser pago por um valor substancialmente inferior. Em 2002 o Governo procedeu a essa alteração? Não! Continuou a fazer isso, a pagar como se fosse para 37% e a receber a 25%. Em 2003 fez essa alteração? Não! Continuou a pagar a 37% e a receber a 25%. Em 2004 fez essa alteração? Não! Passou a pagar a 37% para receber a 25% — ficando, em todos esses anos, o adicional do lado do concessionário.

Foi preciso vir este Governo para iniciar novamente negociações, introduzir esta matéria e resolver esta questão. Isso valeu ao Estado 170 milhões de euros, Sr. Deputado! São 170 milhões de euros que o Estado beneficiou por ter negociado.

O Sr. **Paulo Batista Santos** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, quanto aos 700 milhões, vá perguntar aos consórcios financeiros, porque os sobrecustos são deles. Vá perguntar! Chame cá o responsável!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador)*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não há despacho meu, Sr. Deputado. Está enganado! O Sr. Deputado está sempre enganado! Atira sempre para o lado!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Se me mostrar o meu despacho... Eu estou aqui, na Comissão de Inquérito. Se o Sr. Deputado verificar que a minha afirmação não corresponde à verdade, pode chamar-me e, portanto, vá verificar essa matéria.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Não responde!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Eu respondi a todas as questões. Dei sempre toda a liberdade a todos para que, se não houvesse respondido, me questionassem, e pedi para que me avisassem.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Já me respondeu?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Campos, a liberdade existe. Não é o Sr. Deputado que a dá, é a democracia. Queira concluir.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Foi uma força de expressão.

Eu solicitei ao Deputado Altino Bessa que, se porventura não respondesse a alguma das questões, porque foram longas, me avisasse para poder responder. É esse o sentido daquilo que eu pretendi dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos em frente!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — E também direi ao Sr. Deputado Emídio Guerreiro: se eu não responder a alguma das suas questões, diga-me, que eu não tenho nenhum problema.

Quanto à questão da manipulação genérica, que o Sr. Deputado, de alguma forma, aqui tentou transmitir, da troica e nomeadamente se as responsabilidades são ou não assumidas pelo Partido Socialista nessa negociação, obviamente, Sr. Deputado! Houve três partidos que assinaram o Memorando da troica: o Partido Socialista, o Partido Social Democrata e o CDS, Sr. Deputado! E, portanto, nenhum deles está em condições de dizer que não assinou. É um facto! E, portanto, desse ponto de vista, o Sr.

Deputado escusa de estar a referenciar essa matéria, porque ela é muito clara.

Também é um facto que houve já revisões sucessivas desse Memorando da troica por parte deste Governo, com alterações com alterações substanciais. E, portanto, a questão da troica e das alterações são essencialmente da responsabilidade... A vinda da troica, na minha opinião, como há pouco referenciei, é uma responsabilidade de quem chumbou as medidas que estavam aprovadas em sede da União Europeia para que Portugal ultrapassasse a difícil situação...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Mas as PPP estão na troica!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, tem que ouvir!

A troica só veio para o nosso País, porque de forma muito clara o Partido Social Democrata e também o CDS criaram as condições e até exigiram publicamente a vinda da troica.

A verdade histórica alguma vez vai ser escrita e, historicamente, a verdade histórica é óbvia: quem lutou incansavelmente por defender o País e para que a troica não viesse para junto de nós foi um Governo liderado pelo ex-Primeiro-Ministro José Sócrates, que até ao último momento lutou para que essa situação não acontecesse. E essa situação ocorreu, única e exclusivamente, Sr. Deputado, pelas consequências do ato egoísta (se assim podemos chamar) do Partido Social Democrata e do CDS, que tinham como único objetivo ir para o poder, mesmo que isso criasse condições de dificuldades ao nosso País.

Portanto, colocaram em cima de uma crise económica, que era uma crise económica internacional, para fazer a vossa agenda ideológica, para

fazer o vosso PREC, criaram um facto, que foi o chumbo do PEC, e uma crise política e, com isso, a necessidade de vir cá a troica.

Quero recordar que vários dos assuntos que constam no Memorando da troica são exigências dos partidos da oposição e, como o Sr. Deputado sabe, até porque foram antes feitas exigências antes nesta matéria...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado não gosta que a verdade seja dita! O Partido social Democrata...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — O Dr. Teixeira dos Santos afirmou que foi por iniciativa dele que as PPP constavam da troica. Isto é um facto e é importante que o Sr. Dr. Paulo Campos não contrarie um facto claro, porque a sua verdade não é a única verdade!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — O Sr. Deputado quer escrever a história da forma como entende e não aceita... É um tique nervoso que se sente...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Eu não aceito é que o Sr. Deputado venha aqui mentir deliberadamente e manter a mentira! Porque foi no âmbito dos trabalhos desta Comissão que o Sr. Prof. Dr. Teixeira dos Santos disse aquilo que eu digo! Foi por iniciativa dele que o pacote das PPP está no Memorando da troica!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Campos, queira concluir, a menos que já o tenha feito.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não concluí. Ainda há muitas respostas para dar.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Quanto às interrupções antes de a resposta ser dada, enfim, não vale a pena tirar conclusões, Sr. Deputado.

O ex-Ministro Teixeira dos Santos...

O Sr. **Presidente**: — Permita-me, só para desanuviar: se é antes da resposta, não é interrupção.

Risos.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Queria dizer antes de concluirmos a resposta.

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Eles já têm as conclusões escritas!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Presidente**: — Deixem o Sr. Deputado Paulo Campos concluir.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Estava eu a transmitir que é muito claro que o PSD exigiu, nomeadamente, a constituição de uma comissão para analisar as parcerias público-privadas; que, na sequência dos diferentes acordos, nomeadamente de viabilização de Orçamentos do Estado, esta matéria foi colocada por incidência do Partido Social Democrata; é conhecido também que essa comissão produziu um relatório, onde curiosamente se diz que as receitas das parcerias público-privadas são superiores aos encargos — já que gostam de citar relatórios, também é importante que vejam este relatório; e, na sequência desse relatório, o Sr. Ministro das Finanças fez incluir na análise do Memorando esta matéria, até porque essa era uma solicitação que obviamente estava em cima da mesa por parte dos principais partidos da oposição — e os principais partidos da oposição iam, aliás, assinar esse Memorando. Portanto, como o Sr. Deputado bem sabe, o conjunto de questões que ali estão decorrem desses acordos e dessas matérias que existiram entre o próprio Partido Socialista e o Partido Social Democrata.

Relativamente ainda à questão de eu ter ou não respondido à Comissão de Inquérito, essa é uma matéria, Sr. Deputado, que está perfeitamente esclarecida. A minha questão não é essa. Independentemente da resposta ao questionário, que obviamente virá, porque agora também há condições para que isso proceda, visto que já tenho na minha posse aquilo que era necessário para poder responder, o que é verdade é que isso não invalida a conclusão que foi tirada. Porque, depois de tudo o que se passou, não é através de um questionário escrito que se pretende o meu depoimento. O meu depoimento é aqui, à semelhança do que foi feito. Por isso é que eu hoje fiz insistência em usar outros temas que não apenas o que os senhores queriam, porque demoraram estes meses todos para me chamar e só queriam que eu viesse falar aqui da Brisa.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Mas isso significa que não quer vir para os outros temas?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não. Significa que eu virei para todos os temas.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Livrementemente! Seis horas, sete horas...

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Virei cá para todos os temas, Sr. Deputado.

Quanto a Marques Mendes, eu sei...

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — Só Sérgio Monteiro é que não propõem!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **Rui Paulo Figueiredo** (PS): — O Sr. Deputado Altino não lê nada! Não sabe ler os relatórios, não lê as notícias nem lê os requerimentos do PS!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, que eu saiba, ainda está alguém a presidir aos trabalhos! Que haja o mínimo respeito!

Eu sei que o Sr. Deputado hoje não está muito dado ao respeito e está empenhado, segundo parece, em desrespeitar a direção dos trabalhos, o que eu registo e lamento.

Sr. Dr. Paulo Campos, faz favor.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Tentarei terminar, se os Srs. Deputados deixarem e criarem clima para isso, que, aliás, ocorreu durante boa parte desta sessão.

Vamos voltar a esta questão do Marques Mendes e recordar o que foi feito: foi uma decisão de um Governo, em que o Primeiro-Ministro era Durão Barroso, o Ministro dos Assuntos Parlamentares era Marques Mendes, e essa decisão é anunciada por Marques Mendes em cima de um camião, como dizem as notícias, no alto da Fermelã; foi anunciado que o Governo tomou a decisão de alterar o traçado, pelo que os habitantes da Fermelã podiam estar descansados, porque a promessa eleitoral de Marques Mendes estava cumprida, com um sobrecusto para o Estado de 500 milhões de euros. É essa a matéria associada.

Fico muito satisfeito que o Sr. Deputado coloque uma questão sobre essa matéria, porque me permite, mais uma vez, dizer que foi o Governo do Partido Socialista que cancelou esta questão...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Vem mais uma vez omitir que era uma promessa eleitoral do Partido Socialista também!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — ... e fez poupanças significativas nesta matéria. O Partido Socialista tomou uma decisão contrária.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Mas prometeu outra!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, o Partido Socialista tomou a decisão que me orgulho de ter tomado, poupando aos contribuintes portugueses mais de 300 milhões de euros nesta matéria.

Sr. Deputado, sei que isso não lhe convém ouvir, mas a verdade histórica é esta: o Sr. Marques Mendes prometeu por interesse partidário e o Estado paga o interesse partidário do Sr. Marques Mendes.

Relativamente à questão da multa, eu já afirmei que, não estando na posse dos documentos, farei chegar aqui...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Já me quer interromper outra vez, Sr. Deputado? Não quer ouvir as respostas! Vai estar aqui, sem eu cá estar, as vezes que quiser para dizer o que bem entende, como tem feito até agora!

Portanto, Sr. Deputado, não fique nervoso por eu estar aqui hoje estes minutos! Não esteja a interromper sistematicamente, porque o senhor faz parte desta Comissão e vai estar aqui as horas que bem entender para fazer as acusações, sem que se faça o contraditório, como aconteceu durante meses e meses, em que estive aqui a dizer falsidades, manipulações e mentiras, em conluio com alguns jornalistas para quem os senhores mandam os *e-mails*...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Convinha concretizar essas insinuações e essas acusações, Sr. Doutor!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Estas acusações estão retratadas e são declarações públicas de um Deputado do Partido Social Democrata. Logo, só estou a fazer fé nas afirmações desse Deputado do Partido Social Democrata.

Já agora, para não ficar a acusação em falso, do Deputado Virgílio Macedo, que faz declarações ao *Expresso*, insurgindo-se, aliás, contra essa prática. Eu sei que está habituado a fazer afirmações sem estarem suportadas em factos, mas eu não estou. Por isso, quando faço esta afirmação, está suportada.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Diga-me qual foi a afirmação que eu fiz que não foi suportada em factos! Não é o Virgílio Macedo que está aqui, sou eu.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Todas! Todas as que o Sr. Deputado até agora referiu não são fundamentadas em factos.

Sobre esta questão da multa, veremos quais são os procedimentos que foram feitos. A multa, ao que sei, foi aplicada...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Mas confirma que esteve dois anos na sua gaveta!

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Mas foi ou não aplicada? É uma matéria que teremos de ver...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — A documentação foi distribuída. Esteve dois anos na sua gaveta. Confirma ou não?

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, não foi na minha gaveta. Foi no...

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Na gaveta do Governo, na sua tutela. Termos os documentos que foram entregues ainda ontem pelo InIR! Confirma ou não confirma?

O seu despacho é de 2009 e o seguinte é de 2011, a 15 dias das eleições. O que aconteceu durante este tempo? Era eu o secretário de Estado ou era o senhor?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que, dado o adiantado da hora, evitem o diálogo. Vamos deixar o Dr. Paulo Campos concluir a sua intervenção.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Volto a insistir na forma como o Sr. Deputado Emídio Guerreiro interrompe aquilo que é a declaração que estou a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, agora, prosseguir até ao final. Peço que não interrompam mais e vamos deixar o Sr. Deputado Paulo Campos concluir a sua intervenção.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Sr. Deputado, mais uma vez lhe transmito aquilo que tenho a dizer sobre essa questão: não estou na posse, neste momento, dos documentos de uma matéria que presumivelmente é a mais importante, como já verifiquei, para o Sr. Deputado.

Digo-lhe que os procedimentos que foram tomados foram aqueles que, obviamente, julguei adequados e, desse ponto de vista, estou

disponível para esclarecer todas as questões que possam ser colocadas nesse contexto.

A informação que tenho é que essa matéria foi despachada por mim para o meu ministro e, nessa sequência, foi instaurado o processo de multa.

Mas, não estando na posse dos documentos e não tendo memória clara sobre essa matéria, não posso estar aqui a afirmar com a mesma convicção com que afirmei todos os outros factos nesta audição. No entanto, iremos confirmar e veremos se há alguma falta neste contexto.

O processo foi para a auditoria do Ministério das Obras Públicas, até porque havia reclamações da Brisa nesta matéria. Quando veio da auditoria jurídica, eu procedi ao despacho. A minha impressão relativamente a essa matéria é que o despacho foi remetido para o meu ministro, que instaurou o processo de multa. Mas iremos verificar se mais uma vez os senhores estão ou não a mentir neste contexto, se mais uma vez não foi uma coisa semelhante ao que ouvimos do Deputado Altino Bessa no sentido de que não tínhamos remetido o processo para visto prévio.

Iremos averiguar sobre essa matéria. Não posso afirmar neste momento, porque não estou na posse de todos os dados.

Relativamente à questão de que está previsto no Memorando baixar a fatura das parcerias público-privadas (que é uma matéria que também ainda não foi finalizada), quero dizer, Sr. Deputado, que, obviamente, na sequência daquilo que há pouco referenciei, por exemplo, na concessão Lusoponte e também na concessão Brisa, entendo que há condições para, adicionalmente às renegociações que foram feitas em que se permitiu obter ganhos para o Estado e, portanto, baixar a fatura e o Estado, se poder fazer e ter esses ganhos.

Desse ponto de vista, Sr. Deputado, estou perfeitamente tranquilo e sobretudo de acordo com o que está inscrito no Memorando, ou seja, na

defesa do Estado deve sempre fazer-se. Foi o que este Governo fez com as renegociações e conseguiu obter ganhos; portanto, em outras futuras, eventualmente, também se deve obter esses ganhos.

Nesse contexto, Sr. Deputado, estou perfeitamente à vontade para poder secundar aquilo que está escrito no processo do Memorando assinado com a troica relativamente às parcerias público-privadas.

Sr. Presidente, vou terminar. Presumo que esta é a minha última intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Tenho um impedimento que me obriga a sair dentro dos próximos minutos. Também presumo.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Portanto, terminarei, Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradecendo a oportunidade que finalmente me deram para poder estar aqui; terminarei, agradecendo a oportunidade que me deram, a algumas das questões, de poder esclarecer as questões que me foram colocadas; terminarei, dizendo que estou à vossa disponibilidade para poder fazer chegar à Comissão alguns documentos das matérias que aqui citei, caso a Comissão não tenha esses documentos e que, obviamente, estou também absolutamente disponível para qualquer outra audição que entendam fazer nesta matéria. Farei chegar os documentos que estão, neste caso, em falta e que me foram solicitados, os quais não tenho aqui.

Saio daqui obviamente com a satisfação de hoje poder ter trazido os factos verdadeiros e não as insinuações e as deturpações a que temos assistido ao longo de meses relativamente a esta matéria.

Os factos verdadeiros são: os encargos das parcerias público-privadas vistas no Orçamento do Estado de Vítor Gaspar são inferiores aos encargos que existiam no Orçamento do Estado de Bagão Félix; os

encargos analisados e calculados pela auditoria da Ernst & Young em 2012 são inferiores aos encargos calculados para as parcerias público-privadas pela auditoria do Tribunal de Contas.

Portanto, esses dois factos são, para mim, os fundamentais, porque são a prova inequívoca de que, independentemente de se ter lançado um conjunto de novas concessões rodoviárias para assegurar coesão territorial, para assegurar o desenvolvimento económico, para assegurar crescimento, para assegurar emprego, para assegurar igualdade de oportunidades, para assegurar combate à sinistralidade e para assegurar justiça, apesar de se terem lançado esses quilómetros, as poupanças que no mesmo período tivemos permitiram que, no final, os encargos que foram deixados pelos dois anteriores Governos aos quais pertenci fossem inferiores aos encargos que tínhamos herdado do Governo de Durão Barroso e de Santana Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Vamos encerrar os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Emídio Guerreiro pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para solicitar que a Mesa faça chegar ao Sr. Dr. Paulo Campos o documento que o InIR cá deixou, onde está evidenciado os dois anos de gaveta por onde passou a famosa multa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, temos mesmo de terminar. Peço desculpa.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Terminarei, queria só intervir sobre esta matéria.

Sr. Deputado, eu também farei chegar ao senhor...

O Sr. **Presidente**: — Já nos disse isso.

O Sr. Dr. **Paulo Campos**: — Não, peço desculpa, não disse.

Farei chegar ao Sr. Presidente a informação que Vasco de Mello aqui deu, de que no dia 23 de maio de 2011 lhe foi entregue o processo de multa. Ora, o dia 23 de maio penso que ainda tenha sido no meu Governo, Sr. Deputado. Portanto, também farei chegar aqui as declarações de Vasco de Mello sobre esta matéria de 23 de maio de 2011, data em que foi entregue o processo de multa. O que quer dizer que, nas palavras de Vasco de Mello, foi o Governo a que pertenci que instaurou o processo de multa.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Receberemos essa documentação e toda a que nos possa enviar. Aliás, quanto a receber documentação, somos *experts*.

Srs. Deputados, a nossa próxima reunião terá lugar no dia 23 de janeiro, às 14 horas, para tomarmos deliberações e, às 17 horas e 30 minutos, para a audição do Eng.º Joaquim Ferreira do Amaral.

Boa noite a todos e um bom fim de semana!

Está encerrada a reunião.

Eram 20 horas e 50 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.